

## 1968 – um ano múltiplo

Meio século de um tempo que desafiou diversas formas de poder

uando se fala em 1968, parece que se trata de algo uno, um acontecimento coeso. No entanto, o mais correto seria aludir aos vários 1968, ocorridos em geografias e contextos tão distintos como a França, a Tchecoslováquia, os Estados Unidos, o México, o Brasil e outros países latino-americanos.

O ano de 1968 é múltiplo de sentidos, significados e alcances. Na base da efervescência, estão as rebeliões estudantis e de trabalhadores que inflamaram ruas e desafiaram diversas formas de poder. Chefes de Estado, ditadores, empresários, reitores, professores e as tradicionais estruturas familiares, sindicais e partidárias — todos foram questionados e tensionados.

Meio século depois, com a força que as efemérides transferem para a memória, é importante ampliar o entendimento que se faz de um ano tão mítico e incensado, a ponto de se cogitar que, para alguns, ele não terminou — ou, pelo menos, segue ecoando. Havia ideias revolucionárias que impactaram os anos 1970, principalmente no campo cultural. No entanto, existem outras que mobilizaram fortemente na época e não surtiram os efeitos pretendidos, como o questionamento acerca das expressões de poder, das hierarquias e das instituições. Na França, cuja capital é associada instantaneamente aos acontecimentos de 1968, a pulsão libertária estimulava os jovens, que estampavam seus desejos e anseios em cartazes e muros.

Para discutir algumas perspectivas dos vários 1968, a revista IHU On-Line desta semana reúne uma série de pesquisadores e pesquisadoras. Patrick Viveret, filósofo e escritor francês, fala da ebulição dos meses, desde 1967, que antecederam a tomadas das ruas, universidades e fábricas por estudantes e trabalhadores franceses.

Para o economista, psicanalista e crítico de cinema **Enéas de Souza**, é indispensável recuperar o sentido dos gestos de renovação da década de 1960, pois a grande herança daqueles anos vem da ideia lacaniana de não ceder do seu desejo, e isso atravessa a subjetividade e as ações sociais.

O cientista social **Erick Corrêa** afirma que 68 foi a maior greve geral selvagem da história da França, mas saiu vencida.

A historiadora **Maria Paula Araújo** destaca que o legado mais evidente de 68 no Brasil foi o deslocamento da liderança estudantil para a luta armada. Para ela, trata-se de um ano mítico porque explodiram revoltas de jovens, de artistas e do operariado em vários lugares do mundo.

Para a antropóloga **Alana Moraes de Souza**, Maio de 68 – marcante para a história das contestações ao capitalismo e às estruturas autoritárias – não foi superado, nem derrotado. Ela diz que as lutas vão sedimentando substratos, e toda vez que a sociedade se movimenta, de algum modo os substratos emergem.

O cientista político **Glaudionor Barbosa** vislumbra que é preciso consolidar uma narrativa de 1968 que aponte para um futuro melhor do que o presente.

A historiadora **Larissa Jacheta Riberti**, ao discutir a realidade mexicana, projeta que a próxima eleição presidencial vai coincidir com os 50 anos do Massacre de Tlatelolco, considerado "a expressão máxima de um Estado autoritário, da prática repressiva". Ao tratar do Chile, a historiadora **Joana Salém Vasconcelos** lembra que Salvador Allende foi eleito em 1970 no rastro de 1968.

A filósofa **Olgária Matos**, instigada a refletir sobre Maio de 68, escreveu que uma revolução não se reconhece pela tomada do poder, mas por sua potência de sonho.

Nesta edição, há ainda entrevistas com o economista **Róber Iturriet Avila**; com o professor de Filosofia **Castor Bartolomé Ruiz**; e com o professor de Direito **Guilherme de Azevedo**. Leia também o artigo do professor **Bruno Lima Rocha** sobre a Guatemala, que, para os Estados Unidos, é o "escoadouro das deportações de imigrantes ilegais centro-americanos".

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Divulgação exposição No coração de maio de 1968

### Sumário

- 4 Temas em destaque
- 6  **Agenda**
- 8 Róber Iturriet Avila: Austeridade: a máquina estatal de produzir desigualdades
- 13 Guilherme de Azevedo: Quando a comunicação é negada, o outro é reduzido e a violência eclode
- 20 Tema de capa | Patrick Viveret: O interminável Maio de 1968
- 24 Tema de capa | Enéas de Souza: É indispensável recuperar o sentido dos gestos de renovação dos anos 60
- 30 Tema de capa | Erick Corrêa: 68 foi a maior greve geral selvagem da história da França, mas saiu vencida
- 39 Tema de capa | Maria Paula Araújo: Legado mais evidente de 68 foi o deslocamento da liderança estudantil para a luta armada no Brasil
- 43 Tema de capa | Alana Moraes de Souza: Maio de 68 não foi superado, nem derrotado
- 47 Tema de capa | Glaudionor Barbosa: É preciso consolidar uma narrativa de 1968 que aponte para um futuro melhor do que o presente
- 52 Tema de capa | Larissa Jacheta Riberti: A tarefa de não esquecer os herdeiros perpetradores da repressão no México
- 58 Tema de capa | Joana Salém: 1968 e o Chile: um olhar para além da fetichização do Maio francês
- 66 Tema de capa | Olgária Matos: Uma revolução não se reconhece pela tomada do poder, mas por sua potência de sonho
- 68 Castor Bartolomé Ruiz: A produção de violência e morte em larga escala: da biopolítica à tanatopolítica
- 75 Publicações | Joel Decothé Junior: Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben
- 76 Publicações | Viviane Zarembski Braga: O campo de concentração: um marco para a (bio) política moderna
- 77 Crítica internacional | Bruno Lima Rocha: Guatemala: incerteza no coração maia
- 79 Outras edições



ISSN 1981-8769 (impresso) ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br. no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

#### Diretor de Redação Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU Ricardo Machado — MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

**Jornalistas** João Vitor Santos – MTB 13.051/RS (joaovs@unisinos.br)

Patricia Fachin – MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS (vnecchi@unisinos.br)

**Revisão** Carla Bigliardi

Projeto Gráfico Ricardo Machado

**Editoração** Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evlyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen, William Gonçalves, Stefany de Jesus Rocha, Wagner Fernandes de Azevedo e Éric Machado.





#### Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS CEP: 93022-000 **Telefone:** 51 3591 1122 | Ramal 4128 **e-mail:** humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

# Fim do acesso à gratuidade judiciária e a perversidade da reforma trabalhista



"A gratuidade da justiça constitui elemento de cidadania, que inclusive justifica a existência da Justiça do Trabalho. Trata-se de permitir acesso à justiça a quem não tem condições financeiras para isso."

Valdete Souto Severo, doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo - USP, juíza do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região.

# Reforma trabalhista: Menor autonomia do trabalhador sobre o tempo social



"A liberdade do contratante de demitir e recontratar imediatamente, por meio de terceirização ou do trabalho intermitente, é devastador para a classe trabalhadora brasileira, quer seja do ponto de vista da garantia da massa salarial da renda, quer seja do ponto de vista das jornadas e condições de trabalho."

Ruy Gomes Braga Neto, especialista em Sociologia do Trabalho e professor no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

# A democracia brasileira está 'balançando'. O crime organizado é uma das principais ameaças



"O caos urbano e a violência indiscriminada são incompatíveis com um regime de liberdades democráticas. O assassinato de Marielle Franco é uma trágica evidência neste sentido, suscitando a convicção de que o crime organizado faz o que quer, quando, como e onde quer."

Daniel Aarão Reis, graduado e mestre em História pela Université de Paris VII e doutor em História Social pela USP, professor da UFF.

# A regulação de dados pessoais e a perda de controle sobre alguns aspectos da vida



"A legislação serve para criar instrumentos para que o cidadão possa saber o que acontece com seus dados e para que ele possa negar o fornecimento de dados quando eles forem injustificados. De uma forma geral, o regulamento faz com que o processo seja mais transparente."

Danilo Doneda, advogado, mestre e doutor em Direito Civil pela UERJ especialista em temas de proteção de dados e privacidade.

## Retirada do símbolo de transgênico é afronta aos direitos constitucionais



"[a retirada] facilitará alocação de recursos públicos para as lavouras transgênicas, bem como a rolagem e o perdão de dívidas do agronegócio a elas associado. Beneficiará o mercado de agrotóxicos, especialmente de herbicidas, com as implicações conhecidas."

Leonardo Melgarejo, engenheiro agrônomo e doutor em Engenharia de Produção. É vice-presidente regional Sul da Associação Brasileira de Agroecologia.

4

#### Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Kroton Educacional: 'nunca experimentamos um inimigo como esse'

A Kroton Educacional, maior empresa de educação do mundo, vai se tornar ainda maior. Na última terça-feira (24) saiu o anúncio de que a companhia assumiu o controle da Somos Educação — dona do sistema de ensino Anglo e de editoras como a Ática e Scipione, grandes produtoras de material didático.

A entrevista completa com Allan Kenji está disponível em http://bit. ly/2weMuBW. Papa Francisco às vítimas de Karadima: "Eu fui parte do problema, eu causei isso e peço perdão"

"Eu fui parte do problema, eu causei isso e peço perdão" ("Yo fui parte del problema, yo causé esto y pido perdón"). Essa frase, de significado inequívoco, teria sido repetida por Francisco aos três chilenos — Andrés Murillo, James Hamilton e Juan Carlos Cruz — recebidos por mais de duas horas, respectivamente, nos dias 27, 28 e 29 de abril, em encontros muito privados, mas não secretos.

A reportagem completa está disponível em http://bit.ly/2K29iXV

ONU: 'Quando governos fracassam no direito à moradia, grandes tragédias acontecem'

A mais alta autoridade das Nações Unidas para assuntos de moradia e populações sem-teto, a advogada canadense Leilane Farha diz que o incêndio que derrubou o edifício Wilton Paes de Almeida no centro de São Paulo no último dia 1º de maio causa tristeza, mas não surpresa.

A entrevista completa com Leilane Farha está disponível em http://bit. ly/2wboBLl.

#### A detenção de Teresa Gimenes Guarani Mbya pela Guarda Municipal de POA e o direito à diferença

A indígena foi detida no domingo, 29-4-2018, na frente dos dois filhos, por estar com o macaquinho de estimação da família enquanto vendia artesanatos no Parque Farroupilha, em Porto Alegre. Uma mulher, que segurava uma coleira com seu cachorro de estimação, a denunciou.

A nota completa do CIMI está disponível em http://bit.ly/2HOMDlb.

#### Lucro recorde do Itaú durante a crise é anomalia do capitalismo brasileiro

Apesar da profunda crise econômica que o Brasil atravessa, o Itaú anunciou esta semana um lucro líquido de R\$ 6,419 bilhões apenas no primeiro trimestre deste ano, uma alta de 3,9% na comparação com o mesmo período de 2017.

A reportagem completa está disponível em http://bit.ly/2HPQ5YI.

## Um novo progressismo latino-americano

"Independentemente de se vão ganhar ou perder nas próximas eleições, já podemos afirmar que surgiu outra onda progressista na região". A reflexão é de Alfredo Serrano Mancilla, economista, atual diretor executivo do Celag (Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica).

O artigo completo está disponível em http://bit.ly/2rgppJs.

Estratégias para a economia brasileira e a sua trajetória macroeconômica de 2003-2017

8/mai

Horário 19h30min

**Conferencista** Profa. Dra. Laura Carvalho – USP

Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo O combate às desigualdades e a necessidade de uma reforma tributária no Brasil

9/mai

Horário 19h30min

**Conferencista** Prof. Dr. Róber Iturriet Avila – UFRGS

Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo Roda de conversa O Movimento Feminista, hoje

10/mai

Horário 17h30min

**Participação** Profa. Dra. Paula Sandrine Machado – UFRGS

Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo

6

Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade Apresentação e debate da obra de Judith Butler

10/mai

Horário 19h30min

**Conferencista** Profa. Dra. Paula Sandrine Machado – UFRGS

Local

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo A biopolitização das plataformas: capitalismo de vigilância e resistências

14/mai

Horário 19h30min

Conferencista MS Rafael Augusto Ferreira Zanatta – Idec – SP

Local

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo A inclusão como possibilidade de enfrentamento às violências

17/mai

Horário 17h30min

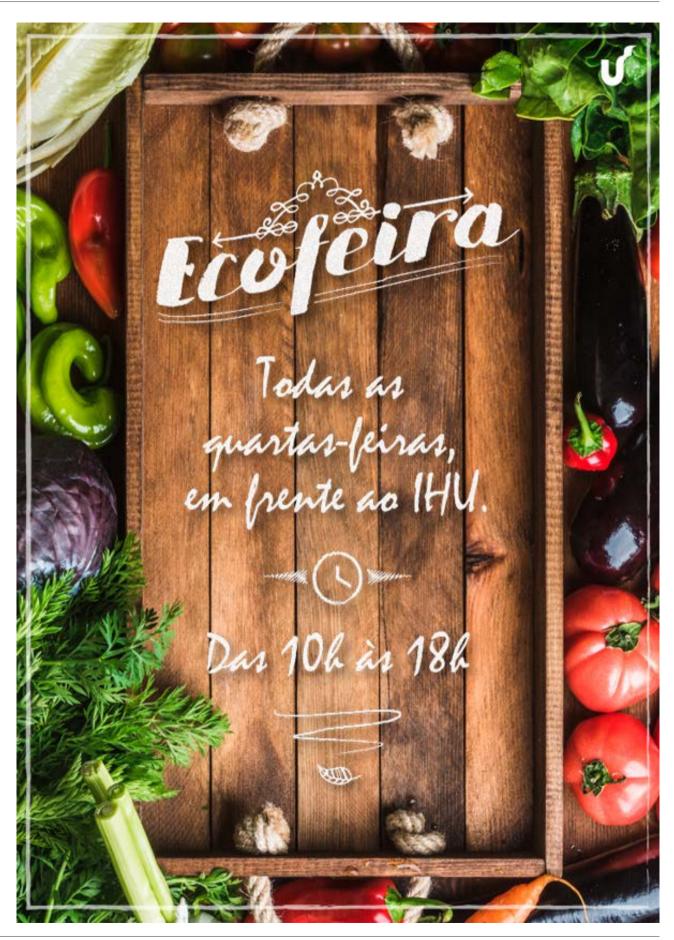
Conferencista Prof. Dr. Guilherme de Azevedo – Unisinos

Local

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Campus Unisinos São Leopoldo







# Austeridade: a máquina estatal de produzir desigualdades

Róber Iturriet Avila analisa a maneira pela qual o Brasil intensifica as desigualdades ao aplicar uma política tributária que privilegia a taxação ao consumo e não à renda

Ricardo Machado

ompreender as múltiplas dimensões da desigualdade no Brasil requer levar em conta os profundos desajustes nas cargas tributárias, isso porque a política tributária se caracteriza por ser intensamente regressiva. O que isso significa? Que os mais pobres pagam mais impostos, à medida que a taxação nos produtos compromete mais a renda que das populações mais abastadas, cujo rendimento financeiro é, proporcionalmente, menos taxado. "O Brasil já teve uma tributação mais progressiva, entretanto, desde os governos militares as alíquotas máximas de imposto de renda, que já atingiram 65%, foram reduzidas até o patamar atual de 27,5%. Na Alemanha a alíquota chega a 45%, na Suécia 56,7%, na Turquia 35% e no México 30%", descreve Róber Iturriet Avila, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

Tal perfil tributário reflete uma das razões pelas quais o Brasil ocupa uma posição destacada em nível de desigualdade no contexto mundial, trazendo-o para as primeiras posições deste vergonhoso ranking. "O resultado é que o Brasil está entre os países com maiores desigualdades do mundo, que tributa proporcionalmente mais os mais pobres e menos os mais ricos, encontrando poucos paralelos no mundo, como o caso da Arábia Saudita, país rico em petróleo e extremamente desigual",

pontua. Nesse cenário, uma confusão muito comum que ocorre é comparar o Brasil e a Suíça, que possuem percentuais de arrecadação semelhantes, mas rendas per capita absolutamente distintas. "Não faz sentido comparar a carga tributária do Brasil, que é de 32,98%, com outro país que possua a mesma carga tributária e um nível de renda per capita cinco vezes maior. O segundo obterá uma arrecadação per capita cinco vezes maior, o que fará com que os servicos públicos sejam sensivelmente melhores, ainda que a carga fiscal seja a mesma. É preciso ter ciência que nosso país não é rico e somos muito desiguais, não somos a Suíca, e comparar nossos serviços com os suíços é comparar coisas incomparáveis com argumentos falaciosos", problematiza.

Róber Iturriet Avila é doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. Foi professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, pesquisador da Fundação de Economia e Estatística - FEE e diretor sindical do Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - Semapi.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a política tributária brasileira ajuda a explicar nossos níveis de concentração de renda e desigualdade?

**Róber Iturriet Avila** – A cobrança de tributos é uma das maneiras constituídas para reduzir a tendência de concentração de renda e de

riqueza nas sociedades capitalistas. Uma tributação progressiva é aquela em que os impostos sobre renda e patrimônio são mais elevados, ou

# "Os mais pobres consomem uma parcela maior de sua renda, dessa maneira acabam contribuindo relativamente mais"

seja, os indivíduos mais ricos contribuem mais para financiar os serviços públicos. Uma tributação mais regressiva tem participação maior dos tributos sobre consumo de bens e serviços, os quais incidem sobre todos indivíduos sem distinguir seu poder aquisitivo. Entretanto, os mais pobres consomem uma parcela maior de sua renda, dessa maneira acabam contribuindo relativamente mais. O Brasil já teve uma tributação mais progressiva, entretanto, desde os governos militares as alíquotas máximas de imposto de renda, que já atingiram 65%, foram reduzidas até o patamar atual de 27,5%. Na Alemanha a alíquota chega a 45%, na Suécia 56,7%, na Turquia 35% e no México 30%.

Em 1995, instituiu-se os "juros sobre o capital próprio" (JSCP). Tratase de uma dedução que as empresas podem efetuar, contabilizando como "custo", que seria a remuneração do capital inicial, através de juros. Enquanto custo, portanto, é isento de imposto para as empresas. A partir de 1996, não ficariam mais sujeitos ao imposto de renda os lucros ou dividendos. Antes dessa isenção, os dividendos eram tributados de forma linear e exclusiva na fonte, com uma alíquota de 15%.

Averiguando-se as alíquotas máximas de dividendos de alguns países, é verificado que na Dinamarca é de 42%, na França de 38,5%, no Canadá de 31,7%, na Alemanha é de 26,4%, na Bélgica é de 25%, nos Estados Unidos de 21,2% e na Turquia 17,5%.

Cabe destacar que as isenções de dividendos beneficiaram 2,1 milhões de

pessoas, dentre elas as 20,9 mil mais ricas do Brasil (0,01%), que possuem patrimônio médio de R\$ 40 milhões (declarados) e que pagaram de imposto 1,56% de sua renda total, uma vez que boa parcela de sua renda vem de dividendos e é isenta de imposto.

Atualmente, 51,3% dos impostos recolhidos nas três esferas de governo têm origem no consumo de bens e serviços, 25% na folha de salário, 18,1% na renda, 3,9% na propriedade e 1,7% em demais impostos. Na Dinamarca e nos Estados Unidos, por exemplo, metade da arrecadação está centrada em impostos sobre a renda e lucros. No Peru, Chile e Colômbia tais tributos representam, respectivamente, 39,9%, 35,8% e 33,5% da arrecadação.

Os impostos sobre patrimônio compõem 3,9% da carga tributária. No Reino Unido, na Colômbia e na Argentina os impostos sobre patrimônio representaram, respectivamente, 12,3%, 10,6% e 9,2% da carga total. O quinto maior país do mundo em extensão recolhe tributos sobre áreas rurais que compõem 0,04% da arrecadação.

A tributação sobre heranças é também muito baixa em termos internacionais. O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação representa 0,2% da arrecadação brasileira e a alíquota varia por estado, mas a média é de 4%. No Reino Unido é de 40%. Em outros países, ela é variável: nos Estados Unidos, a média é de 29%; no Chile, 13%.

Em suma, a tributação no Brasil é uma das mais injustas do mundo e

há vasto espaço para reduzir as desigualdades crônicas do país através de uma reforma tributária, que sempre encontrou muita resistência de forças conservadoras, na grande imprensa, nas federações empresariais e no Congresso Nacional.

#### IHU On-Line – Por que a alternativa de congelar gastos públicos é um tiro no pé do ponto de vista das políticas públicas?

Róber Iturriet Avila - A Emenda Constitucional 95 é uma profunda alteração do Estado, que se dará paulatinamente nos próximos 20 anos. Como a despesa está congelada em termos reais, à medida que o PIB aumentar, a relação despesa pública/PIB irá cair. Atualmente, a União arrecada 19,8% das receitas tributárias em relação ao Produto Interno Bruto. As despesas com INSS e com inativos da União representam 7,93% do PIB. Quando se consideram os gastos dos estados e municípios, as despesas com inativos chegam a 13,15% do PIB.

Nos próximos 20 anos este valor vai aumentar, mesmo que haja mais de uma reforma da Previdência, uma vez que estamos em um processo de envelhecimento populacional. Além disso, até 2030 estima-se que a população brasileira será 20,8 milhões maior do que é hoje, 10% maior, e os gastos públicos estarão congelados e com tendência crescente nos gastos previdenciários. Ou seja, os demais serviços públicos terão que ser reduzidos em termos absolutos e a despesa pública per capita irá se reduzir de maneira acentuada, necessariamente.

As maiores despesas públicas são, nesta ordem: previdência, juros, educação e saúde, mas os juros não são despesas primárias, portanto, não fazem parte da conta. As despesas com educação e saúde devem ser as mais afetadas. Se o Brasil crescer em média 2,5% ao ano nos próximos 20 anos, as despesas da União serão de 12% do PIB em 2036, ao passo que hoje são de 19,8%. A Emenda Constitucional 95 é uma redução do Estado imposta constitucionalmente.

IHU On-Line – O que a opção do Brasil, em taxar mais o consumo que a renda, revela em termos de política econômica? Quais são os impactos disso na economia nacional?

**Róber Iturriet Avila** – A configuração dos tributos é estabelecida pelas forças políticas dominantes que disputam as funções do Estado e seu financiamento. Os diferentes estratos da sociedade estão organizados politicamente e possuem seus respectivos interesses, valores, ideias, narrativas, corpos teóricos e representantes.

O Imposto de Renda de Pessoa Física representa 2,7% do produto brasileiro. Nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, esse valor corresponde a 8,5%, em média. Na Turquia, por exemplo, é 13,5% e no México 13,6%.

Isso quer dizer que as camadas de renda mais elevadas, os grandes proprietários de áreas rurais, acumuladores de ativos financeiros, os grandes empresários e a alta burocracia obtiveram maior sucesso em fazer valer seus interesses, ideias, valores e narrativas.

O resultado é que o Brasil está entre os países com maiores desigualdades do mundo, que tributa proporcionalmente mais os mais pobres e menos os mais ricos, encontrando poucos paralelos no mundo, como o caso da Arábia Saudita, país rico em petróleo e extremamente desigual.

IHU On-Line – Como a política de desonerações às grandes

empresas impacta na desigualdade? Medidas como essa ilustram despreparo estratégico ou, ao contrário, uma política que privilegia a concentração de renda?

Róber Iturriet Avila – Este ponto é também bastante controverso. Até aqui tratamos da tributação sobre a pessoa física. As empresas no Brasil têm uma carga fiscal relativamente mais elevada. Entretanto, o investimento delas é indispensável para o crescimento econômico. Nessa medida, poderia haver uma ampliação da tributação sobre as pessoas físicas e uma redução dos impostos sobre as pessoas jurídicas, de forma a estimular o reinvestimento dos lucros. Na mesma linha. o Brasil precisa ter grandes players capazes de inserir o país nas cadeias globais de valor; precisamos de grandes multinacionais.

Historicamente, o Brasil se desenvolveu com o apoio do Estado, através de políticas industriais, crédito subsidiado etc. Tais políticas estão em crescente questionamento e é preciso estudar esses temas com responsabilidade. De outro lado, estudos recentes de Rodrigo Orair, Fernando Siqueira e Sérgio Gobetti apontam que o multiplicador do gasto público nos subsídios e nas desonerações é virtualmente zero, seja nos momentos de recessão, seja nos momentos de expansão econômica; ao contrário do que ocorre com o investimento público, que possui uma resposta muito elevada em momentos recessivos. Não é possível também deixar de apontar que o governo de Dilma Rousseff<sup>1</sup> apostou muito nas desonerações e no crédito subsidiado para gerar

1 Dilma Rousseff (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Rici intitulada Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder, disponível em http://bit.ly/2bLPiHK. Durante o governo do ex-pesidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da IHU On-Line)

crescimento econômico através do apoio estatal a grandes empresas e a eficácia é questionável. As desonerações fizeram falta no orçamento e a taxa de investimento não cresceu tanto.

IHU On-Line – O que há de verdade e de mentira sobre o gasto público? Como se divide o orçamento da União e quais são nossos principais gargalos? Afinal gastamos muito ou gastamos mal nossos recursos?

Róber Iturriet Avila — Há muitos mitos repetidos de modo reiterado e que se tornam falsas noções disseminadas generalizadamente. Há um mito de que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. Não é das mais baixas, mas existem países com carga fiscal muito maior. Há outro mito de que ela vem crescendo de forma persistente, mas na verdade ela está relativamente estável desde 2002 e com uma ligeira queda desde 2005.

Há um mito de que houve uma "gastança" nos governos petistas. Quando se observam os dados, é possível perceber que houve uma elevação de 3 pontos percentuais do gasto da União neste período. A despesa com pessoal é estável em participação do Produto. Houve aumento em gastos de assistência social, políticas de transferência de renda, por exemplo, de 1 ponto percentual do PIB e há uma tendência, desde 1997, de ampliação dos gastos previdenciários, em decorrência da Constituição de 1988 e do envelhecimento populacional, independentemente dos governos de plantão.

Desde 2009, houve uma ampliação das desonerações e subsídios, incluindo créditos, os quais apresentaram resultados duvidosos. Nos governos Lula, houve ampliação do investimento público, que contribuiu para o crescimento econômico consistente daquele período.

Nos estados, o gasto com pessoal ativo é também estável em participação do PIB. Já nos municípios, houve uma ampliação dos gastos com pessoal, em parte porque alguns serviços públicos foram municipalizados, como é o caso da saúde pública. Em síntese, a despesa que tem crescido sistematicamente é mesmo oriunda de benefícios sociais, com destaque para a previdência.

Entretanto, temos problemas, é claro. A agenda de eficiência no gasto público deve ser permanente. Ao contrário do que se imagina, o governo Dilma Rousseff arroxou parte do funcionalismo público, sobretudo do judiciário. Já o governo Michel Temer preferiu impor um ajuste de longo prazo, através da Emenda 95, e no curto prazo aumentou os gastos, como a reposição salarial para o judiciário (41,4%) e ministério público (12%). Entretanto, ao se observar as despesas com servidores, chama atenção que justamente estes setores possuem rendimentos muito superiores à média dos demais. Nosso judiciário é caríssimo, quando comparado a outros países. Os rendimentos são 22,3 vezes superiores à renda média do brasileiro. Ao mesmo tempo, do ponto de vista previdenciário, as reformas de 2003 e de 2012 corrigiram distorções, de modo que os novos servidores públicos têm direitos previdenciários semelhantes aos do setor privado.

De todo modo, quando se efetuam comparações internacionais sobre os serviços públicos, geralmente não há ponderação acerca do nível de renda per capita no Brasil, que é relativamente baixo. Assim, não faz sentido comparar a carga tributária do Brasil, que é de 32,98%, com outro país que possua a mesma carga tributária e um nível de renda per capita cinco vezes maior. O segundo obterá uma arrecadação per capita cinco vezes maior, o que fará com que os serviços públicos sejam sensivelmente melhores, ainda que a carga fiscal seja a mesma. É preciso ter ciência que nosso país não é rico e somos muito desiguais, não somos a Suíça, e comparar nossos serviços com os suíços é comparar coisas incomparáveis com argumentos falaciosos.

IHU On-Line – Como as políticas de ajuste econômico baseadas na chamada "austeridade" impactam os níveis de desigualdade?

Róber Iturriet Avila - A austeridade fiscal é também um tema controverso e os economistas são divididos nesta questão. Entretanto, muitos dos economistas que compõem o mainstream estão revendo suas posições. Uma redução do gasto público tem efeitos recessivos. O Estado é o maior agente da economia. Suas despesas fazem parte do PIB, uma redução do gasto impacta na demanda, na produção, na renda, no investimento, no nível de emprego. Alguns autores da corrente mainstream defendem que uma contração fiscal possui efeitos expansionistas por melhorar as expectativas dos agentes e reduzir as taxas de juros, estimulando o investimento privado e o crescimento econômico. Entretanto, autores como Olivier Blanchard, em artigo publicado pelo FMI, chamam atenção de que a política fiscal é, sim, um instrumento importante de política anticíclica, ou seja, para reverter recessões, por exemplo. Já a política monetária (como redução de juros) tem um espaço escasso na conjuntura atual.

Citei autores dentre aqueles que defendem a austeridade. Entretanto, há uma longa tradição que sempre defendeu que a austeridade fiscal traz efeitos importantes na atividade econômica, no nível de emprego, no valor dos salários, são os autores de tradição keynesiana² ou pós-keynesiana. Eles não recomendam austeridade fiscal em momentos em que a economia está desacelerando.

Os fatos recentes no Brasil são bastante didáticos. A atividade eco-

nômica estava em desaceleração em 2014. Havia uma pressão do mercado financeiro e de atores políticos para que o governo efetuasse um ajuste fiscal. Isso foi implementado por Joaquim Levy em 2015, houve o maior corte de gastos desde que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal. Seus defensores diziam que a redução do gasto melhoraria as contas públicas, por reduzir o déficit e traria crescimento econômico, pela melhoria das expectativas dos agentes e pela redução das taxas de juros. Concretamente, a austeridade fiscal contribuiu para o PIB se contrair 6,9% em dois anos (o que é esperado, os economistas sabem que corte de gastos desacelera a economia).

A austeridade foi implementada em um momento que a economia já estava em desaceleração, o resultado foi a explosão das taxas de desemprego e a consequente redução expressiva do salário real. Houve aumento de 11% nas taxas de extrema pobreza, retrocedendo aos índices de dez anos atrás. A relação Dívida/ PIB saiu de um patamar de 56,7% do PIB para 74,5% em pouco tempo, isso ocorreu a despeito da redução do gasto público, já que se trata de uma relação. O PIB caiu e a relação aumentou. As expectativas dos agentes melhoraram e as taxas de juros caíram, mas a economia não se recuperou, não houve crescimento econômico, o salário caiu, a demanda caiu, a dívida pública aumentou, a desigualdade cresceu e o impacto social foi muito intenso. Apenas a inflação obteve resultado positivo. O resultado foi desastroso. Não deu certo, definitivamente. Muitos economistas já apontavam, desde 2014, que esse não era o caminho, dentre os quais me incluo.

## IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Róber Iturriet Avila — Quando se trata de Estado o debate público é muito poluído e pouco informado. Não raro há a veiculação da dissociação entre a arrecadação dos governos e o retorno de bens e serviços estatais. O intento, sistemati-

<sup>2</sup> John Maynard Keynes (1883-1946): economista e financista britânico. Sua Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. Confira o Cadernos IHU Ideias n. 37, As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes, de Fernando Ferrari Filho, disponível em http://bit.ly/ihuid37. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada A crise financeira internacional. O retorno de Keynes, disponível para download em http://bit.ly/ihuon276. (Nota da IHU On-Line)

É preciso ter em mente que a abrupta redução da mortalidade infantil no Brasil não ocorreu por acaso. Para além das manchetes sensacionalistas, o Estado está na luz dos postes, nas estradas, nos calçamentos, no transporte urbano, no transporte aéreo, no recolhimento do lixo, na destinação do esgoto, na escola pública, no policiamento, na defesa territorial, na vigilância sanitária, na prevenção e na reconstrução diante de desastres naturais, na assistência aos desabrigados. Há também

Estado na forma de subsídios que garantem a energia elétrica, a produção de alimentos, a erradicação da pobreza, a promoção da cidadania, o zelo e a proteção de crianças e adolescentes vulneráveis, o cuidado de pessoas insanas, o investimento em conhecimento, a aquisição de imóveis e o avanço técnico. Há Estado nas políticas de geração de emprego e de desenvolvimento econômico. Ele está também na seguridade social, ou seja, nas aposentadorias, nas pensões por morte, nos auxílios-maternidade e nas aposentadorias por invalidez. O Estado permite a mediação e o julgamento dos conflitos, a reclusão de malfeitores, a orientacão jurídica aos necessitados, além da própria organização das regras que permitem ao cidadão viver de forma civilizada e não no caos e na guerra, como foi marcada a história humana.

Em síntese, não há um dia sequer que o Estado não beneficie inúmeras vezes a qualquer cidadão. Ele tem muitos problemas de eficiência, de desperdício, de corrupção, de distorções salariais, que precisam constantemente de correções legais e administrativas. Entretanto, não tenho dúvidas de que sua redução, como está projetado para os próximos 20 anos, deixará boa parte da população mais pobre, enquanto que os mais ricos se beneficiarão. Este cenário é de uma profunda ampliação de nossas elevadas desigualdades sociais.

#### Leia mais

- Reforma tributária seria mais eficiente que a PEC 241. Entrevista especial com Róber Iturriet Avila, publicada nas Notícias do Dia de 12-10-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2rpVFKW.
- Taxação sobre patrimônio e renda. Alternativas ao ajuste fiscal. Entrevista especial com Róber Iturriet Avila, publicada nas Notícias do Dia de 12-6-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2jAVrfR.
- Isenções tributárias e rendimentos declarados dos excelentíssimos magistrados. Artigo de Róber Iturriet Avila e João Santos Conceição, publicado nas Notícias do Dia de 27-2-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2rpTJSX.
- O mito do inchaço da máquina pública no RS. Artigo de Róber Iturriet Avila e João Santos Conceição, publicado nas Notícias do Dia de 15-2-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2jCQIKL.
- Justiça Tributária: como o Brasil recuou. Artigo de Róber Iturriet Avila e João Santos Conceição, publicado nas Notícias do Dia de 15-2-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2FQyvSC.
- Não se administra um Estado como uma padaria. Artigo de Róber Iturriet Avila, publicado nas Notícias do Dia de 5-9-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2wk8VWr.
- A crise fiscal e dos serviços públicos do Rio Grande do Sul: elementos para o debate. Artigo de Róber Iturriet Avila e João Santos Conceição, publicado nas Noticias do Dia de 1-11-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2HV3z9I.
- Estratificação de dados do IR revela desigualdade ainda maior no país. Artigo de Róber Iturriet Avila e João Santos Conceição, publicado nas Notícias do Dia de 26-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2K0m5tO.
- O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira. Artigo de Róber Iturriet Avila e João Santos Conceição, publicado no Cadernos IHU Ideias número 234, disponível em http://bit.ly/10tCTUE.

12

# Quando a comunicação é negada, o outro é reduzido e a violência eclode

Guilherme de Azevedo analisa um sistema em que a violência se perfaz a partir da redução do ser a um corpo, em que é retirada a "condição de pessoa", tornando-o descartável

João Vitor Santos

que é a violência de nosso tempo e como compreendê-la? Para o professor do Curso de Direito da Unisinos Guilherme de Azevedo, a violência pode ter origem na negação de um ato comunicacional. Seguindo uma lógica de Niklas Luhmann, o professor compreende que, como num sistema, uma vez negada a comunicação, a consequência será uma redução do ser. "O conceito da violência surge como uma 'não-comunicação', como um fenômeno de negação da comunicação, uma não produção de sentido, isto é, uma redução do outro à condição de corpo", detalha. Assim, quando se retira a "condição de pessoa", se tira desse ser a possibilidade comunicacional, numa sociedade que se baseia na própria comunicação. Este ser passa a não ter reconhecimento nos sistemas sociais. "Restando apenas o corpo como categoria sem sentido, disponível, descartável, uma forma que, ao não se apresentar como dotada de sentido, permite altos níveis de exclusão", completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Azevedo aproxima sua perspectiva teórica às lógicas do racismo. "O racismo talvez seja a violência mais representativa do contexto brasileiro, uma dinâmica que potencialmente impacta mais de 50% da população brasileira", aponta. Para ele, "negar o conceito de raça, para buscar desconstruir o racismo, será, justamente, a ação (comunicação) de reforço do racismo", algo que vai invisibilizando esses seres. Reduzidos só a corpo, o re-

sultado já é presumível. "Somos o país de mais de 50 mil homicídios por ano, mas esses homicídios não são aleatórios, contingenciais ou difusos. As vítimas são na maioria homens, jovens, pobres e negros", aponta.

Guilherme de Azevedo é professor e coordenador do curso de Direito da Unisinos. Doutor e mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos, desenvolve pesquisa na área da Sociologia do Direito. Entre suas publicações, destacamos De onde observa Niklas Luhmann? Diferenciações de uma Teoria da Sociedade. In: Vicente de Paulo Barretto; Francisco Carlos Duarte; Germano Schwartz. (Org.). Direito da Sociedade Policontextural (Curitiba: Appris, 2013) e Proibição, descriminalização e legalização: alternativas de enfrentamento à crise do proibicionismo (Revista Conhecimento Online, v. 1, p. 104-118, 2015).

O professor participa do evento Violências do mundo contemporâneo – Interfaces, resistências e enfrentamentos, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Azevedo proferirá a conferência *A inclusão como possibilidade de enfrentamento às violências*, no dia 17/5, às 17h3omin, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, Campus São Leopoldo da Unisinos. Saiba mais sobre a programação do evento em http://bit.ly/2EHI85v.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o conceito de violência para o senhor? E como essa violência se materializa em nosso tempo?

Guilherme de Azevedo – Tenho procurado pensar a violência dentro de uma proposta de recepção crítica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann<sup>1</sup>. Nessa linha, a construção de um conceito para violência deve ser antecedida por uma especificação de como observo conceitualmente outras duas categorias desse quadro teórico: sociedade e pessoa.

A sociedade aqui é observada como comunicação, como algo constituído única e exclusivamente por comunicação. Logo, o principal estranhamento gerado por essa definição não está propriamente no fato de considerar a comunicação um elemento relevante na observação da sociedade, mas, sim, em não inserir mais o indivíduo como elemento constitutivo da sociedade. Este era o pano de fundo epistemológico que, com maior ou menor intensidade, dominou desde Aristóteles<sup>2</sup> a compreensão do social, sempre se utilizando de referências ao indivíduo – das suas acões, do seu comportamento, de suas interações, de sua suposta racionalidade - como categoria elementar do social.

Contudo, a virada que Luhmann opera na sua teoria da sociedade, ao distinguir o social no conceito de comunicação, rompendo com qualquer nível de individualismo metodológico, permite construir o conceito de

co, permite construir o conceito de 1 Niklas Luhmann (1927-1998): estudou direito em Friburgo, onde se doutorou em 1949. Em 1960, viajou aos Estados Unidos e estudou sociologia na Universidade de Harvard. Em 1964, publicou Funktionen und Folgen formaler Organisation (Duncker & Humblot, Berlim) e ingressou na Universidade de Münster, em Dortmund, onde doutorou-se em Sociologia Política. Em 1968, se estabeleceu em Bielefeld, em cuja universidade permaneceu o resto de sua carreira como catedrático. Recebeu o prêmio Hegel em 1988. Em língua portuguesa, foram publicadas obras como Legitimação pelo procedimento (Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1980), Sociologia do Direito (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985), A Improbabilidade da Comunicação (Lisboa: Vega, 1992). (Nota da IHU On-Line)

sociedade de uma forma suficientemente complexa, com uma adequação epistemológica correspondente ao atual momento do nosso tempo, um cenário de incremento da complexidade que desafia abordagens dirigistas formatadas em ontologias do social, ou em esquemas e narrativas mais causalistas.

#### Violência

Partindo da ideia de sociedade como comunicação, dessa reconstrução da teoria da sociedade, a compreensão dos termos homem, indivíduo, pessoa não é naturalizada, uma vez que são sempre trabalhados como distinções, como diferenças, formas comunicacionais que operaram como redutores de complexidades, ao facilitarem na comunicação a indicação de endereços comunicativos3. Contudo, a redução de complexidade aqui não é sinônimo de simplificação, ou de coisificação, antes o contrário, é uma redução de complexidade que permite a produção de sentido, que permite, portanto, o reconhecimento do outro como parte da sociedade, dada a sua construção como comunicação.

É a partir dessas duas premissas de corte luhmanniano, trabalhadas criticamente, que eu procuro pensar a violência. Nessa forma de se construir os conceitos de sociedade e pessoa, o conceito da violência surge como uma "não-comunicação", como um fenômeno de negação da comunicação, uma não produção de sentido, isto é, uma redução do outro à condição de corpo. Sobre corpos não se formam expectativas sociais que possam ir além da lógica de satisfação violenta e elementar. A violência é, nesse sentido, uma negação do outro como comunicação, a não formação deste como endereço comunicativo, ou seja, como pessoa. É justamente nestes termos que se conecta a violência, entendida como "não-comunicação", com o problema da exclusão.

Esse é um dos efeitos mais preocupantes da violência em uma sociedade funcionalmente diferenciada. que contrasta fortemente com as retóricas de inclusão plena, ao expor as flagrantes limitações dessas pretensões mais universalistas de inclusão/integração ainda presentes atualmente. A retirada da condição de pessoa, isto é, da condição de endereco comunicativo, numa sociedade que se reproduz como comunicação, significa a retirada da condição elemento "reconhecível" pelos sistemas sociais, restando apenas o corpo como categoria sem sentido, disponível, descartável, uma forma que ao não se apresentar como dotada de sentido permite altos níveis de exclusão.

Portanto, na sociedade atual, a violência passa a se materializar como um fenômeno de integração pela exclusão, gerado pela não comunicação do outro, que é reduzido a corpo. Esse me parece o gatilho teórico mais interessante para pensar a violência em termos mais amplos, dando conta de reconhecer as dinâmicas da violência em uma sociedade policontextural, isto é, a violência como operação de exclusão e desintegração no Direito, na Economia, na Política e na Religião.

IHU On-Line – Em que medida o pensamento da Modernidade e seu conceito de propriedade privada pode contribuir para a geração de violência?

Guilherme de Azevedo - O papel da Modernidade na compreensão da violência vem sendo retrabalhado pela teoria social contemporânea. A narrativa da Modernidade como uma série histórica de emancipação, inclusão, estimulada por um certo "norte moral" do sujeito moderno europeu iluminista já passa a ser questionada para. no lugar disso, identificarmos na Modernidade uma certa ambivalência violenta e excludente. Prefiro pensar a Modernidade dentro de um quadro sistêmico, como um processo de acentuação das dinâmicas de diferenciação funcional, que

<sup>2</sup> Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas – por um lado, originais; por outro, reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Para uma referência direta ao tema na obra de Luhmann, ver: LUHMANN, Niklas. Die Form "Person". **Soziologische Aufklärung**. Bd. 6. Die Soziologie und der Mensch. Opladen: Westdt., 1995. p. 142-154. (Nota do entrevistado)

dissolveu lógicas violentas de estratificação social, mas, por outro lado, produziu novos mecanismos de desintegração e exclusão, uma vez que a inclusão passa a ser mediada por um controle dos sistemas funcionais (Direito, Política, Religião, Economia, Ciência, Arte) que não respondem da mesma forma à pressão do Estado por inclusão, entendido este como organização sobrevivente da sociedade estratificada.

Um bom exemplo disso é relação da propriedade privada com ideia de pessoa/corpo na Modernidade, ou seja, estamos falando especificamente da elaboração das condições sistêmicas de formação da escravidão moderna. A maior expressão da violência na Modernidade é a construção da dinâmica da escravidão dentro de uma operacionalização orquestrada sistemicamente. A comunicação da propriedade tem uma prestação importante nesse processo. É possível explicar essa dinâmica a partir de uma análise da história por trás do quadro Slave ship4, de William Turner<sup>5</sup>, um dos principais artistas do Romantismo e, para muitos, precursor do Impressionismo.

Apenas pela imagem, sem sabermos o que esta conta como narrativa histórica, o sentido desse quadro não alcança o seu desejo de comunicar um evento traumático. Como afirma Jeffrey Alexander<sup>6</sup>, nenhum evento é em si traumático. O trauma, como fenômeno sociológico, é

resultado da mediação que a sociedade fez, faz, ou poderá fazer de um evento. A obra "Navio Negreiro" de Turner é inspirada no relato sobre o navio Zong, que poderia ter sido mais um entre os diversos barcos que realizavam o trajeto da África para a Jamaica no século XVIII. Nesta viagem ocorre uma diferença, a descoberta de uma chaga que começava a tomar os porões do navio e, com isso, os africanos ali escravizados teriam destino certo de apenas esperar a morte. Mas para o capitão desse navio, a questão de como essas mortes seriam comunicadas, como elas seriam observadas, fazia a diferenca da diferenca que constitui a inclusão ou exclusão de suas expectativas em um sistema social.

#### Sentido econômico e discussão sobre direitos humanos

Em outras palavras, se observado o evento a partir de um sentido econômico, o contrato de seguro comunicava que só reconheceria as mortes que, no mar, ocorressem. Cada morte de escravizado no mar representava um sentido específico no sistema econômico. Contudo, para cada morte no barco, o seguro não deixaria mais que a indiferença e o silêncio. Não havia o sentido de lucro no sistema econômico para escravizados mortos por doenças e, portanto, decidir sobre como a morte dos escravizados seria comunicada passava a ser um problema de generalização congruente de expectativas normativas (direito). Aquele que observava os corpos, vivos ou mortos, tendo para si a expectativa de perder o seu dinheiro, de perder o seu lucro, já decidia em ver o corpo pela forma da propriedade.

Assim, cento e trinta e dois (132) africanos, entre homens, mulheres e crianças, foram jogados ao mar Caribenho, tendo como destino um mar repleto de tubarões, onde muitos destes acabaram dilacerados. Os que a sorte retirou dos tubarões, entregou ao fundo do mar. Mas o proprietário dos escravos comunicou, pelo sistema do direito, a sua indenização. Contudo, registra a his-

toriografia inglesa, que ao ser descoberto e narrado este mesmo caso, um trauma se constituiu. Tal evento será ressignificado pela sociedade inglesa, passando de objeto de lucro, derivado de um contrato de seguro, para um trauma gerador da semântica abolicionista. De uma operação econômica alcançou o sentido de pauta das discussões sobre os direitos humanos, provocando no sistema do direito o reconhecimento da abolição. É isso que Turner vai comunicar no sistema da arte sessenta anos depois do ocorrido. A abolição no direito já era fato, mas ainda assim, o trauma comunicava, agora, no sistema da arte.

A violência da redução do outro a corpo, desenvolvida na escravidão moderna, só foi possível com o desenvolvimento do direito de propriedade. Tradicionalmente, o direito é entendido como um conjunto de normas que limita as possibilidades de comportamento. Mas, em termos funcionais, o sistema do direito está, na verdade, muito mais próximo de exercer o papel de habilitador de comportamentos, de ser a condição de possibilidade para certas condutas, muito mais do que ter a função de limitador destas. Basta pensarmos em figuras jurídicas como a propriedade, contratos, responsabilidade da pessoa jurídica, especialmente no campo do direito privado, o direito age como um viabilizador de expectativas7.

Nesse sentido, a propriedade na Modernidade pode ser descrita como um acoplamento estrutural entre o sistema do direito e o sistema da economia. Dentro desse processo, o sistema do direito certamente executou importante função, por meio da construção da escravidão como direito de propriedade, o direito prestou as condições sistêmicas de funcionamento da escravidão, promovendo a estabilização social do maior processo de exclusão do outro como pessoa da modernidade.

<sup>4</sup> **Slave ship** [O navio escravo, em tradução livre], originalmente initiulado *Slavers Throwing overboard* the *Dead and Dying—Typhon coming on* [escravos jogando ao mar os mortos e morrendo - Tufão chegando, em tradução livre], é uma pintura do artista britânico JMW Turner, exibido pela primeira vez em 1840. Medindo 35 3/4 x 48 1/4 de polegada em óleo na tela, está agora no Museu de Belas Artes de Boston. Neste exemplo clássico de uma pintura marítima romântica, Turner retrata um navio, visível ao fundo, navegando através de um mar tumultuoso de água agitada e deixando formas humanas dispersas flutuando em seu rastro. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>5</sup> Joseph Mallord William Turner (1775-1851): pintor romântico londrino, considerado por alguns como um dos precursores do Impressionismo. (Nota da IHU On-Line) 6 Jeffrey C. Alexander: é um dos mais importantes sociólogos norte-americanos da atualidade, professor de sociologia da Universidade de Yale, nos EUA e codiretor do Centro de Sociologia Cultural deste mesmo departamento de ensino e pesquisa. Para Alexander, cultura e sociedade formam um binômio indissolúvel e por isso criou um novo modelo de análise sociológica: a Sociologia Cultural. Na Sociologia Cultural, seu trabalho tem sido associado ao que ele chama de o "programa forte" em estudos da cultura, em comparação ao "programa fraco" que é como nomeia a Sociologia da Cultura. (Nota da IHU On-Line)

<sup>7</sup> LUHMANN, Niklas. *O direito da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p.181. (Nota do entrevistado)

#### O caso brasileiro

Procurando dialogar com a historiografia brasileira, é possível destacar a formalização jurídica do processo escravista, bem descrito por Hebe Mattos<sup>8</sup>. A lei irá substituir o costume como fonte da escravidão a partir do momento que a Constituição de 1824 reconhece comunicações iurídicas acerca do direito de propriedade de escravos. Com o direito de propriedade, o direito fornece segurança para a operação econômica da escravidão, e um empoderamento político da elite brasileira, escamoteando a suposta contradição entre a formação de direitos civis liberais e a validação do direito de propriedade sobre o escravo, para estabilizar uma operação econômica9.

A forma prioritária de comunicação do negro não ocorria como pessoa, mas, sim, como propriedade. A propriedade era a principal forma de se comunicar sistemicamente a condição de negro no império. Devido ao fato de o seu tratamento como coisa se constituir como estrutura de operacionalização, isto é, de seleção e redução da complexidade nos sistemas sociais. Diante da redução à condição de objeto, de bem sujeito à propriedade de alguém, sistemicamente é compreensível o "silêncio" da Constituição de 1824 quanto à real condição dos escravizados. Formalizar a observação do negro nos sistemas sociais no século XIX era diferenciar e indicar, principalmente, a categoria da propriedade de um corpo, o cerceamento da liberdade de um corpo.

Essa dinâmica, dentro do pensamento liberal em desenvolvimento, era escamoteada pela lógica da soberania doméstica frente ao Estado, pela blindagem da relação privada frente ao governo. Logo, a real dinâmica comunicacional do negro na escravidão é praticamente ignorada pelo texto constitucional, uma vez que, caso o texto constitucional de fato enfrentasse o tema da escravidão, acabaria por ter de comunicar a condição do negro dentro da lógica de funcionamento do direito de propriedade, dada a função que este acoplamento estrutural entre o sistema do direito, sistema da política e o sistema econômico, executava à época. Mas mais do que isso, o que também fica (não) comunicado, ou latente, pela "não-comunicação" do negro -propriedade no texto constitucional, é que o próprio direito de propriedade não dependida de uma postura de reconhecimento ativa da programação constitucional. O negro escravizado, como direito de propriedade, forma-se sem a ação direta do Governo Imperial<sup>10</sup>. Diante deste quadro, há que perceber que a programação dos sistemas político, econômico e jurídico, em desenvolvimento a esta época, comecam a elaborar comunicações sobre o negro internamente, dentro de um jogo entre heterorreferência e autorreferência, mas sempre a partir de um compartilhamento estrutural do reconhecimento da propriedade, ou seja, de uma produção de sentido para o reconhecimento da escravidão.

### Propriedade e escravidão seguem imbricadas

Mesmo quando o exame da propriedade, como programa de tomada de decisão, começa a ser levado para o exame das organizações, como tribunais e corporações profissionais, a sua manutenção servia como eixo central de argumentação. Como bem examina Eduardo Spiller Pena<sup>11</sup>, em sua tese "Na sociedade atual, a violência passa a se materializar como um fenômeno de integração pela exclusão"

IHU On-Line – De que forma a exclusão social se configura como elemento propulsor da violência? E como a inclusão pode ser empregada como uma forma de enfrentamento da violência?

Guilherme de Azevedo — Essa questão exige um maior esclarecimento sobre como se desenvolvem dinâmicas de inclusão/exclusão hoje. E para isso, penso que temos que trabalhar essa dinâmica reconhecendo que ela ocorre orientada por um processo de diferenciação funcional da sociedade. Reconhecendo-se o alto índice de abstração que alcança a teoria da sociedade luhmanniana, o que muitas vezes repele a sua leitura e desenvolvimento mais aprofundados, entendo ser fundamental, antes de en-

Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos e escravidão no século XIX<sup>12</sup>, ao demonstrar de forma acurada que a propriedade não era facilmente afastada nos movimentos de tensão que marcaram as discussões entre os membros do Instituto dos Advogados do Brasil - IAB, no que tocava ao mais consistente encaminhamento do sentido jurídico da escravidão.

<sup>8</sup> **Hebe Mattos:** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, atualmente é livre-docente na mesma universidade. Mattos é ainda coordenadora associada do Laboratório de História Oral e Imagem, da UFF e trabalha especialmente com escravidão, memória e abolicão. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>9</sup> Ver: MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Fátima Silva (Org.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI -XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. (Nota do entrevistado)

<sup>10</sup> Mesmo quando o Império passa a indicar para uma perspectiva de dissolução gradual da escravidão, esta era mediada pela ponderação a partir do direito de propriedade. Ver: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). Brasil Imperial, 1871-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 62-64. (Nota do entrevistado)

<sup>11</sup> Eduardo Spiller Pena: graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (1985), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1990) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social da Escravidão e História da África e da Cultura Afro-Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, culturas, liberdade, história, justiça e direito. (Nota da IHU On-Line)

<sup>12</sup> PENA, Eduardo Spiller. Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX. 1998. Tese (Doutorado em História) -- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1998. (Nota do entrevistado)

trarmos na formalização sistêmica da inclusão/exclusão, conectar a proposta de Luhmann a um ponto de partida clássico, um teorema já há muito sedimentado nas ciências sociais: a ideia de que as sociedades são diferenciadas, ou seja, o fato de que há uma divisão do trabalho nessas sociedades.

Tido como um dos pilares do próprio surgimento da Sociologia, a teoria da divisão do trabalho social é tão antiga quanto as ciências sociais, surge na metade do século XVIII, quando se passa a conceber as sociedades como conjuntos complexos que se mantêm por interdependência. As "partes" da sociedade seriam mantidas em coesão por forças de dependência mútua, isto é, uma parte precisa da outra. É esta a base da divisão do trabalho social, teorema fundamental da Sociologia moderna e que pode ser identificado, respeitadas as especificidades, em diversos autores da Sociologia, como Durkheim<sup>13</sup>, Weber<sup>14</sup> e Simmel<sup>15</sup>. Em cada um desses autores, podemos reconhecer formas de se trabalhar uma diferenciação da sociedade. Contudo, é Luhmann que irá, por sua vez, radicalizar a ideia de diferenciação, passando a trabalhá-la como uma diferenciação funcional.

A observação de Luhmann não se restringe à ideia de uma divisão do trabalho social, à própria ideia de que a sociedade é um conjunto, um todo, em que as partes precisam umas das outras. O sentido de função em Luhmann vai muito além desta ideia de interdependência. Para entendermos melhor o papel que o conceito funcional desempenha, temos que acompanhar o marco evolutivo da complexidade social e, nessa evolução, localizar os processos de inclusão/exclusão contemporâneos.

#### Inclusão/exclusão

A adoção de um referencial sociológico sistêmico para o estudo da inclusão/exclusão em sistemas sociais coloca o tema em uma relação diferente com o problema da integração social. O ponto que irá se destacar, com grande relevância para os estudos sobre a dinâmica complexa de processos de inclusão/exclusão, é o fato de que a inclusão/exclusão na sociedade é uma forma que se altera profundamente a partir do tipo de diferenciação social vigente nesta sociedade. Não podemos perder de vista que o tema da integração e da exclusão social sempre foi motivo de confusões conceituais e ceticismo teórico.

O trabalho de David Lockood16 chegou a defender a completa distinção entre o conceito de integração, no seu sentido sistêmico, e o de integração no seu sentido social<sup>17</sup>. Essa distinção procurava não confundir a integração vista como a harmonia interna dos sistemas funcionais, com a integração definida como relação entre sistemas psíguicos, entendidos aqui como indivíduos, e os sistemas sociais. Em Luhmann, a abordagem é feita de outra forma. A integração dos sistemas é proposta como distinção de formas de diferenciação dos sistemas, dotadas essas formas da capacidade (função) de controle desses sistemas parciais em relação ao seu ambiente. Já sobre o problema da integração social, esse é ressignificado como um problema de operação da distinção inclusão/exclusão, seguindo-se aqui, fundamentalmente, a construção que Talcott

Parsons<sup>18</sup> irá produzir a partir de sua leitura de T.H. Marshall<sup>19</sup>, no problema da evolução dos direitos civis.

Com isso, a observação sociológica da inclusão/exclusão deve dar conta de expressar todo processo de diferenciação da sociedade moderna. Para isso, Luhmann vai reformular a definição de inclusão/ exclusão de Parsons20. Para ele, a exclusão deve ser entendida como forma (distinção com dois lados) cujo lado interior é indicado como a oportunidade que as pessoas, aqui entendida como endereços comunicacionais, têm para serem levadas em consideração socialmente (pelos sistemas sociais, organizações, na interação), e o lado exterior dessa forma se mantém sem sinalização<sup>21</sup>.

Dentro dessa perspectiva, existe inclusão apenas quando, ao mesmo tempo, a exclusão é possível. É a existência de pessoas, grupos, segmentos, fora de uma condição de integração, que torna possível observar (diferenciar/indicar) a coesão social e, com isso, possibilita o conhecimento nos termos necessários para promoção dessa coesão. Dessa definição da inclusão/exclusão como forma. decorre uma importante medida de (co)dependência, ou seja, o conhecimento e definição das condições de inclusão geram, ao mesmo tempo, a denominação das formas geradoras da exclusão. O que Luhmann vai destacar, desde o primeiro momento, é que quando os sistemas sociais especificam os critérios de inclusão, ao mesmo tempo, tornam possível o conhecimento da exclusão22 .

22 Ibid., p. 492. (Nota do entrevistado)

<sup>13</sup> DURKHEIM, Emile. Les règles de la méthode sociologique. 13 éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1956; DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Nota do entrevistado)

<sup>14</sup> WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Moraes, 1987; WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994. (Nota do entrevistado) 15 SIMMEL, Georg. Cuestiones fundamentales de sociología. Barcelona: Gedisa, 2002. (Nota do entrevistado)

<sup>16</sup> David Lockwood (1929-2014): foi um sociólogo británico. Seu livro The Blackcoated Worker procura analisar as mudanças na posição de estratificação do trabalhador administrativo usando uma estrutura baseada na distinção de Max Weber entre mercado e situações de trabalho. Lockwood argumentou que a posição de classe de qualquer ocupação pode ser mais bem localizada distinguindo entre as recompensas materiais obtidas do mercado e as situações de trabalho, e aquelas recompensas simbólicas derivadas de sua situação de status. Seu trabalha tornou-se uma contribuição muito importante para o debate da "proletarização", que argumentava que muitos trabalhadores de colarinho branco estavam começando a se identificar com os trabalhadores manuais, identificando sua situação de trabalho como tendo muito em comum com o proletariado. (Nota da IHU On-Line)

Yer: LOCKWOOD, David. Social integration and system integration. In: ZOLLSCHAN, Geroge K.; HIRSCH, Walter. Explorations in social change. London: Halsted Press Book, 1964. p. 244-257. (Nota do entrevistado)

<sup>18</sup> PARSONS, Talcott. The structure of social action. New York: Free Press, 1949; PARSONS, Talcott. Sociological theory and modern society. New York: Free Press, 1967. (Nota do entrevistado)

<sup>19</sup> MARSHALL, Thomas H. Citizenship and social class. Cambridge: Cambridge University Press, 1950. (Nota do entrevistado)

<sup>20</sup> Talcott Edgar Frederick Parsons (1902-1979): foi um sociólogo norte-americano. Seu trabalho teve grande influência nas décadas de 1950 e 1960. A mais proeminente tentativa de reviver o pensamento parsoniano, sob o título de "Neofuncionalismo", pertence ao sociólogo Jeffrey Alexander, da Universidade Yale. Atuou à Universidade Harvard entre 1927 e 1973. Inicialmente, foi uma figura central no Departamento de Sociologia de Harvard, e posteriormente no Departamento de Relações Sociais (criado por Parsons para refletir sua visão de uma ciência social integrada). Ele desenvolveu um sistema teorético geral para a análise da sociedade que veio a ser chamado de funcionalismo estrutural. (Nota da 1HU On-Line)

<sup>21</sup> LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la sociedad*. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana: Herder, 2007. p. 491-492. (Nota do entrevistado)

### Violência como negação da inclusão

Nesse sentido, passamos a conhecer a violência como fenômeno de negação sistêmica da inclusão. É quando indivíduos dos grupos apresentam alto índice de exclusão nos sistemas sociais, eles não são comunicados, ou seja, são apenas corpos. Quando ocorre ainda alguma inclusão, no sentido de serem reconhecidos comunicacionalmente, normalmente isso se dá a partir de simplificações, descaracterizações, mediadas pelos sistemas sociais.

A violência contemporânea é um processo sistêmico de invisibilidade comunicacional de grupos e indivíduos, que ocorre pela dificuldade de operacionalizarmos inclusão a partir de eixo organizacional central único, como o Estado, a Igreja ou as Universidades. Em outras palavras, deve se ter em mente que a inclusão dos indivíduos nos sistemas é afetada principalmente pelos acoplamentos estruturais/operacionais realizados por esses sistemas, como a propriedade, a constituição, os contratos, pensando especialmente na relação entre direito, política e economia. E com essa dinâmica funcionalista ampliada, passa-se a ter dificuldades de operar na sociedade sob a lógica de que um determinado status social, dado pelo simples nascimento ou pertencimento familiar, garanta por si só critérios ontológicos de inclusão sistêmica generalizada.

A inclusão, no âmbito comunicacional, portanto, na sociedade, passa a depender de oportunidades altamente especializadas, que apresentam muitas vezes um quadro instável na sua estabilidade temporal. Assim, a generalização de expectativas de inclusão, pensando aqui na pressão da experiência de democracia de massas, que passam a se constituir, estrutura-se a pretensão de que cada sujeito de direito representa, ao mesmo tempo, um sujeito ativo economicamente e, também, apto a expressar politicamente seus interesses, com o exercício de representar e ser representado. Esse mesmo sujeito tem a expectativa de acessar uma formação educacional elementar, ter benefícios sociais e direitos básicos que lhe possibilitem gozo e fruição de saúde, ou manifestar afeto e seu credo religioso de forma específica e livre, pelas formas e rituais simbólicos postos pela sua cultura e tradição<sup>23</sup>.

O que Luhmann bem destacou para os estudos da inclusão/exclusão é que, no século XVIII, desenvolve-se uma funcionalidade inclusiva a partir do postulado dos direitos humanos que, procurando romper com formas de diferenciação legadas pela tradição, reconstrói as condições de inclusão dos sistemas funcionais em favor de uma nova premissa: o ser humano pensado como sujeito universal<sup>24</sup>. Nesse processo, vão se fortalecer as diferenciações semânticas da "igualdade" e "liberdade", como princípios com pretensão de generalidade. Em termos sistêmicos, são autodescrições da sociedade que passa a se observar a partir da comunicação dos direitos humanos.

Contudo, este movimento se dá dentro de uma realidade de diferenciação funcional, posto que as restrições à liberdade e à igualdade somente se dão por meio dos códigos e programas dos sistemas sociais parciais (direito, economia, política, religião etc.), sem contar, nesse sentido, com a possibilidade de atribuir a um sistema o papel diretivo da totalidade da sociedade. Com a formação da semântica dos direitos humanos na sociedade, a análise luhmanniana auxilia na observação do problema que será apontado na modernidade. Essa sociedade irá constituir, através desta lógica de inclusão/exclusão, a ideia de que o único problema da modernidade parece residir que esses direitos, os direitos humanos, não se realizaram de maneira completa, ou da mesma forma, sobre todos os lugares do mundo.

"O Direito só resolve os problemas que ele mesmo cria"

IHU On-Line – Como a articulação do trinômio "proibição", "descriminalização" e "legalização" pode incidir sobre a violência? Quais as alternativas?

Guilherme de Azevedo - Se pensamos de forma mais restrita. isolando no tema da violência uma das suas principais frentes, como a questão do tráfico de drogas, não há uma articulação desse trinômio. Do ponto de vista do Direito, a resposta tem sido, majoritariamente, monista, isto é, a proibição. Podemos ser otimistas e olhar para iniciativas como a do Uruguai, Portugal, ou a de alguns estados estadunidenses, especificamente na questão da maconha, mas o fato é que o lado pessimista ainda é maior, a tendência mundial ainda é usar o sistema do direito para generalizar expectativas normativas de criminalização da venda e uso de certas substâncias.

Já há um certo consenso científico que esse movimento é um fracasso absoluto em termos de prevenção e prestação de saúde e, por outro lado, um "sucesso" completo em fomentar a violência. As dinâmicas de exclusão que a criminalização do tráfico fomenta são evidentes, especialmente em contextos sociais que apresentam altos níveis de desigualdade de acesso aos sistemas sociais. É senso comum identificar no traficante os marcadores de uma desintegração sistêmica, como baixa escolaridade, desemprego, pobreza, racismo, "não-consumidor", bandido etc. Esses elementos todos são resultados de exclusão de sistemas sociais, permitindo que esses indivíduos sejam reduzidos à condição de corpos.

<sup>23</sup> Neste quadro de pretensão de "cidadania plena", ver o debate em: SCIORTINO, Giuseppe. 'A single societal community with full citizenship for all': Talcott Parsons, citizenship and modern society. *Journal of Classical Sociology*, [S.I.], v. 10, n. 3, p. 239-258, 2010. (Nota do entrevistado) 24 A função dos Direitos humanos e sua relação com a categoria sociológica do trauma será objeto de análise e aprofundamento no último capítulo, quando o seu papel será trabalhado como comunicação de inclusão com pretensões globais. Neste momento, apenas iremos indicar a sua conexão com a evolução do conceito da diferenciação funcional e a complexidade da forma inclusão/exclusão. (Nota do entrevistado)

Basta observar o perfil que a cobertura jornalística apresenta quando trata das mortes na periferia. Não cita nomes, não apresenta histórias individualizadas, não investiga sonhos, desejos, ou ambicões que o indivíduo vítima poderia ter, isto é, ocorre uma simplificação que praticamente retira a condição de endereço comunicativo, naturalizando-o como corpo, ou seja, não comunicando qualquer individualização. Essa prática é causa e consequência da violência. É produto e produtor, é a própria violência e o seu resultado. Antes de examinar alternativas, o desafio é desconstruir esse modelo proibicionista, é reconhecer que ele não funcionou.

#### IHU On-Line – Que respostas o Direito, na atualidade, é capaz de dar à violência social?

Guilherme de Azevedo – É impossível sinalizar uma fórmula geral para enfrentamento da violência pelo Direito. Contudo, em termos mais reflexivos, acredito que um ponto deve estar presente em qualquer pretensão mais normativista de combate à violência. Esse ponto é atentarmos para o fato de que o Direito só resolve os problemas que ele mesmo cria, ou seja, temos que projetar respostas perguntando como os sistemas sociais constroem os seus processos de inclusão/exclusão.

#### Racismo

Para não soar tão abstrato, podemos abrir para um certo nacionalismo metodológico, e tomar o Direito para analisar a dinâmica do racismo no Brasil. O racismo talvez seja a violência mais representativa do contexto brasileiro, uma dinâmica que potencialmente impacta mais de 50% da população brasileira. É partir dessa premissa que a construção de uma resposta a esta questão deve elaborar as linhas iniciais de uma observação do fenômeno do racismo no Brasil. Embora a formação dos processos de exclusão, dentro da lógica operativa dos sistemas sociais, escondesse o reconhecimento

da raça negra como programação explícita para a desigualdade, o preconceito à raça negra já funcionava, sistemicamente, como o outro lado da forma, o lado não indicado na observação de estruturas de restrição à inclusão dos negros, que opera como "ponto cego", como um "unmarked space", da escravidão até o debate das ações afirmativas.

Dessa característica, parece se formar o sentido do racismo brasileiro no período pós-abolição, como "silêncio" normativo (não comunicação), como não-tematização da desigualdade racial que irá se constituir durante boa parte do século XX. O fator sistêmico interessante desse processo, que propomos como uma leitura luhmanniana do surgimento da comunicação da democracia racial, é que ela irá se constituir como um paradoxo: negar o conceito de raca, para buscar desconstruir o racismo, será, justamente, a acão (comunicação) de reforço do racismo. E é essa paradoxalidade que irá caracterizar o racismo na diferenciação social brasileira, um racismo que ocorre pela negação da ideia de raca. Tanto, que isto é o que levará o movimento negro a pressionar pela reconstrução política do conceito de raça, como forma de reconstruir a diferença que possibilita a observação da desigualdade racial, uma forma de combate ao racismo para reintrodução de ideia de raça.

O que se coloca, então, como um dos campos problemáticos para reflexão, é o jogo antagônico entre o aumento na produção de dados empíricos sobre a desigualdade racial, sua exposição e publicização, e a manutenção de uma interpretação dogmática no Direito de que as dificuldades e preconceitos experimentados pela população negra seriam contingenciais, acidentais, ou, de forma mais precisa, o racismo não teria um papel estrutural na sociedade brasileira. Essa recusa interpretativa, que nega a existência de um "racismo sistêmico" no Brasil, que ignora a função que a comunicação da raça negra desempenha na formação de hierarquias na sociedade brasileira, e sua consequente naturalização, acaba gerando mais obstáculos para a eficiência das políticas públicas de igualdade racial.

#### Violências e violações

As violências forjadas pelo racismo no Brasil ainda não foram plenamente reconhecidas como violações. Há uma naturalização que impacta a eficácia empírica (material) da função do Direito de, supostamente, generalizar expectativas normativas de combate ao racismo, isto é, afeta a capacidade do sistema do direito de fomentar irritações nos demais sistemas sociais (político, econômico, educativo etc.), como forma de desencadear processos de coevolução nestes demais sistemas.

Contudo, apontando para alguma mudança e, talvez, permitindo um certo otimismo nesse tema, é significativo o fato de que o início do século XXI marca uma importante fase do desenvolvimento de políticas de combate ao racismo, especialmente quando pensamos a partir da Convenção de Durban25, em 2001, que sinalizou a urgência de uma pauta político-jurídica em escala mundial para o problema do racismo e demais práticas discriminatórias. O Estado Brasileiro pareceu reagir a essa provocação com uma potencialização interna das discussões sobre as relações raciais no país, que acabaram por produzir arcaboucos normativos relevantes como a Lei nº 10.639/03, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei de Cotas Raciais. Entretanto, esses dispositivos ainda estão longe de se apresentarem como resposta efetiva para o massacre que o Brasil realiza com a juventude negra. Somos o país de mais de 50 mil homicídios por ano, mas esses homicídios não são aleatórios, contingenciais ou difusos. As vítimas são na maioria homens, jovens, pobres e negros. E sobre essa dinâmica da violência, pouca resposta o Direito tem dado.■

<sup>25</sup> Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. Duban, realizada em 2001. Integra a série de eventos internacionais organizados pela Unesco denominada Conferência Mundial contra o Racismo (WCAR). Quatro conferências foram realizadas: em 1978, 1983, 2001 e 2009. (Nota da IHU On-Line)

### O interminável Maio de 1968

Patrick Viveret viveu a ebulição dos meses, desde 1967, que antecederam a tomada das ruas, universidades e fábricas por estudantes e trabalhadores franceses

Vitor Necchi | Tradução: Vanise Dresch | Edição: Ricardo Machado

onge de um certo pessimismo diante da memória de 1968 e mais distante ainda do ufanismo romântico em torno do maio francês, Patrick Viveret, em entrevista por e-mail à IHU On-Line, analisa um dos eventos mais marcantes da segunda metade do século 20. "Maio de 1968 foi, para mim, uma vitória inacabada, ainda sem palavras para defini-la, sem uma verdadeira forma política", pontua. "Nesse sentido, as questões levantadas em 68 estão diante de nós, não foram deixadas para trás", complementa.

Olhando para o mundo atual e para as promessas da revolução 4.0, Viveret sublinha a exaustão de um projeto global construído no pós-guerra, apresentado por ele em três eixos: "Um crescimento essencialmente material, mas para todos (sem questionamento sobre a natureza); um modo de produção industrial; e o Estado-Nação". O interessante, contudo, é que aquilo que pode ser considerado como o fim da linha é, ao mesmo tempo, as três perguntas

que impulsionam os desafios contemporâneos. "Em suma, estas são as três grandes questões sobre o futuro da humanidade com as quais deparamos: a questão ecológica relativa ao futuro do nosso planeta; aquela da transformação do trabalho: o que vamos fazer da nossa vida?; e a mais radical, com a revolução biotecnológica: o que vamos fazer com a nossa espécie?", provoca o entrevistado.

Patrick Viveret é formado em Filosofia e doutor pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Na década de 1960, participou da Juventude Estudantil Cristã - JEC (Jeunesse Étudiante Chrétienne, no original). É autor de Reconsiderar a Riqueza (Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2006), De la convivialité. Dialogues sur la société conviviale à venir, ouvrage collectif (Paris: Éditions La Découverte, 2011) e La Cause Humaine, du bon usage de la fin d'un monde (Paris: Èditions Les Liens qui Libèrent, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor participou dos acontecimentos de 1968 na França. O que o mobilizou naquele momento?

Patrick Viveret – Em 22 de março de 1968, eu era estudante em Nanterre e morava na cidade universitária. Eu tinha 20 anos. O primeiro fator, conhecido como "movimento de 22 de março", que depois desencadeou o movimento de maio

na Sorbonne, iniciou-se com uma questão que não era diretamente política, mas altamente societal — foi a questão da discriminação entre o acesso ao prédio masculino e ao prédio feminino. As mulheres podiam entrar no prédio dos homens, mas estes não podiam entrar no das mulheres. Nossas "camarades femmes" [colegas ou camaradas mulheres], como dizíamos na época, queriam que fizéssemos uma invasão pacífi-

ca do prédio delas, para lutar contra essa discriminação. Foi também nesse contexto de grande ebulição que tomamos conhecimento da prisão de um militante do Comitê Vietnã Nacional<sup>1</sup>, ocorrida durante uma manifestação contra, principalmente, a American Express. Por solidariedade, decidiu-se lançar um movimento de

<sup>1</sup> O Comitê Vietnã Nacional foi um grupo francês formado em 1966 para protestar contra a intervenção americana no Vietnã. (Nota da tradutora)

# "Maio de 1968 foi, para mim, uma vitória inacabada"

ocupação do prédio administrativo da faculdade. Participei porque estava no segundo ano de Filosofia na faculdade de Nanterre. Aliás, participei também de movimentos que já vinham de bem antes, pois todo o ano de 1967 foi marcado por movimentos muito importantes na universidade.

Maio de 1968 foi, para mim, uma vitória inacabada, ainda sem palavras para defini-la, sem uma verdadeira forma política, embora, alguns anos depois, o chamado Movimento Autogestionário tenha tentado lhe dar uma linguagem política. Mas, no ano de 1968, isso não existia.

IHU On-Line – As efemérides são momentos de celebrar datas e de reinterpretá-las. Para além disso, a evocação de 1968 pode sugerir caminhos para se compreender a atualidade?

Patrick Viveret – Os principais slogans de 68 são em grande parte extraordinariamente antecipadores. Por exemplo, "Chega de perder a vida para ganhá-la". Este slogan, escrito pela primeira vez nos muros da fábrica Sochaux ("Gilda, eu amo você. Chega de perder nossa vida para ganhá-la"), vai circular e "viralizar" (como diríamos hoje), abordando o tema da transformação do trabalho e do emprego, e está relacionado com outro grande slogan: "Cansados de tomar o metrô, trabalhar e dormir ("Ras-le-bol du métro, boulot, dodo").

Nesse sentido, as questões levantadas em 68 estão diante de nós, não foram deixadas para trás. Os slogans citados levam a debates muito atuais, como o desafio indicado, no plano teórico, por Hannah Arendt<sup>2</sup>, em A condição humana (São Paulo: Forense Universitária, 2016), sobre a necessidade de passar de uma civilização do trabalho, do labor, a uma "civilização da obra". Não se trata mais, hoje, de uma questão teórica, mas, sim, prática: a possibilidade de uma nova divisão do trabalho entre os robôs e os humanos, reservando para estes, por exemplo, o que pertence à obra e ao ofício. Isso também traz a questão das novas formas de relação entre obras e renda, como a renda mínima.

IHU On-Line – Um dos temas em 1968 era a questão do prazer, a revolução sexual, a revolução dos costumes. Nesse sentido, o que se avançou?

Patrick Viveret – Sim, avançamos, como mostra o fato de que, hoje, chefes de Estado podem se divorciar, viver com alguém sem estarem casados ou, como o presidente francês atual, ter começado um relacionamento com uma

2 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta em uma crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição 438 da IHU On-Line, A Banalidade do Mal, de 24-3-2014, disponível em https://goo.gl/QqtQjz, abordou o trabalho da filósofa. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX, disponível em http://bit.ly/ihuon168, e 206, de 27-11-2006, intitulada O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975, disponível em https://goo.gl/uNWy8u. (Nota da IHU On-Line)

mulher muito mais velha que ele quando era aluno dela, ao passo que, na França dos anos 1970, em semelhantes circunstâncias, outra mulher teria se suicidado.

Mas a reação das forças conservadoras à emancipação das mulheres ainda é muito forte, como vemos, por exemplo, nos Estados Unidos, com a força dos movimentos que tentam impedir o aborto. Trata-se, portanto, de um combate que se mantém atual.

IHU On-Line — Que questões são urgentes e fundamentais de se discutir no mundo atual? Em que se deve avançar?

Patrick Viveret – Não devemos esquecer que 1968 vem num momento em que se anuncia, no mundo inteiro, a exaustão do grande ciclo social-democrata do pós-guerra, que se caracteriza por três elementos: crescimento essencialmente material, mas para todos (sem questionamento sobre a natureza); um modo de produção industrial; e o Estado-Nação. Assim, a questão ecológica não é pensada em relação ao modelo de crescimento; outro aspecto que não é pensado, pode-se dizer, é a questão espiritual no sentido amplo; e, por último, a questão global, que começa a aparecer, mas que o Estado-Nação não assume.

O grande projeto de construção para o futuro, a meu ver, diz respeito às respostas para esses três anseios fundamentais, que foram instrumentalizados de forma regressiva pela revolução neoconservadora, que, por sua vez, leva a um impasse e a um fim de ciclo. Não é à toa que os dois países mais engajados nesse processo — o Reino Unido com Thatcher³ e os Estados Unidos com Reagan⁴ — chegam hoje, com o Brexit⁵ e a eleição de

3 Margaret Hilda Thatcher (1925-2013): política britânica, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. Ao liderar o governo do Reino Unido, Thatcher estava determinada a reverter o que via como o declínio nacional de seu país. Suas políticas econômicas foram centradas na desregulamentação do setor financeiro, na flexibilização do mercado de trabalho e na privatização das empresas estatais. Sua popularidade esteve baixa em meio à recessão econômica iniciada com a Crise do petróleo de 1979. No entanto, uma rápida recuperação econômica, além da vitória britânica na Guerra das Malvinas, fizeram ressurgir o apoio necessário para sua reeleição em 1983. Devido ao fato de Thatcher ter sobrevivido a uma tentativa de assassinato em 1984, de sua dura oposição aos sindicatos e de sua forte crítica à União Soviética, foi alcunhada de

"Dama de Ferro". (Nota da IHU On-Line)
4 Ronald Reagan (1911-2004): ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966, e se reelegeu em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em "The Killers", único filme em que atuou como vilão. (Nota da IHU On-Line)

5 Brexit: a saida do Reino Unido da União Europeia é apelidada de Brexit, palavra-valise originada na língua inglesa resultante da fusão das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saida). A saida do Reino Unido da União Europeia tem sido um objetivo político perseguido por vários individuos, grupos de interesse e partidos políticos, desde 1973, quando o Reino Unido ingressou na Comunidade Económica Europeia, a precursora da UE. A saida da União é um direito dos estados-membros segundo o Tratado da União Europeia. A saida foi aprovada por referendo realizado em junho de 2016, no qual 52% dos votos foram a favor de deixar a UE. O Instituto Humanitas Unisions - IHU, na seção Notícias do Dia de seu site, vem publicando uma série de análises sobre o tema. Entre elas, A alma da Europa depois do Brexit, artigo de Roberto Esposito, publicado no jornal La Repubblica e reproduzido nas Notícias do Dia de 17-2016.

Trump<sup>6</sup>, ao esgotamento desse modelo.

Diante dessa situação, devemos considerar a questão global, mas oferecendo-lhe como resposta a cidadania planetária, no sentido do que Edouard Glissant chama de "mundialidade" [ou globalidade]; a mutação tecnológica, mas mostrando que ela pode desembocar na lógica, por natureza, cooperativa do conhecimento e da informação; e uma demanda espiritual alternativa à regressão identitária e dogmática. Em suma, estas são as três grandes questões sobre o futuro da humanidade com as quais deparamos: a questão ecológica relativa ao futuro do nosso planeta; aquela da transformação do trabalho: o que vamos fazer da nossa vida?; e a mais radical, com a revolução biotecnológica: o que vamos fazer com a nossa espécie?

disponível em http://bit.ly/2gazMuF; e O Brexit e a globalização, artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, publicado por CartaCapital e reproduzido nas Notícias do Dia de 12-7-2016, disponível em http://bit.ly/2eY4F68. Confira mais textos em ihu.unisinos.br. (Nota da IHU On-Line)

6 **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45° presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná -lo famoso. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – O fundamentalismo, em suas diferentes versões, é uma ameaça crescente?

Patrick Viveret - Sim. Porque é uma resposta regressiva, mas poderosa, a outra forma de fundamentalismo que é o fundamentalismo de mercado, para empregar a expressão de Joseph Stiglitz7. Este fundamentalismo destrói as raízes culturais, sociais, nacionais das coletividades humanas. A tentação, então, é de isolamento identitário, seja este nacionalista ou religioso. Isso gera hoje, como sempre gerou, impasses trágicos. É com a criação de um verdadeiro movimento inverso pela cidadania planetária, que respeite as diferenças, integrando-as ao mesmo tempo num marco comum de direitos e responsabilidades, principalmente no plano ecológico, que conseguiremos avancar. Como afirmamos na rede internacional Diálogos em Humanidade: Nosso país é a Terra e nosso povo é a humanidade!

O ano de 1968 representou uma fratura cultural e social mundial de leste a oeste e de norte a sul. Este desafio permanece diante de nós... ■

#### Leia mais

- A desertificação humana e ecológica. Entrevista especial com Patrick Viveret publicada na revista IHU On-Line, nº 469, de 3-8-2015, disponível em http://bit.ly/2lnVPwb;
- "Estamos indo em direção a uma qualidade superior de humanidade". Entrevista com Patrick Viveret publicada nas Notícias do Dia, de 07-02-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/1DeLb3C.



<sup>7</sup> Joseph Stiglitz: ex-vice-presidente do Banco Mundial – Bird, foi chefe dos economistas no governo Clinton, Estados Unidos, e prêmio Nobel de Economia 2001. Ele é autor, entre outros, dos seguintes livros, traduzidos para o português: A globalização e seus malefícios (São Paulo: Futura, 2003) e Os Exuberantes anos 90 (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). (Nota da IHU On-Line)

# UNISINOS

Se você é aluno de graduação da Unisinos, o IHU disponibiliza 10 vagas gratuitas para o Simpósio através da plataforma Unisinos LAB.

Confira a relação dos nossos eventos em ihu.unisinos.br/eventos e matricule-se pela plataforma do LAB.

24

## É indispensável recuperar o sentido dos gestos de renovação dos anos 60

Para Enéas de Souza, a grande herança daqueles anos vem da ideia lacaniana de não ceder do seu desejo, e isso atravessa a subjetividade e as ações sociais

Vitor Necchi

utopia de Maio de 68 foi uma ideia de transformação social, econômica, política e cultural da sociedade contemporânea na direção de uma sociedade socialista e libertária", entende o economista Enéas de Souza. A sua hipótese é que "ela se deu num momento de crise de desenvolvimento do capitalismo".

Para Souza, "ficou a utopia como uma energia revolucionária ampla". Na voragem histórica daquele tempo, sobressaíram "os efeitos sobre a vida cotidiana, que se ampliou com o questionamento de todos os seus aspectos, desde o sexo até o engajamento político". Esse universo afrontou "a sociedade antiga, onde habitavam as práticas políticas congeladas, as atividades burocráticas ferozes, os esquemas intelectuais conservadores e as práticas cotidianas sem exuberâncias vitais".

Em 1968, Souza era um jovem que esteve em Paris pouco antes da eclosão do movimento. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, lembra que os "jovens estavam loucos para mudarem", e Maio de 68 terminou quando não houve 'liga' entre a cultura e a política".

Do ímpeto libertário, "emergiu um processo capitalista de reafirmação da hegemonia americana-inglesa, através de uma ação de corte capitalista, de entrada em campo das finanças, do dólar flexível, de destruição da força operária dos sindicatos, ou seja, com a presença do neoliberalismo". Passados 50 anos,

Souza entende que "foi uma época inacabada e incompleta, porque não conseguiu unir a transformação econômica e política da classe operária com uma transformação cultural profunda".

O economista acredita que "pensar a grande fecundidade daquele tempo histórico, os atos fundamentais daquela época, pode dar um sentido mais empolgante ao tempo presente". Ele ressalva que "não se trata de copiar o que foi feito, mas é indispensável recuperar o sentido dos gestos de renovação dos anos 60. É preciso redescobrir o tesouro dos atos e dos pensamentos". No seu entendimento, a grande herança daqueles anos "vem da ideia lacaniana de não ceder do seu desejo", e "essa herança atravessa a subjetividade e as ações sociais".

Enéas de Souza é graduado em Filosofia e em Ciências Econômicas e especialista em Didática Geral e Especial de Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É crítico de cinema e analista membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - APPOA Trabalhou na Fundação de Economia e Estatística - FEE. Autor de Trajetórias do Cinema Moderno e outros textos (Porto Alegre: Da Cidade) e co-autor de Cinema. O Divã e a Tela (Porto Alegre: Artes e ofícios, junto com Robson de Freitas).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual foi a utopia de Maio de 68? E quando ela terminou?

**Enéas de Souza** – A utopia de Maio de 68 foi uma ideia de transformação social, econômica, política

e cultural da sociedade contemporânea na direção de uma sociedade socialista e libertária. A minha hipó-

# "A utopia de Maio de 68 foi uma ideia de transformação social, econômica, política e cultural da sociedade contemporânea na direção de uma sociedade socialista e libertária"

tese é que ela se deu num momento de crise de desenvolvimento do capitalismo. De um lado, a entrada em cena – depois do desenvolvimento produtivo multinacional do pósguerra e do começo da expansão financeira do capital – de uma crise na base da produção industrial com a nova expansão do petróleo, de um caminho de integração entre ciência e indústria que vai germinar nos próximos 30 anos uma revolução das chamadas novas tecnologias de comunicação e informação. De outro lado, o prenúncio de uma futura transformação da base monetária da sociedade: a passagem do dólar -ouro para o dólar flexível, garantido pelo Estado americano, que se dará em 1971.

Acompanha, é claro, uma enorme derrota geopolítica americana, oriunda do fracasso da guerra no Vietnã¹. Na época, se pensava inclusive na queda de seu poder hegemônico. Maio de 68 foi um fenômeno resultante desse envoltório econômico e político dos Estados Unidos no quadro da Guerra Fria².

Nesse movimento histórico, tam-

bém temos outro processo complexo: a vasta crise no sistema soviético causada pela incapacidade do seu capitalismo de Estado, supostamente socialista, e pelo excesso de "centralismo democrático" no desenvolvimento político do movimento do comunismo no mundo. Assim, emergiram nesse tempo crises de todas as ordens: política, burocrática, industrial e, sobretudo, ideológica.

Toda essa combustão que balança o processo histórico aponta o seu momento crítico para a França e se move numa tentativa de transformação global da sociedade capitalista a partir da utopia de Maio. Num sentido, a tentativa de superar a distância entre a política, a economia e a cultura; ao mesmo tempo, algo dessa utopia se espalhou por todo o mundo. O epicentro dessa crise é Paris, onde há uma busca de unir certa transformação cultural com a metamorfose do econômico e da política. E a fratura da utopia se dá na insuficiência do PCF [Partido Comunista Francês] em compreender o movimento estudantil e intelectual e do movimento estudantil e intelectual de pensar que o movimento cultural desse a partida para algo maior.

Ficou a utopia como uma energia revolucionária ampla. O acento se fez numa mudança estrutural da cultura desde a renovação da psicanálise, da explosão das artes – principalmente do cinema – e a profunda reformulação da filosofia. Nessa voragem histórica, sobressaíram também os efeitos sobre a vida cotidiana, que se ampliou com o questionamento de todos os seus aspectos, desde o

sexo até o engajamento político. E essas realidades se afrontaram com a sociedade antiga, onde habitavam as práticas políticas congeladas, as atividades burocráticas ferozes, os esquemas intelectuais conservadores e as práticas cotidianas sem exuberâncias vitais. Os jovens estavam loucos para mudarem. E Maio de 68 terminou quando não houve "liga" entre a cultura e a política.

IHU On-Line – Das ruas de Maio de 1968, emanava o grito "é proibido proibir". Criticavase o sistema, a família, a tradição, a moral, as proibições. Que mundo emergiu desse ímpeto libertário?

Enéas de Souza – Emergiu um processo capitalista de reafirmação da hegemonia americana-inglesa, através de uma ação de corte capitalista, de entrada em campo das finanças, do dólar flexível, de destruição da força operária dos sindicatos, ou seja, com a presença do neoliberalismo. E também certa incompetência soviética para enfrentar os desafios geopolíticos americanos.

Pode-se constatar um enrijecimento das análises econômicas, políticas e culturais do movimento socialista, e a quebra das reações operárias, sobretudo nos sindicatos. Apesar de tudo, encontramos a emergência cultural como o estruturalismo, o movimento lacaniano, a expansão do cinema desdramático e de grande espontaneidade com origem da *Nouvelle Vague*, uma certa transformação do cine-

<sup>1</sup> Guerra do Vietnã: conflito armado entre 1964 e 1975 no Vietnã do Sul e nas zonas fronteiriças do Camboja e do Laos, com bombardeios sobre o Vietnã do Norte. Inscreve-se no contexto da Guerra Fria, conflito entre as potências capitalistas e o bloco comunista. De um lado, combatiam a coalização de forças incluindo Estados Unidos, República do Vietnã (Vietnã do Sul), Austrália e Coreia do Sul. Do outro, estavam República Democrática do Vietnã, Frente de Liberação Nacional (FLN) e a guerrilha comunista sul-vietnamita. A ex-URSS e a China forneceram ajuda material ao Vietnã do Norte e ao FLN, mas não tiveram participação militar ativa no conflito. A Guerra do Vietnã era uma parte do conflito regional envolvendo os países vizinhos do Camboja e do Laos, conhecido como Segunda Guerra da Indochina. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **Guerra Fria:** nome dado a um período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, que gerou um clima de tensão que envolveu países de todo o mundo. Estendeu-se entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda da União Soviética (1991). (Nota da **IHU On-Line**)

ma americano comercial, mutações artísticas importantes.

De qualquer forma, o que se viu foi a capacidade do capitalismo de recuperar todas as práticas antissistêmicas para o fortalecimento do sistema, como, por exemplo, o mundo hippie. E no desenvolvimento do neoliberalismo houve um deslanche do capitalismo financeiro e industrial para capitalizar toda a sociedade, sobretudo de elementos do Estado: educação, saúde, transportes, energia. E ultimamente, sobretudo, a cultura. Com isso, o sistema absorveu a postura crítica.

O neoliberalismo abafou até a ideia de passado cultural, de patrimônio cultural. Um dos exemplos é a posição favorável de alguns grupos à destruição de parcelas da cidade, uma luta contra a memória da civilização. Hoje, existem até arquitetos que propugnam a construção de um edifício que, depois de usado, seja posto abaixo para que aquele espaço seja ocupado por outra obra. Ou seja, nada de memória de civilização. O mundo se usa, não se questiona, não se aprimora, joga-se no lixo como uma civilização do descarte, do efêmero, a civilização e a selvageria do digital. Registra-se e apaga-se. E se vai em frente. Do mundo libertário surgiu o mundo do apagamento.

"Os jovens
estavam loucos
para mudarem.
E Maio de
68 terminou
quando não
houve "liga"
entre a cultura
e a política."

IHU On-Line – Entre o final de 1967 e fevereiro de 1968, o

senhor viveu em Paris. Como foi esta experiência? Havia algo que prenunciasse os acontecimentos de Maio?

Enéas de Souza – Foi uma experiência muito marcante, porque os acontecimentos foram vividos como a necessidade de uma transformação social profunda no nível de uma totalidade dinâmica. A ebulição cultural era perturbadoramente fantástica. Vínhamos de uma cultura dominada por Heidegger³, Sartre⁴, Merleau-Ponty⁵, Simone de Beauvoir⁶, o marxismo luckasiano७, o cinema neorrealista italiano, o cinema soviético, o cinema hollywoodiano

3 Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é O ser e o tempo (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), Cartas sobre o humanismo (1947) e Introdução à meta física (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-6-2006, intitulada O século de Heidegger, disponível em http://bit.ly/ihuon185, e 187, de 3-7-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica,* disponível em http://bit.ly/ihuon187. Confira, ainda, Cadernos IHU em formação nº 12, Martin Heidegger A desconstrução da metafísica, que pode ser acessado em http://bit.ly/ihuem12, e a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-5-2010, disponível em https://goo.gl/dn3AX1, intitulada O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do ciclo de estudos Filosofias da diferença, pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo existencialista francês. Escreveu obras teóricas, romances, peças teatrais e contos. Seu primeiro romance foi A náusea (1938), e seu principal trabalho filosófico é O ser e o nada (1943). Sartre define o existencialismo em seu ensaio O existencialismo é um humanismo como a doutrina na qual, para o homem, "a existência precede a essência". Na Crítica da razão dialética (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou suas teorias políticas nas biografias Baudelaire (1947) e Saint Genet (1953). As palavras (1963) é a primeira parte de sua autobiografia. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou. (Nota da IHU On-Line).

5 Maurice Merleau-Ponty (1908-1961): escritor e filósofo líder do pensamento fenomenológico na França. Professor da Universidade de Lyon e na Sorbone, em Paris. De 1945 a 1952 foi coeditor (com Jean-Paul Sartre) do jornal Les Temps Modernes. Voltando sua atenção para as questões sociais, publicou um conjunto de ensaios marxistas, em 1947, Humanisme et terreur (Humanismo e Terror), a mais elaborada do comunismo soviético no final dos anos 1940. Confira a edição 378 da revista IHU On-Line, de 31-10-2011, intitulada Merleau-Ponty. Um pensamento emaranhado no corpo, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/378. (Nota da IHU On-Line)

6 Simone de Beauvoir (1908-1986): escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Ligou-se pessoal e intelectualmente ao filósofo francês Jean-Paul Sartre. Entre seus ensaios críticos, destaca-se O segundo sexo (1949), uma profunda análise sobre o papel das mulheres na sociedade; A velhice (1970), sobre o processo de envelhecimento, no qual teceu críticas apaixonadas sobre a atitude da sociedade para com os anciãos; e A cerimônia do adeus (1981), uma evocação da figura de seu companheiro de tantos anos, Sartre. (Nota da IHU On-Line)

7 **Georg Lukács** (György Lukács, 1885-1971): filósofo húngaro, de grande importância no cenário intelectual do século 20. Em sua trajetória procurou refazer o percurso da filosofia clássica alemã, inicialmente como crítico influenciado por Kant, depois Hegel e, finalmente, aderindo ao marxismo. (Nota da **IHU On-Line**)

do espetáculo crítico. E começavam a emergir a psicanálise lacaniana<sup>8</sup>, o marxismo estruturalista com Althusser<sup>9</sup>, as mutações filosóficas de Foucault<sup>10</sup>, Deleuze<sup>11</sup>, o ressurgimen-

8 Jacques Lacan (1901-1981): psicanalista francês. Realizou uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou nor eliminar vários elementos deste autor. Para Lacan o inconsciente determina a consciência, mas ainda as sim constitui apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo Confira a edição 267 da revista IHU On-Line de 4-8-2008, intitulada A função do pai, hoje. Uma leitura de Lacan, disponível em http://bit.ly/ihuon267. Sobre Lacan, confira as seguintes edicões da revista IHU On -Line, produzidas tendo em vista o Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer "não cedas de teu desejo"? [ne cède pas sur ton désir]?, realizado em 14 e 15 de agosto de 2009: edição 298, de 22-6-2009, intitulada Desejo e violência, disponível em https://bit.ly/2HMLQAW, e edição 303, de 10-8-2009, intitulada A ética da psicanálise. Lacan estaria justificado em dizer "não cedas de teu desejo"?, disponível em https://bit.ly/2KApKzk. (Nota da IHU

9 Louis Althusser (1918-1990): filósofo marxista fran-

cês nascido na Argélia. Aluno brilhante, foi aceito na prestigiada École Normale Supérieure (ENS) em Paris, mas não pôde frequentar a escola, pois estava convocado para a Segunda Guerra Mundial. Acabou aprisio nado na Alemanha. Permaneceu no campo até o final da guerra, ao contrário dos demais soldados, que fugiram para lutar – motivo pelo qual Althusser se puniu mais tarde. Após a guerra, Althusser pôde frequentar a ENS. Entretanto, sua saúde mental e psicológica es tava severamente abalada, tendo, inclusive, recebido terapia de eletrochoques em 1947. A partir de então, Althusser sofreu de enfermidades periódicas durante o resto de sua vida. A ENS foi compreensiva à sua condição, permitindo que ele residisse em seu próprio quarto na enfermaria, onde viveu por décadas, a não ser em períodos de internação hospitalar. Marxista, filiou-se ao Partido Comunista Francês em 1948. No mesmo ano, tornou-se professor da ENS. Em 1946, Althusser conheceu Hélène Rytmann, uma revolucionária de origem judajco-lituana oito anos mais velha. Ela foi sua companheira até 16 de novembro de 1980, quando morreu estrangulada pelo próprio Althusser, num surto psicótico. As exatas circunstâncias do ocorrido não são conhecidas - uns afirmam ter se tratado de um acidente; outros dizem que foi um ato deliberado. Althusser afirmou não se lembrar claramente do fato, alegando que, enquanto massageava o pescoço da mulher, descobriu que a tinha matado. A justiça considerou-o inimputável no momento dos acontecimentos e, em conformidade com a legislação francesa, foi declarado incapaz e inocentado em 1981. Cinco anos mais tarde, em seu livro L'avenir dure longtemps [O futuro dura muito tempo], Althusser refletiu sobre o fato, pretendendo reivindicar uma espécie de responsabilidade por seus atos quando do assassinato, o que gerou uma polêmica entre seus correligionários e detra-tores, sobre tal responsabilidade ser filosófica ou real Althusser não foi preso, mas foi internado no Hospital Psiquiátrico Sainte-Anne, onde permaneceu até 1983. Após esta data, ele se mudou para o norte de Paris, onde viveu de forma reclusa, vendo poucas pessoas e não mais trabalhando, a não ser em sua autobiografia. Louis Althusser morreu de ataque cardíaco em 22 de outubro de 1990, aos 72 anos. (Nota da IHU On-Line) 10 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a História da Loucura até a História da sexualidade (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em http://bit.ly/ihuon119 edição 203, de 6-11-2006, disponível em https://goo.gl/C2rx2k; edição 364, de 6-6-2011, intitulada 'História da loucura' e o discurso racional em debate, disponível em https://goo.gl/wjqFL3; edição 343, O (des)governo biopolítico da vida humana, de 13-9-2010, disponível em https:// goo.gl/M95yPv, e edição 344, Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em https://goo.gl/ RX62qN. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU** em formação, disponível em http://bit.ly/ihuem13, Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética. (Nota da IHU On-Line)

11 **Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções.

to nietzschiano12, a passagem das artes plásticas da Europa para os Estados Unidos, o teatro de Beckett<sup>13</sup>, o cinema novo, a bossa nova. E assim o novo mundo eram as aulas magníficas de Lacan, a forca sombria de Althusser e o término emocionante de Sartre. E que profundas modificações nas relações homem-mulher. que cheques da visão eurocêntrica até as novas perspectivas chinesas. Isto tudo estava no dia a dia, tumultuando os pensamentos, as ideias, os corpos, as relações. Surgiram novas dimensões no cinema, na filosofia, na psicanálise, no teatro. Mas, apesar dessa ebulição vasta e enorme, o mundo político parecia estagnado e nada prenunciava o surgimento de Maio. Apenas o filme de 14Godard,

Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos e singularidades. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes Assim falou Zaratustra (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), O anticristo (Lisboa: Guimarães, 1916) e A genealogia da moral (São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou até o dia de sua morte. A Nietzsche, foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da **IHU On-Line**, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filó* sofo do martelo e do crepúsculo, disponível para download em http://bit.ly/HI7xwP. A edicão 15 dos Cadernos IHU em formação é intitulada O pensamento de Friedrich Nietzsche, e pode ser acessada em http://bit.ly/HdcqOB. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em http://bit.ly/162F4rH, intitulada O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da revista IHU On-Line, de 24-5-2010, leia a entrevista Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência, concedida pelo professor Oswaldo Giacoja e disponível em https:// goo.gl/zuXC4n. Na edição 388, de 9-4-2012, leia a entre vista O amor fati como resposta à tirania do sentido, com Danilo Bilate, disponível em http://bit.ly/HzaJpJ. (Nota da

13 Samuel Beckett (1906-1989): escritor e dramaturgo irlandês. Autor de uma obra bilíngue (francês e inglês), por vezes designada como "literatura da angústia". Considerado um dos escritores mais influentes do século 20. Fortemente influenciado por James Joyce, é considerado um dos últimos modernistas. Como inspiração para muitos escritores posteriores, também é considerado um dos primeiros pós-modernistas. Ele é um dos escritores fundamentais no que Martin Esslin chamou de Teatro do absurdo. Recebeu o Nobel de Literatura de 1969. Utiliza nas suas obras, traduzidas em mais de 30 línguas, uma riqueza metafórica imensa, privilegiando uma visão pessimista acerca do fenômeno humano. Sua obra mais famosa é a peça Esperando Godot. (Nota da IHU On-Line)

14 Jean-Luc Godard (1930): cineasta franco-suíço, nascido em Paris. Reconhecido por um cinema vanguardista e polêmico, que tomou como temas e assumiu como forma, de maneira ágil, original e quase sempre provocadora, os dilemas e perplexidades do século 20. Um dos principais nomes da *Nouvelle Vague*, assim como Truffaut. A partir de 1952, colaborou na revista Cahiers du Cinéma e, depois de vários curta-metragens, fez em 1959 seu primeiro filme longo, À bout de souffle (Acossado), em que adotou inovações narrativas e filmou com a câmera na mão, rompendo uma regra até então inviolável. Esse filme foi um dos primeiros da Nouvelle Vague, movimento que se propunha renovar a cinematografia francesa e revalorizava a direção, reabilitando o filme dito de autor. Os filmes

La Chinoise, saído em fevereiro, previa a irrupção de algo revolucionário. Mas o clima parisiense era de que Godard estava louco. Sim, o ambiente estava quieto e parecia um clima de marasmo. Nada parecia que o mundo ia vir abaixo. E vimos, então: Godard estava certo. Por um instante, o raio da tempestade da renovação se fez presente. Uma imagem para nunca se esquecer.

IHU On-Line – No final dos anos 1960, vigia a ditadura militar no Brasil. Como se constituía a vida em um país sem democracia, enquanto o mundo estava em ebulição, em um tempo de questionamento e ruptura?

Enéas de Souza - Aqui no Brasil, havia uma resistência progressiva, popular e intelectual, contra o movimento de 64. Esse nunca triunfou ideologicamente. Culturalmente era um movimento reacionário, conservador politicamente. E contra os avancos sociais. E contra a civilização. Começava também uma revolução sexual intensa, um movimento cultural e artístico de grande modernização. E mesmo depois, de forte repressão, o movimento libertador continuou resistindo nas "catacumbas". Havia mesmo uma ideia de que o país estava militarmente ocupado, e a semelhanca da Franca ocupada na Segunda Guerra Mundial era muito falada.

O jornalista Marcos Faerman<sup>15</sup>, que

sequintes confirmaram Godard como um dos mais inventivos diretores da Nouvelle Vague: Vivre sa vie (1962; Viver a vida), O Desprezo (1963), Bande à part (1964), Alphaville (1965), Pierrot le fou (1965; O demônio das 11 horas), Deux ou trois choses que je sais d'elle (1966; Duas ou três coisas que eu sei dela). La Chinoise (1967: A chinesa) e Week-end (1968; Week-end à francesa). O cinema de Godard nessa fase caracteriza-se pela mobilidade da câmera, pelos demorados planos-sequências, pela montagem descontínua, pela improvisação e pela tentativa de carregar cada imagem com valores e informações contraditórios. Após o movimento de Maio de 1968, Godard criou o grupo de cinema Dziga Vertov – assim chamado em homenagem a um cineasta russo de vanguarda – e voltou-se para o cinema político. *Pravda* (1969) trata da invasão soviética da Tchecoslováquia; Le vent d'Est (1969; Vento do Oriente), com roteiro do líder estudantil Daniel Cohn-Bendit, desmistifica o western, e Jusqu'à la victoire (1970: Até a vitória) enfatiza a guerrilha palestina. Mais uma vez, Godard procurou inovar a estética cinematográfica com Passion (1982), reflexão sobre a pintura. Os filmes seguintes, como Prénom: Carmen (1983) e Je vous salue Marie (1984), provocaram polêmica e o último deles, irreverente em relação aos valores cristãos, esteve proibido no Brasil e em outros países, (Nota da IHU On-Line)

15 Marcos Faerman (1943-1999): jornalista, administrador cultural e professor nascido em Rio Pardo (RS), im-

tinha um jornal chamado Versus, publicou uma crônica de Sartre sobre a ocupação, quando a mínima resistência de uma palavra criativa nos cafés de Paris era um ato político. A resistência à ditadura era muito forte, inclusive por ocasião do chamado "Milagre econômico", que começou em 68-69. A resistência desembocou no campo político do cotidiano, inclusive eleitoral, e no espaco da guerrilha. Um pouco daquela energia que existia no mundo a favor da liberdade e contra o mundo capitalista desarvorado pousou no Brasil e culminou no movimento das Diretas Já. O retorno da democracia foi renovador, mas deu origem, no médio prazo, a outros graves problemas que estamos vivendo hoje.

#### IHU On-Line – Para a geração que viveu o Maio de 68, passados 50 anos, qual o entendimento sobre aquele tempo?

Enéas de Souza – Foi uma época inacabada e incompleta, porque não conseguiu unir a transformação econômica e política da classe operária com uma transformação cultural profunda, sobretudo na tentativa de desvincular a transformação socialista geralmente pensada de modo economicista, para uma transformação de uma sociedade econômica, política e cultural marcada pela ideia de liberdade e não submetida

portante referência na história da imprensa brasileira por conta de seu trabalho como criador e editor de publicacões alternativas que resistiram à ditadura militar e de suas reportagens, situadas na fronteira entre a literatura e o jornalismo. Escreveu mais de 800 reportagens para o Jornal da Tarde, durante 24 anos. Tornou-se conhecido pela prática do jornalismo literário. Começou a carreira aos 17 anos, quando foi contratado para trabalhar como jornalista profissional na Última Hora, de Porto Alegre, após levar para o jornal um manifesto estudantil. Integrou-se ao Partido Comunista Brasileiro em 1964 e. em 1967, fez parte da direção da Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul. Em 1968, participou da fundação do Partido Operário Comunista (POC) e, eleito para a sua direção nacional, foi destacado para militar em São Paulo. No mesmo ano, ingressou no Jornal da Tarde, em São Paulo, como redator de internacional. Permaneceu no veículo ao longo de 24 anos, trabalhando como redator, editor de Esportes, subeditor de Internacional, coeditor do Caderno de Sábado e repórter especial Durante o governo Médici (1969-1974), foi detido várias vezes para prestar depoimentos no Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Acabou se afastando do POC. A partir de 1970, atuou na imprensa alternativa, que fez oposição ao regime militar e discutiu temas ignorados pela grande imprensa ou proibidos pela censura, como a tortura praticada contra os presos políticos, os sucessivos cortes às liberdades individuais e os debates das correntes de esquerda. Foi, nesse ano, correspondente em São Paulo do semanário alternativo carioca O Pasquim. Lecionou na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo, de 1996 até 1999. (Nota da IHU On-Line)

ao centralismo democrático de um partido único.

A doença do burocratismo da política continuou em vários partidos de esquerda. Pensar a grande fecundidade daquele tempo histórico, os atos fundamentais daquela época, pode dar um sentido mais empolgante ao tempo presente. Ouvir o passado, ouvir os gestos decisivos, criativos, inventivos, engenhosos daquela época pode ressoar nas necessidades do presente histórico. Não se trata de copiar o que foi feito, mas é indispensável recuperar o sentido dos gestos de renovação dos anos 60. É preciso redescobrir o tesouro dos atos e dos pensamentos.

IHU On-Line – A revolução sexual e a ideia de desinterdição dos corpos e do prazer inflavam as mentes da juventude ao final dos anos 1960. Hoje, quando aqueles jovens são os velhos do presente, que balanço pode ser feito desse tema?

Enéas de Souza – A grande herança daqueles anos, a meu ver, vem da ideia lacaniana de não ceder do seu desejo. Essa herança atravessa a subjetividade e as ações sociais.

## IHU On-Line – Maio de 68 foi superestimado?

Enéas de Souza - Ele só é superestimado quando se pensa como saudade. E saudade que se ambicionaria fazer igual, e dessa vez, certo. A história é sempre nova, é sempre outra, embora mantenha sempre a ideia de que ela é um confronto eternamente vivo. Talvez, se pensando bem, o ensino de Maio de 68 foi que a política, a sociedade é sempre um conflito de forcas, em que essas estão sempre dinamicamente se transformando e continuamente em oposição. Maio é uma lição que se deve procurar nem superestimar, nem subestimar. A lição está na criação, não ceder quanto à ousadia da invenção.

"Foi uma época inacabada e incompleta, porque não conseguiu unir a transformação econômica e política da classe operária com uma transformação cultural profunda"

# IHU On-Line – Quais filmes inspirados pelo Maio de 68 são importantes e por quê?

**Enéas de Souza** – Três filmes me parecem importantes sobre Maio. Um que o antecipou fortemente: o filme de Godard, *La Chinoise*. E os outros dois *Os sonhadores*, de Bernardo Bertolucci¹6, e *Amores Constantes*, de Philippe Garrel¹7. O primeiro porque

16 Bernardo Bertolucci (1941): cineasta e roteirista italiano. Em 1961, trabalhou como assistente de direção no filme Accattone, de Pier Paolo Pasolini. Em 1962, dirigiu La commare secca. Obteve reconhecimento com seu segundo filme, Antes da revolução, em que já demonstrava seu estilo político e comprometido com seu tempo. Em 1967, escreveu o roteiro de Era uma vez no oeste, um dos melhores filmes de Sérgio Leone. Nos Estados Unidos, dirigiu *O conformista* (1970). Em 1972, lançou *O último tan*go em Paris, considerado sua primeira obra-prima. Depois de fazer 1900, um filme monumental e muito ambicioso, Bertolucci partiu para o drama intimista em La Luna. Em 1987, consagrou-se com O Último Imperador, que recebeu nove Oscars, incluindo os de melhor filme e melhor diretor. Em *O céu que nos protege* (1990), rodado no deserto do Sahara, Bertolucci extraiu interpretações fantásticas de Debra Winger e John Malkovich. Seguiram-se O Pequeno Buda e Beleza Roubada. Seus últimos filmes falam de relacionamentos e sentimentos, são profundam

como Beleza roubada e Assédio. (Nota da IHU On-Line) 17 Philippe Garrel (1948): cineasta, fotógrafo, roteirista, editor e produtor francès. Seus filmes já ganharam prémios em eventos prestigiados como o Festival de Cinema de Cannes e o Festival de Veneza. Teve um relacionamento de 10 anos com a cantora e atriz alemã Nico entre 1969 e 1979, com a atriz participando em sete de seus filmes entre 1972 e 1979. Pai do ator e diretor Louis Garrel e da atriz Esther Garrel, fruto de seu relacionamento com Brigitte Sy. Inciou sua carreira cinematográfica cedo, escrevendo e dirigindo o seu primeiro filme, Lés enfants désaccordés,

mostra que a Arte é antecipadora da sociedade. La Chinoise, que saiu em fevereiro de 68 na França, marcava com precisão todo um processo que se encaminharia para algo revolucionário. E os outros dois filmes porque marcam eventuais erros estratégicos da esquerda, como em Os sonhadores, enquanto que o filme de Philippe Garrel ressalta a presença de um personagem que ficou marcado por Maio, sem renovar a sua vida e sem sair para outros acontecimentos.

## IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Enéas de Souza - O importante foram os atos fundadores de Maio: o ensaio de renovação de uma sociedade marcada pelo imobilismo político, econômico, e que não escutava a volúpia de uma ambição de renovação cultural de algumas frações do social. Havia a ideia generosa de que essas transformacões seriam para toda a sociedade. E, por outro lado, há que ter uma atitude crítica para não exaltar a revolta fácil. Há que perceber que a sociedade é sempre combate. Para mim, há sempre uma tensão entre a civilização e selvageria. Benjamim<sup>18</sup> falava de que há barbárie em toda civilização e civilização em toda barbárie. Há que criar os instantes e o caminho de

em 1964. Em 1982, recebeu o Prix Jean Vigo pelo filme L'enfant secret. Em 1994, ganhou o Perspectives du Cinéma Award no Festival de Cannes pelo seu film Liberté, la nuit (1983). Durante 10 anos, obteve grande reconhecimento no Festival de Veneza. Em 1991, recebeu o Leão de Prata por J'entends Plus la Guitare, que havia sido indicado para o Leão de Ouro. *La Vent de la Nuit* foi indicado para o Leão de Ouro em 1999. Dois anos mais tarde, Sauvage Innocence foi indicado para o Leão de Ouro e ganhou o prêmio FI-PRESCI. Seu filme de 2005, Amantes Constantes, recebeu o Leão de Prata para Melhor Diretor. (Nota da **IHU On-Line**) 18 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como Quadros parisienses, Charles Baudelaire, e Em busca do tempo perdido, de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparente mente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, estão A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica (1936), Teses sobre o conceito de história (1940) e a monumental e inacabada Paris, capital do século XIX, enquanto A tarefa do tradutor constitui referência incontornável dos estudos literários. Sobre Benjamin, con-fira a entrevista Walter Benjamin e o império do instante, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à IHU On-Line nº 313, disponível em http://bit.ly/zamora313. (Nota da IHU On-Line)

uma civilização que se jogam pelas coisas importantes da vida: a cultura material e espiritual, sem pensar que a selvageria seja expurgada do mundo dos homens. A selvageria é estrutural.

Há, contudo, algo a acrescentar: hoje, as bases de qualquer movimento de ambição, de transformação global, devem levar em consideração que, primeiro, o combate político é entre os Estados Unidos e a Rússia e a China, com transformações geopolíticas novas, por exemplo, como a subordinação completa do Brasil, do governo Temer e da época da Lava Jato, ao governo americano.

Além disso, temos, em segundo lugar, uma época totalmente diferente no campo tecnológico, com o mundo digital se infiltrando em todas as dimensões da vida humana, seja eliminando a base operária e jogando os oprimidos no campo dos serviços, seja construindo uma sociedade do controle, através das câmeras de vigilância, através dos aplicativos que dominam a vida cotidiana dos

cidadãos, inclusive se apropriando dos seus dados, dos seus textos, das suas imagens. É a era do olho absoluto. Tudo vê e, se quisermos, de tudo se apropria.

E na esfera cultural, o que temos é uma desvinculação do cidadão da cultura com a consequente decadência da filosofia, das ciências humanas, da assunção de uma religiosidade frágil, de uma medicalização das questões psicanalíticas, de um campo artístico em retração, com o Estado cedendo sua política cultural para uma política autolaudatória do capital privado. E com o triunfo das finanças, temos uma nova religião, como diz Agamben<sup>19</sup>:

19 Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facolta di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensi-na Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Universitá di Macerata Universitá di Verona e da New York University cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras estão *Homo Sacer: a* poder soberano e a vida nua (Belo Horizonte: Ed. UFMG, , 2002), A linguagem e a morte (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), Infância e história: destruição da experiência e ori gem da história (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); Estado de exceção (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 4-9-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em http:// Deus é dinheiro. Prefiro dizer, no entanto, que Deus é capital e que suas outras duas figuras são o dinheiro e a mercadoria. É a divina trindade dessa sociedade de materialismo vulgar. Ou seja, Maio de 68 agora, para ser um novo maio − e exitoso − terá que ser outro, um maio do século 21, num longo enfrentamento com a tal divina trindade, sem perder a democracia e a liberdade. ■

bit.ly/jasson040907. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-9-2007, publicou a entrevista Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em https://goo.gl/zZRChp. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna, disponível para acesso em http://bit.ly/ihuon81. Em 30-6-16, o professor Castor Bartolomé Ruiz proferiu a conferência Foucault e Agamben, Implicações Ético Políticas do Cristianismo, que pode ser assistida em http://bit.ly/29j12pl. De 16-3-2016 a 22-6-2016, Ruiz ministrou a disciplina de Pós-Graduação em Filosofia e também validada como curso de extensão através do IHU intitulada Implicações ético-políticas do cristianismo na filosofia de M. Foucault e G. Agamben. Governamentalidade, economia política, messianismo e democracia de massas, que resultou na publicação da edição 241ª dos Cadernos IHU Ideias, intitulado O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno, que pode ser acessada em http://bit.ly/1Yy07S7. Em 23 e 24-5-2017, o IHU realizou o VI Colóquio Internacional IHU – Políti-ca, Economia, Teologia. Contribuições da obra de Giorgio Agamben, com base sobretudo na obra O reino e a glória. Uma genealogia teológica da economia e do governo (São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de: Il regno e la gloria. Per una genealogia teológica dell'ecconomia e del governo. Publicado originalmente por Neri Pozza, 2007). Saiba mais em http://bit.ly/2hCAore (Nota da IHU On-Line)

#### Leia mais

- A eficiência do Estado não começa com o corte, mas com a estratégia. Entrevista especial com Enéas de Souza, publicada nas Notícias do Dia de 5-12-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2lo1F0z.
- A insustentável leveza do capital financeiro. Entrevista especial com Enéas de Souza, publicada nas Notícias do Dia de 10-4-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos IHU, disponível em http://bit.ly/2KJC1BJ.



## 68 foi a maior greve geral selvagem da história da França, mas saiu vencida

Para Erick Corrêa, o significado mais profundo da crise que explodiu há 50 anos reside no rechaço ao capitalismo e às principais formas partidárias e sindicais

Vitor Necchi

evocação dos 50 anos do movimento que inflamou a França permite que se estabeleça uma relação com a atualidade brasileira, "após cinco anos de uma singular contrarrevolução sem revolução, em resposta às jornadas de junho de 2013". Para Erick Corrêa, "assim como na França em 68, o trabalho de desqualificação e de deslegitimação das posições da esquerda revolucionária durante e depois da crise, realizado tanto por gaullistas como por comunistas-stalinistas, não se distancia muito do trabalho realizado no Brasil, sobretudo entre 2013 e as jornadas anticopa de 2014, feito por petistas e antipetistas, contra os movimentos sociais de base autônoma, como o Movimento Passe Livre ou as federações anarquistas e demais frentes populares independentes de partidos e sindicatos".

Nas duas situações, "tais posições de certa maneira prepararam o terreno para uma contraofensiva da direita que, em simbiose com os aparatos estatais de controle e repressão, depois atingiria frontalmente todo o campo da esquerda", avalia Corrêa, que identifica um risco: "No plano histórico, quase sempre que as posições da direita e da esquerda reformista se uniram no ataque às correntes minoritárias e revolucionárias do movimento operário, o fascismo avançou e o autoritarismo estatal instaurou-se".

Ao refletir sobre os episódios transcorridos há meio século, Corrêa, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, avalia que "na radicalização de setores minoritários do meio estudantil, principalmente em Strasbourg, Nantes e Nanterre, que reside o significado mais profundo da crise que explode em Maio-Junho de 68: um duplo rechaço, simultaneamente dirigido ao sistema capitalista e às principais formas partidárias e sindicais (socialdemocrata ou bolchevique) de organização e representação política e econômica das classes trabalhadoras".

O que ocorreu naquele ano transformou a realidade: "A crise redefiniu a dinâmica da modernização capitalista e o panorama social e político francês das décadas seguintes". Para Corrêa, "68 foi a maior greve geral selvagem da história da França, mas saiu vencida", e essa derrota "abre o caminho para as reestruturações produtivas posteriores".

No Brasil, a resistência à ditadura instaurada em 1964 impactou o teor e o rumo da efervescência de 1968. O regime de exceção colocava os contestadores "diante de um horizonte de expectativas historicamente mais rebaixado do que aquele aspirado pelos contestadores de um país como a França, que gozava de liberdades democráticas mínimas (todavia ausentes no Brasil), além de um vigoroso Estado de Bem-Estar Social, após cerca de 20 anos de glórias econômicas e expansão capitalista na Europa ocidental".

Erick Corrêa é graduado, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Unesp. Sua dissertação é intitulada Guy Debord: crítica e crise da sociedade do espetáculo. Organizou, com Maria Teresa Mhereb, o livro 68 – como incendiar um país (São Paulo: Ed. Veneta, 2018). Atualmente desenvolve sua tese sobre a revolução portuguesa de 1974-75.

Confira a entrevista.

# "A crise redefiniu a dinâmica da modernização capitalista e o panorama social e político francês das décadas seguintes"

co, o PCF havia apoiado a repressão

dos stalinistas na revolução húngara

de 1956 e se recusado a aprofundar

a desestalinização da organização,

mesmo após a morte de Stalin<sup>5</sup> e do

Relatório Khrushchov<sup>6</sup> sobre os cri-

IHU On-Line – Que forças e pensamentos políticos compunham o cenário que antecedeu o Maio de 68 na França?

Erick Corrêa – No campo intelectual de esquerda, o marxismo francês da época era marcado por uma vitalidade conferida pelo questionamento, portado por correntes heterodoxas, ao conformismo e à ortodoxia teórica patrocinada pelo Partido Comunista Francês - PCF, bem como por uma redescoberta criativa dos textos de Marx¹ que sublinham a alienação e a subjetividade revolucionária, como era o caso de Henri Lefebvre², André Gorz³ e Jean-Paul Sartre⁴. No plano políti-

mes do stalinismo, além de prosseguir com o expurgo de suas correntes radicais, o que explica em parte a sensibilidade anticomunista de grande parte dos protagonistas de 68, sobretudo dos mais jovens (entre principal trabalho filosófico é *O ser e o nada* (1943). Sartre define o existencialismo em seu *ensaio O existencialismo é um humanismo* como a doutrina na qual, para o homem, "a existência precede a essência". Na *Crítica da razão dialética* (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e

principal trabalho filosofico e O ser e o nada (1943). Sartre define o existencialismo em seu ensaio O existencialismo é um humanismo como a doutrina na qual, para o homem, "a existência precede a essência". Na Crítica da razão dialética (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou suas teorias psicanalíticas nas biografias Baudelaire (1947) e Saint Genet (1953). As palavras (1963) é a primeira parte de sua autobiografia. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou. (Nota da IHU On-Line).

5 Josef Stalin (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin ocupou o posto de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o de chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ángelo Segrillo à edição 265 da IHU On-Line, Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie, analisando a obra Prezado Sr. Stalin (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler, disponível em http://bit.ly/1j3t54H. (Nota da IHU On-Line)

6 **Nikita Khrushchov** (1894-1971): secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1953 e 1964 e líder político do mundo comunista até ser afastado do poder por sua perspectiva reformista e substituído na conudação da URSS pelo político conservador Leonid Breiney O chamado Discurso Secreto ou Relatório Khrushchov cujo nome oficial é Sobre o culto à personalidade e suas consequências, é uma famosa intervenção de Khrushchov durante o 20° Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 25 de fevereiro de 1956. No discurso, reafirma sua crença nos ideais comunistas, invocando as ideias de Lenin, ao mesmo tempo que critica o regime de Stalin. particularmente pelos brutais expurgos de militares de alto escalão e de quadros superiores do partido e pelo cul-to à personalidade de Stalin. O discurso foi um marco na Era Khrushchov e um sinal da intensa disputa pela liderança soviética, na qual Khrushchov procurava desacreditar os stalinistas. Significou, também, uma mudança da linha oficial do Partido Comunista da União Soviética e dos seus postulados baseados no chamado stalinismo. O texto original só foi publicado em sua totalidade no dia 3 de março de 1989, pela gazeta oficial do Comitê Central do Partido, iá no período da glasnost – abertura do regime promovida por Mikhail Gorbatchov. (Nota da IHU On-Line)

estudantes e trabalhadores).

As organizações mais originais deste campo à esquerda do PCF eram minúsculas, como Informação Correspondência Operária (ICO, 1958-73) e a Internacional Situacionista (IS, 1957-72), organização que realizou com êxito um esforço de conciliação entre a crítica da cultura e a crítica da economia política. Havia também diversos grupos da extrema esquerda, de orientação pró-chinesa (maoísta) ou trotskista.

Algumas revistas, como *Arguments* e *Socialisme ou Barbarie*, conduziam um trabalho de "revisão" do marxismo. As teses conselhistas de Rosa Luxemburgo<sup>7</sup> e de Anton Pannekoek<sup>8</sup> reencontravam um solo fértil para uma retomada dos princípios de autonomia decisória e de controle da produção pelos próprios trabalhadores. Nas antípodas do pensamento heterodoxo, Louis Althusser<sup>9</sup> conduzia uma equipe de jo-

1 Karl Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos Cadernos IHU ideias, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título A (anti)filosofia de Karl Marx, disponível em http://bit.ly/173IFhO. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista IHU On-Line, de 20-10-2008, é intitulada A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx, disponível em https://goo.gl/7a/kWZ. A entrevista Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da IHU On-Line, de 3-5-2010, disponível em https://bit.ly/2p4vpGS. A IHU On-Line pre-

Marx, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/ edicao/449. (Nota da **IHU On-Line**) 2 **Henri Lefebvre** (1901-1991): filósofo marxista e sociólogo francés. Estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em 1920. (Nota da **IHU On-Line**)

parou uma edição especial sobre desigualdade inspira

da no livro de Thomas Piketty O Capital no Século XXI,

que retoma o argumento central de O Capital, obra de

3 **André Gorz** (1923-2007): filósofo austríaco. Escreveu vários livros, entre eles Adeus ao proletariado (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), Metamorfoses do trabalho, Crítica da razão econômica (São Paulo: Annablume, 2003) e Misérias do Presente, Riqueza do Possível (São Paulo: Annablume, 2004), Realizamos uma entrevista com André publicada parcialmente na 129ª edição da revista IHU On-Line, de 2-1-2005, e na íntegra no número 31 dos Cadernos IHU Ideias, com o título A crise e o êxodo da sociedade salarial, disponível em https://bit.ly/2joRAT7. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo* da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz, de autoria de André Langer, pesquisador do Cepat, publicado nos Cadernos IHU nº 5, de 2004, disponível em https://bit.ly/2I54YJR. (Nota da IHU On-Line) 4 Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo existencialista francês. Escreveu obras teóricas, romances, pecas teatrais e contos. Seu primeiro romance foi A náusea (1938), e seu 8 **Antonie Pannekoek** (1873-1960): astrônomo e teórico marxista holandês. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>7</sup> **Rosa Luxemburgo** (1870-1919): filósofa marxista e revolucionária polonesa. Participou na fundação do grupo de tendência marxista que viria a tornar-se, mais tarde, o Partido Comunista Alemão. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>9</sup> Louis Althusser (1918-1990): filósofo marxista francês nascido na Argélia. Aluno brilhante, foi aceito na prestigiada École Normale Supérieure (ENS) em Paris, mas não pôde frequentar a escola, pois estava convocado para a Segunda Guerra Mundial. Acabou aprisionado na Alemanha. Permaneceu no campo até o final da guerra, ao contrário dos demais soldados, que fugiram para lutar – motivo pelo qual Althusser se puniu mais tarde. Após a guerra, Althusser pôde frequentar a ENS. Entretanto, sua saúde mental e psicológica estava severamente abalada, tendo, inclusive, recebido terapia de eletrochoques em 1947. A partir de então, Althusser sofreu de enfermidades periódicas durante o resto de sua vida. A ENS foi compreensiva à sua condição, permitindo que ele residisse em seu próprio quarto na enfermaria, onde viveu por décadas, a não ser em períodos de interna-ção hospitalar. Marxista, filiou-se ao Partido Comunista Francês em 1948. No mesmo ano, tornou-se professor da ENS. Em 1946, Althusser conheceu Hélène Rytmann, uma revolucionária de origem judaico-lituana oito anos mais velha. Ela foi sua companheira até 16 de novembro de 1980, quando morreu estrangulada pelo próprio Althusser, num surto psicótico. As exatas circunstâncias

vens pesquisadores encarregados de esterilizar o marxismo de qualquer traco de "ideologia".

No campo da sociologia, especificamente nos anos que antecedem a explosão revolucionária de 1968, Paris contava com pelo menos quatro importantes revistas científicas: a Sociologie du travail, animada por Georges Friedmann<sup>10</sup> e de cujo comitê de redação participariam, entre outros, os sociólogos Michel Crozier11, Jean-Daniel Reynaud12, Alain Touraine<sup>13</sup> e Jean-René Tréanton<sup>14</sup>; a Revue française de sociologie, cuja chefia de redação era assinada por Edgar Morin<sup>15</sup>; a

do ocorrido não são conhecidas – uns afirmam ter se tratado de um acidente; outros dizem que foi um ato deliberado. Althusser afirmou não se lembrar claramente do fato, alegando que, enquanto massageava o pescoço da mulher, descobriu que a tinha matado. A justica considerou-o inimputável no momento dos acontecimentos e, em conformidade com a legilação francesa, foi declarado incapaz e inocentado em 1981. Cinco anos mais tarde, em seu livro L'avenir dure longtemps [O futuro dura muito tempo], Althusser refletiu sobre o fato, pretendendo reivindicar uma espécie de responsabilidade por seus atos quando do assassinato, o que gerou uma polêmica entre seus correligionários e detratores, sobre tal responsabilidade ser filosófica ou real. Althusser não foi preso, mas foi internado no Hospital Psiquiátrico Sainte-Anne, onde permaneceu até 1983. Após esta data, ele se mudou para o norte de Paris, onde viveu de forma reclusa, vendo poucas pessoas e não mais trabalhando, a não ser em sua autobiografia. Louis Althusser morreu de ataque cardíaco em 22 de outubro de 1990, aos 72 anos. (Nota do IHU On-Line) 10 Georg Friedmann (1912-2008): historiador cultural alemão e um grande representante do diálogo entre judeus e cristãos na Alemanha. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Michel Crozier (1922-2013): sociólogo francês. Formulou as bases da análise estratégica em sociologia das organizações. Era membro da Academia de Ciências Mo rais e Políticas da França e Diretor de Pesquisa emérito do CNRS. Estudou o fenômeno burocrático nas organizações a partir do exemplo francês. Sua análise pôs a descoberto as forcas que bloqueiam a adaptação das estruturas econômicas, políticas e sociais capazes de promoveram a modernização das organizações. (Nota da **IHU On-Line**) 12 **Jean-Daniel Reynaud** (1926): professor de sociologia francês, nascido em Lausanne. Diretor da Revista Francesa

de Sociologia (1985-1993) e cofundador da revista Sociologia do Trabalho. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Alain Touraine (1925): sociólogo francês conhecido por sua obra dedicada à sociologia do trabalho e dos movimentos sociais. Tornou-se conhecido por ter sido o pai da expressão "sociedade pós-industrial". Seu trabalho é baseado na "sociologia de ação", e seu principal ponto de interesse tem sido o estudo dos movimentos sociais. Touraine acredita que a sociedade molda o seu futuro através de mecanismos estruturais e das suas próprias lutas sociais. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Jean-René Tréanton (1925-2015): sociólogo francês, teórico da sociologia do trabalho. Lecionou na Université de Lillee na École des Hautes Études Commerciales. (Nota da IHU On-Line)

15 **Edgar Morin** (1921): sociólogo francês, autor da célebre obra *O Método*. Os seis livros da série foram tema do Ciclo de Estudos sobre "O Método", promovido pelo IHU em parceria com a Livraria Cultura de Porto Alegre em 2004. Embora seja estudioso da complexidade crescente do conhecimento científico e suas interações com as questões humanas, sociais e políticas, se recusa a ser enquadrado na sociologia e prefere abarcar um campo de conhecimentos mais vasto: filosofia, economia, política, ecologia e até biologia, pois, para ele, não há pensamento que corresponda à nova era planetária Além de O Método, é autor de, entre outros, A religação dos saberes. O desafio do século XXI (Bertrand do Brasil, 2001). Confira a edição especial sobre esse pensador, intitulada *Edgar Morin e o pensamento complexo*, de 10-9-2012, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.

Archives européennes de socioloqie, dirigida por Raymond Aron<sup>16</sup> e de cujo comitê de redação se destacariam Croizier (França), Ralf Dahrendorf<sup>17</sup> (Alemanha) e Thomas Bottomore<sup>18</sup> (Grã-Bretanha); além da Communications, na qual participariam nomes como Roland Barthes19 e Morin.

No decurso de 1968, G. Friedmann, Morin e Touraine se destacariam nas páginas do Le monde como os principais articulistas franceses da crise sociopolítica deflagrada naquele ano. Dentre as editoras que acolheram em seus catálogos e coleções as principais obras do pensamento sociológico francês daquele período, destacam-se a Plon, a Éditions du Seuil e a Minuit. Elas publicariam O Fenômeno burocrático (1963), de Croizier, e Os herdeiros, os estudantes e a cultura (1964), de Bourdieu e Passeron.

br/edicao/402. (Nota da IHU On-Line)

16 Raymond Aron (1905-1983): sociólogo, filósofo e jornalista francês. Doutor em Filosofia da História. Como professor na Universidade de Colônia, na Alemanha, assistiu à ascensão do nazismo. Quando a Segunda Guerra Mundial começou, em 1939, era professor de filosofia social na Universidade de Toulouse e alistou-se na Força Aérea Francesa. Quando a França foi ocupada, Aron foi para Londres, na Inglaterra, onde se juntou às forças do General de Gaulle e editou, de 1940 a 1944, o jornal do movimento de resistência, "France Libre". No fim da guerra, em 1945, ele voltou para Paris, trabalhando como professor de sociologia. Lecionava essa disciplina na Universidade Sorbonne quando aconteceram os protestos dos estudantes de Maio de 1968. O humanismo e liberalismo de Aron faziam contraponto ao existencialismo marxista de outro intelectual francês de sua época, Jean-Paul Sartre. Em *O ópio dos* intelectuais, de 1955, criticou o conformismo de esquerda e as tendências totalitárias dos regimes marxistas. A partir da observação da realidade de sua época, o filósofo tentou explicar a atração exercida pelo marxismo sobre muitos intelectuais europeus, com quem entrou em conflito Para Aron, a doutrina de Marx para a sociedade, a economia e a política parecia divorciada da evolução econômica e social do mundo ocidental. Foi um colunista influente do jornal Le Figaro e do semanário L'Express, onde escreveu até sua morte. (Nota da IHU On-Line)

17 **Ralf Dahrendorf** (1929-2009): sociólogo, filósofo e político alemão radicado no Reino Unido. Estudou filosofia, filologia clássica e sociologia em Hamburgo e Londres entre 1947 e 1952. Doutorou-se em Filosofia. Também fez um doutorado na London School of Economics. (Nota da IHU On-Line

18 Thomas Bottomore (1920-1992): importante professor e sociólogo marxista inglês, membro do British Labour Party (Partido Trabalhista Inglês). Ficou conhecido interna-cionalmente pela sua visão aberta, humana e antidogmática do marxismo, que o levou a ser admirado pelo mundo acadêmico não marxista. Foi professor de sociologia da London School of Economics (1952-64), professor e diretor do departamento de Sociologia na Simon Fraser University, Vancouver (1965-67) e professor da Sussex University até sua aposentadoria (1968-1985). Sua principal publicação em português é o *Dicionário do Pensamento Marxista* (Rio de Janeiro, Zahar, 1988). Foi secretário da Associação Internacional de Sociologia (International Sociological Association) de 1953 a 1959. Ele foi um editor prolífico e tradutor dos escritos de Karl Marx. Bottomore editou e contribuiu com várias revistas de sociologia e ciências políticas. (Nota da IHU On-Line)

19 Roland Barthes (1915-1980): crítico literário, sociólogo e filósofo francês. Entre suas obras se destacam Elementos de semiologia (1965), Sistema da moda (1967), O Império dos signos (1970). (Nota da IHU On-Line)

À direita e à extrema-direita do espectro sociopolítico, entre gaullistas moderados e monarquistas radicais, havia organizações, como o grupo Occident, além de revistas como Rivarol ou Restauration Nacionale.

"Os slogans e palavras de ordem pichados pelos muros e paredes de Paris exprimiam uma variedade incrivel de orientações ideológicas, em sua maioria de inspiração socialista e libertária"

#### IHU On-Line - Antes de o movimento eclodir, havia prenúncios dele?

Erick Corrêa - Sim, certamente a agitação no meio estudantil francês já apresentava sinais de radicalização pelo menos desde 1966. Naquele ano, um grupo de estudantes da Universidade de Estrasburgo, por exemplo, associou-se à Internacional Situacionista para denunciar uma crise geral do meio estudantil francês, em todos os seus aspectos (econômico, político, psicológico, sexual e intelectual), propondo, por sua vez, alguns meios revolucionários de resolvê -la. Voltada contra o reformismo

da principal entidade representante do sindicalismo estudantil francês, a Unef (União Nacional dos Estudantes da França, equivalente à UNE brasileira), tal crítica se fazia desde uma perspectiva revolucionária, de inspiração conselhista e situacionista. A Associação de Estrasburgo chegou a apresentar uma moção de dissolução da Unef, aprovada pela Associação de Nantes, na assembleia geral da entidade, em janeiro de 1967.

Em março daquele ano, estudantes do sexo masculino, da faculdade de Nanterre, ocuparam os prédios de moradia destinados exclusivamente às estudantes (homens eram até então proibidos de visitar os pavilhões femininos, sendo permitido apenas o contrário). O diretor da faculdade convocou rapidamente as forcas policiais para realizarem a desocupação dos pavilhões femininos. A polícia estava proibida de intervir no perímetro universitário desde a Idade Média. A partir de 1968, essa prática passa a acontecer normalmente na Franca.

Houve ainda uma série de greves parciais de trabalhadores ao longo dos anos 1960, de diferentes setores da economia, como a greve de fevereiro e março de 1966, na fábrica da Rhodiacéta, em Besançon. Mas é na radicalização de setores minoritários do meio estudantil, principalmente em Strasbourg, Nantes e Nanterre, que reside o significado mais profundo da crise que explode em maio-junho de 68: um duplo rechaço, simultaneamente dirigido ao sistema capitalista e às principais formas partidárias e sindicais (social-democrata ou bolchevique) de organização e representação política e econômica das classes trabalhadoras.

#### IHU On-Line – A intelectualidade francesa foi pega de surpresa pela explosão das ruas?

**Erick Corrêa** – Sim, com exceção dos situacionistas. Um episódio é exemplar nesse sentido. Em 1967, Henri Lefebvre publicou na França

Posição contra os tecnocratas, um livro de crítica sociológica ao campo tecnocrático, mas no qual, a certa altura, o então professor de sociologia de Nanterre debocha dos situacionistas justamente por acreditarem e difundirem a ideia de que uma conjuntura insurrecional como aquela ocorrida em Paris, em 1871, estava prestes a retornar à França...

Entre os "teóricos críticos" (ou "marxistas ocidentais"), os filósofos alemães Herbert Marcuse<sup>20</sup> e Theodor Adorno<sup>21</sup> também não apostavam, em suas principais obras do período imediatamente anterior a 1968 (respectivamente, O Homem Unidimensional e Dialética Negativa, ambos publicados em 1966), em nenhuma forma de irrupção revolucionária das contradições sociopolíticas engendradas pelo capitalismo do segundo pós-guerra, dado que as classes que encarnavam a sua negação haviam sido, de acordo com eles, totalmente integradas ao sistema.

Já o situacionista Guy Debord<sup>22</sup>, em seu livro *A sociedade do espetáculo*, publicado em novembro de 1967, via na "recusa da antiga política especializada, da arte e da vida cotidiana", presente em movimentos de contestação radicais espalhados pelo mundo àquela altura, "o prenúncio do segundo assalto proletário contra a sociedade de classes" (§ 115).

20 **Herbert Marcuse** (1898-1979): sociólogo alemão naturalizado estadunidense, membro da Escola de Frankfurt. Estudou Filosofia em Berlim e Freiburg, onde conheceu os filósofos e professores Husserl e Heidegger e se doutorou com a tese *Romance de artista*. Algumas de suas obras: *Razão e Revolução, Eros e Civilização, O Homem Unidimensional*. (Nota da **IHU On-Line**)

21 Theodor Adorno (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico Dialética do Iluminismo, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia conhecido como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista IHU On-Line, intitulada Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias, disponível em https://bit.ly/215xMSv. A conversa foi motivada pela palestra Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais, proferida por Pucci dentro da programação do Ciclo Filosofias da Intersubjetividade. (Nota da IHU On-Line)

22 **Guy Debord** (1931-1994): filósofo e sociólogo francês, autor de *A sociedade do espetáculo* – *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (Rio de Janeiro: Contraponto) e fundador da Internacional Situacionista (IS). (Nota da **IHU On-l ine**)

"A agitação no meio estudantil francês já apresentava sinais de radicalização pelo menos desde 1966"

## IHU On-Line – E os partidos e políticos, como reagiram?

Erick Corrêa - Em favor da restauração do Estado, do início ao fim da crise. Desde o período da Resistência ao regime de colaboração de Vichy (1940-44), o PCF detinha uma influência muito grande sobre a vida cultural e política da França, que até a fundação do Partido Socialista - PS, em 1971, contava com uma esquerda não comunista pequena e dividida. Grosso modo, as posições do PCF se resumiram, no início da crise, a apoiar vagamente a solidariedade entre professores, estudantes e operários, mas condenando sempre a ação dos grupos esquerdistas, como o 22 de Marco, a IS, dentre outros grupos de orientação anarquista ou conselhista, além daqueles comitês de trabalhadores formados espontaneamente, em bases autônomas a partidos e sindicatos que, segundo os comunistas, estavam jogando o jogo do governo, tomando-as como elementos provocadores a serviço da burguesia.

Ao final da crise, em junho, os comunistas do PCF pactuariam os chamados Acordos de Grenelle que, costurados pelo primeiro-ministro Georges Pompidou<sup>23</sup>, a burguesia, o Ministério do Trabalho e a Confede-

<sup>23</sup> **Georges Pompidou** (1911-1974): político francês. Ocupou o cargo de primeiro-ministro da França de 14 de abril de 1962 a 10 de julho de 1968 e de presidente da República a partir de 20 de julho de 1969 até à sua morte, em 2 de abril de 1974. (Nota da **IHU On-Line**)

ração Geral do Trabalho - CGT sob seu controle, impôs ao movimento grevista um duro golpe em suas aspirações iniciais, canalizando seu potencial revolucionário para vias reformistas. Essa situação vai favorecer um novo equilíbrio de forças na esquerda francesa, que a partir de 1970 passa progressivamente a se deslocar em favor dos socialistas.

IHU On-Line – Jovens e operários franceses tentavam combater o autoritarismo do Estado, dos partidos políticos e dos sindicatos. Houve transformação nessas três formas de poder e de representação?

Erick Corrêa – Sem dúvida, a crise redefiniu a dinâmica da modernização capitalista e o panorama social e político francês das décadas seguintes. O sucessor imediato de De Gaulle, Georges Pompidou, procurou atenuar o dirigismo do general e moderar o estatismo vigente na chamada modernização gaullista (1945-68), dando ao empresariado mais liberdade de manobra nos mercados domésticos e externos.

As demandas gestadas na dinâmica do processo revolucionário, como das mulheres e dos novos setores do trabalho qualificado por maior autonomia e liberdade, ignoradas pelas rígidas instituições partidárias e sindicais da esquerda comunista e socialista, acabaram sendo incorporadas e neutralizadas pelo próprio capitalismo vitorioso, na forma de uma inserção subordinada da mulher no mercado de trabalho e de uma desregulamentação predatória das legislações trabalhistas. Uma tese desenvolvida de certa maneira tanto pelo português João Bernardo<sup>24</sup> em Economia dos

24 João Bernardo Maia Viegas Soares (1946): militante político português, escritor e ensaista autodidata. Tem se dedicado à pesquisa em torno da crítica ao capitalismo, tais como o fascismo e seus desenvolvimentos contemporâneos; da formação do capitalismo a partir do desenvolvimento do regime senhorial da Idade Média; do sindicalismo; da teoria e da prática da administração; da teoria do Estado; da exploração do trabalho e dos métodos de organização do trabalho; e da história do movimento operário. Ele se filia, desde que se afastou do estalinismo maoísta, por volta de 1973, a uma tradição do pensamento marxista que tem suas origens no comunismo de conselhos representado por Karl Korsch, Anton Pannekoek, Herman Gorter, entre outros, no início do século 20. Apresenta uma visão crítica do capitalismo em várias obras, bem como do sistema soviético, qualificado por ele

conflitos sociais (1991), como também pelos franceses Luc Boltanski<sup>25</sup> e Ève Chiapello<sup>26</sup> em *O novo espírito do capitalismo* (1999).

IHU On-Line – No Brasil, em que as pautas da mobilização se aproximavam e se afastavam do movimento francês?

Erick Corrêa — A resistência à ditadura civil-militar instaurada em 1964 colocava a geração de contestadores brasileiros de 68 diante de um horizonte de expectativas historicamente mais rebaixado do que aquele aspirado pelos contestadores de um país como a França, que gozava de liberdades democráticas mínimas (todavia ausentes no Brasil), além de um vigoroso Estado de Bem-Estar Social, após cerca de 20 anos de glórias econômicas e expansão capitalista na Europa ocidental.

Aqui, 68 tem início em fevereiro, com a agitação dos secundaristas cariocas da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço - Fuec. A luta contra o aumento do preço da refeição culminaria na morte do estudante Edson Luís<sup>27</sup>, após uma ação policial

como capitalismo de estado. Uma de suas teses é a teoria da classe dos gestores, que seria, no campo da teoria social marxista, uma outra classe social além da burguesia e do proletariado. (Nota da **IHU On-Line**)

25 Luc Boltanski (1940): sociólogo francês, professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris, onde foi um dos fundadores do Groupe de sociologie politique et morale. Conhecido como a figura principal da escola "pragmática" da sociologia francesa, corrente que iniciou com Laurent Thévenot e que também é chamada de teoria das "economias da grandeza" ou "sociologia dos regimes de ação". O trabalho de Boltanski influenciou significativamente a sociologia, a economia política e a história social e econômica. (Nota da IHU On-Line)

26 **Ève Chiapello** (1965): socióloga francesa. Leciona na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS. Autora de *Novo espírito do capitalismo* (Martins Fontes), escrito com Luc Boltanski. (Nota da **IHU On-Line**)

27 Edson Luís de Lima Souto (1950-1968): estudante secundarista nascido em Belém (PA), assassinado por policiais militares durante um confronto no restaurante . Calabouço, centro do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968. Seu assassinato marcou o início de um ano turbulento de intensas mobilizações contra o regime militar. que endureceu até a decretação do AI-5. Nascido em uma família pobre, iniciou os estudos na Escola Estadual Augusto Meira, em Belém. Mudou-se para o Rio de Janeiro para fazer o Segundo Grau no Instituto Cooperativo de Ensino, que funcionava no restaurante Calabouço. Em 28 de marco de 1968, os estudantes do Rio de Janeiro estavam organizando uma passeata-relâmpago para protesta contra a alta do preço da comida no restaurante Calabouco, que deveria acontecer no final da tarde do mesmo dia. Por volta das 18h, a Polícia Militar chegou ao local e dispersou os estudantes, que se abrigaram dentro do restaurante e responderam à violência policial utilizando paus e pedras. Isso fez com que os policiais recuassem e a rua ficasse deserta. Quando os policiais voltaram, tiros começaram a ser disparados do edifício da Legião Brasileira de Assistência, o que provocou pânico entre os estudantes, que fugiram. Os policiais acreditavam que os estudantes iriam atacar a Embaixada dos Estados Unidos e acabaram

de repressão política. A repercussão de sua morte rapidamente se espalha por todo o país. Em março, ocorrem as primeiras greves operárias desde 1964, em Contagem (MG) e Osasco (SP); em junho, no Rio de Janeiro, ocorrem os episódios da "Sexta-feira Sangrenta" e a subsequente "Passeata dos Cem Mil".

No segundo semestre, os militares iniciam uma contraofensiva inicialmente dirigida a operários, professores, estudantes, parlamentares, jornalistas e artistas que se opunham ao regime. Em julho, sob a capa paramilitar do Comando de Caça aos Comunistas - CCC, invadem e espancam atores da peça teatral *Roda viva*, de Chico Buarque<sup>28</sup> (montada por Zé Celso Martinez Corrêa<sup>29</sup>), e destroem a ocupação estudantil do prédio da Filosofia da Universidade de São Paulo - USP, na Rua Maria Antônia (com saldo de mais uma vítima fatal). Em agosto, invadem o campus da Universidade de Brasília - UnB para aterrorizar professores e estudantes, numa operação conjunta das forças de repressão (Polícia Militar, Dops, Polícia Federal, SNI e Polícia do Exército). Em outubro, invadem o 30° Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE e prendem todos os seus dirigentes, em Ibiúna, interior de São Paulo. Em dezem-

por invadir o restaurante. O comandante da tropa da PM, aspirante Aloísio Raposo, atirou e matou o secundarista Edson Luís com um tiro a queima roupa no peito. Outro estudante, Benedito Frazão Dutra, chegou a ser levado ao hospital, mas também morreu. Temendo que a PM sumisse com o corpo, os estudantes não permitiram que ele fosse levado para o Instituto Médico Legal (IML), mas o carregaram em passeata diretamente para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde foi velado. A necropsia foi feita no próprio local. (Nota da IHU On-Line)

28 Chico Buarque [Francisco Buarque de Hollanda] (1944): músico, compositor, teatrólogo e escritor carioca. Um dos mais famosos nomes da música popular brasileira (MPB), cuja discografia tem aproximadamente 80 títulos. Ganhou fama por sua música, que comenta o estado social, econômico e cultural do Brasil. Começa a ter destaque a partir de 1966, quando lançou seu primeiro álbum, Chico Buarque de Hollanda, e venceu o Festival de Música Popular Brasileira com a música A banda. Autoexilou-se na Itália em 1969, devido ao aumento da repressão da ditadura instalada em 1964. Venceu três Prêmios Jabuti de literatura: o de melhor romance em 1992, com Estorvo, e o de Livro do Ano com Budapeste, lançado em 2004, e Leite Derramado, em 2010. (Nota da IHU On-Line)

29 José Celso Martinez Corrêa (1937): conhecido como Zé Celso, é um dos nomes mais importantes do teatro brasileiro. Destacou-se como um dos principais diretores, atores, dramaturgos e encenadores do Brasil. Seu trabalho, encarado às vezes como orgiástico e antropofágico, iniciou-se no fim da década de 1950, e se definiu na década de 1960, quando Zé Celso liderou a importante Teatro Oficina – grupo amador formado quando integrava a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. (Nota da IHU On-Line)

bro, desferem o golpe final, com a decretação do Ato Institucional Nº 5 - AI-5³º, que daria início aos chamados "anos de chumbo".

Há, portanto, uma dinâmica de aproximação e afastamento entre as demandas brasileiras e francesas de 68. As formas de governo mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias, vigentes na França e no Brasil em 1968, representavam, grosso modo, forças complementares de um mesmo sistema complexo, o capitalismo (ou espetáculo, nos termos situacionistas). Tal dinâmica resultava, portanto, das contradições sociais, políticas e econômicas estruturais do sistema, globalmente agudizadas em 68. Nessa perspectiva sistêmica, as revoluções de 1968 portavam um mesmo sentido antissistêmico, o que fazia delas partes constituintes de um mesmo "acontecimento histórico-mundial" (Cf. Immanuel Wallerstein. Os limites dos paradigmas do século XIX), como 1848.

IHU On-Line – Os estudantes franceses criaram slogans marcantes e tingiam muros com suas frases de efeito. A disputa narrativa e as estratégias discursivas adotadas tiveram que importância para a expansão do movimento e para a memória que se fez dele?

Erick Corrêa – A produção de grafites, cartazes e panfletos, de informação ou propaganda política, floresce especialmente em momentos de levantes revolucionários. Em 68, mais especificamente no 68 francês, tal produção gráfica tornou-se mesmo indissociável do imaginário sobre aquelas lutas. Grande parte dessa intensa literatura/iconografia revolucionária foi, inclusive, produ-

zida em gráficas ocupadas por trabalhadores em greve, que desviavam o uso de seu maquinário para fins revolucionários. Os situacionistas inovaram neste aspecto da propaganda política, ao desviarem os textos dos balões de histórias em quadrinhos de super-heróis, dando a elas uma nova significação (revolucionária). Os slogans e palavras de ordem pichados pelos muros e paredes de Paris exprimiam uma variedade incrível de orientações ideológicas, em sua maioria de inspiração socialista e libertária: anarquistas, maoístas, guevaristas, situacionistas e até surrealistas.

## IHU On-Line – Que crítica o movimento fazia à sociedade do espetáculo?

Erick Corrêa - A crítica da sociedade do espetáculo foi particularmente desenvolvida pelos situacionistas e difundidas na Europa ocidental, mas também no leste europeu, no norte africano, no Japão e nos Estados Unidos, desde o final da década de 1950. Tal crítica se encontra sintetizada em dois livros de teoria, publicados na França poucos meses antes do incêndio de Maio-Junho de 68: A sociedade do espetáculo, do francês Guy Debord, e A arte de viver para as novas gerações, do belga Raoul Vaneigem<sup>31</sup>. Esses livros exerceram influência decisiva na radicalização do meio estudantil francês no período que antecede a explosão de Maio, como vimos. O próprio Daniel Cohn-Bendit<sup>32</sup>, então estudante de sociologia da faculdade de Nanterre, eleito pela mídia europeia como a principal liderança do movimento, reconhece a influência dos textos situacionistas na formação do movimento 22 de Março que, surgido em Nanterre, seria um dos principais pivôs da crise que em Maio de 1968 incendiaria a Sorbonne e, na sequência, o país inteiro.

Grosso modo, a crítica dos situacionistas levou a contestação social e política moderna a terrenos até então protegidos da luta de classes histórica, como a educação, a literatura e a arte moderna, a arquitetura, o urbanismo, a publicidade e a comunicação. Na concepção original de Debord, o espetáculo representa o estágio mais avançado já atingido pelo sistema capitalista, no qual ocorre uma colonização total da vida cotidiana. A tomada de consciência teórica dessa crise da vida cotidiana. na forma de uma crítica situacionista do espetáculo, era um dos princípios de base da IS. Seu programa objetivava a uma descolonização total da vida cotidiana.

Em termos materialistas, Debord e os situacionistas sabiam que o desenvolvimento das forças produtivas de então possibilitava a realização de novas formas de vida que, contudo, permaneciam impedidas pelas relações de produção capitalistas. A IS defendia também uma concepção de proletariado mais ampliada, pluriclassista, do que aquela, em vigor no século 19, que o circunscrevia aos trabalhadores das fábricas, aos operários. Na perspectiva bastante heterodoxa dos situacionistas e de Debord em particular, a classe proletária constitui, na sociedade espetacular-mercantil, "a imensa maioria de trabalhadores que perderam todo poder sobre o uso de sua própria vida" (A sociedade do espetáculo, § 114).

entre os estudantes que ocuparam a Sorbonne em 3 de maio. Foi, junto com Alan Geismar e Jacques Sauvageot, uma das principais figuras de Maio de 68. Em 21 de maio, enquanto estava em Berlim, foi proibido de retornar à França. Em 28 de maio, com o cabelo tingido e óculos escuros, voltou para Sorbonne, sendo aclamado. Em maio de 2015, Cohn-Bendit obteve a nacionalidade francesa. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>30</sup> AI-5 (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo general Arthur da Costa e Silva, que ocupava a cadeira de presidente, em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime militar poderes politicos absolutos. A primeira consequência do AI-5 foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. O ato representou o ápice da radicalização do regime de exceção e inaugurou o período em que as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas, constituindo-se em movimento final de "legalização" da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da IHU On-Line)

<sup>31</sup> Raoul Vaneigem (1934): escritor e filósofo belga, um dos principais articuladores do movimento político e artístico conhecido com Internacional Situacionista, durante a década de 1960. Autor do livro A Arte de Viver Para as Novas Gerações (1967), que trata de forma voraz a existência no capitalismo moderno, abordando a função dos papéis relacionados às profissões e da inversão dos valores, fazendo um apanhado geral sobre os males e as representações a que as pessoas são expostas diariamente. Ele e Guy Debord foram cabeças do movimento situacionista. (Nota da IHU On-Line)

<sup>32</sup> **Daniel Cohn-Bendit** (1945): político franco-alemão. Nasceu na França, filho de judeus alemães refugiados no país em 1933, fugidos do Nazismo. Foi líder estudantil no movimento ocorrido em Maio de 1968, na França. Aos 14 anos, optou pela nacionalidade alemã porque não queria se sujeitar ao serviço militar francès. Membro da Federação Anarquista e depois do movimento Negro e Vermelho, se definiu mais tarde como liberal-libertário. Em 1967, enquanto era estudante de Sociologia da Universidade de Nanterre, começa o movimento de contestação que levou ao Movimento de 22 de Março em 1968. Na sequência da evacuação das salas pela polícia em 2 de maio, esteve

IHU On-Line – Caracterizaste a crise revolucionária de 1968, na França, como renovação das tentativas derrotadas de revolução proletária de 1917-21, ocorridas em diversos países europeus. Comente esta afirmação, por favor.

Erick Corrêa - Sim, como também a revolução portuguesa de 1974-75 e a italiana de 1968-78. Em todas essas situações, as correntes minoritárias e revolucionárias do proletariado saíram da crise derrotadas por suas próprias representações sindicais e partidárias. Isso ocorre pela primeira vez na vitória do partido social-democrata alemão contra o poder dos conselhos (raete) de trabalhadores em 1918-20, num processo concomitante à centralização do poder operada pelo partido bolchevique russo, durante o processo revolucionário de 1917-21, contra o poder autônomo dos soviets.

A polêmica original entre socialdemocratas, bolcheviques e esquerdistas (concentrada em torno de questões de princípio e táticas, como entre massas ou chefes, conselhos ou partidos, revolução ou reforma, em suma, entre os paradigmas conflitantes da autonomia proletária e da representação proletária), transcorrida no primeiro quarto do século 20, será reposta em jogo e atualizada sob as novas condições do capitalismo do segundo pós-guerra, pelas tendências conselhistas que retornam com muita forca a partir da crise do movimento comunista internacional (de 1956-57), tanto em países do leste europeu como Hungria, Polônia, China ou Alemanha oriental, como também nos países ocidentais, como França, Itália, Espanha e Portugal.

IHU On-Line – Em um artigo, trataste da repercussão de Maio de 68 no pensamento de Michel Foucault. Que impacto foi esse?

**Erick Corrêa** – A produção teórica de Michel Foucault<sup>33</sup> se divide em

33 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexu-*

dois polos sucessivos, o arqueológico e o genealógico. Trata-se de uma conhecida divisão metodológica (ou "ruptura epistemológica", nos termos foucaultianos), a qual corresponde uma transição temática, das reflexões sobre o saber para aquelas sobre o poder. O que procurei demonstrar neste artigo é precisamente como esse ponto de inflexão na produção intelectual de Foucault tem origem no processo de "politização" deflagrado pela explosão de 68. Argumento, porém, que para além do fato de ter exercido uma influência decisiva sobre o pensamento de Foucault, o movimento revolucionário refutou o método arqueológico empregado em seu livro de 1966, As palavras e as coisas. Afinal, como um acontecimento histórico ligado à luta de classes e à práxis revolucionária podia ser acolhido teoricamente pelo mesmo autor que, antes de 68, e de acordo com as suas exposições teóricas da década de 1960, teria considerado uma irrupção de natureza histórica e social como aquela um fenômeno exterior e independente do campo científico, assim como, igualmente, teria considerado uma teoria que o acolhesse como "doxológica" isto é, "não científica" –, situando-a no campo da ideologia?

## IHU On-Line – Os movimentos sociais foram influenciados pela efervescência de Maio de 68?

Erick Corrêa – Certamente. Ocorre que tais tendências, como o movimento feminista, LGBT ou ecologista, apesar de já atuarem na França de modo embrionário no período pré-68, só passam a formalizar suas organizações no pós-68, depois que ocorre uma abertura, nos planos

alidade (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em https://bit.ly/ihuon119; edição 203, de 6-11-2006, disponível em https://goo.gl/ C2rx2k; edição 364, de 6-6-2011, intitulada 'História da loucura' e o discurso racional em debate, disponível em https://goo.gl/M95yPv, e edição 344, Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em https://goo.gl/M95yPv, e edição 344, Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em https://goo.gl/RX62qN. Confira ainda a edição nº 13 dos Cadernos IHU em formação, disponível em http://bit.ly/ihuem13, Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética. (Nota da IHU On-Line)

da cultura e dos costumes, ocasionada pelo levante de maio-junho de 68. É o caso do Movimento de Libertação das Mulheres - MLM, formalizado em 1970, como da Frente Homossexual de Ação Revolucionária - FHAR, fundada em 1971.

IHU On-Line – É correto afirmar que Maio de 68 também abriu caminho para ideias neoliberais, ao se pensar na liberdade não como construção humanista? Como isso ocorreu?

Erick Corrêa – Essa leitura faz parte de uma espécie de contrarrevolução cultural preventiva que, ao falsificar a memória histórica de 68 (ocultando seus aspectos mais selvagens e destacando suas supostas características liberalmodernizantes), pretende afastá-la do presente e confiná-la ao seu acabamento conclusivo no passado, apenas como objeto de interesse de alguns especialistas, entre historiadores, jornalistas e cientistas sociais.

68 foi a maior greve geral selvagem da história da França, mas saiu vencida. É a derrota da revolução de 68 que abre o caminho para as reestruturações produtivas posteriores. A crítica radicalmente centrada na questão do Estado partia antes de um ponto de vista proletário (e de inspiração anarquista, conselhista ou situacionista), mas jamais de um ponto de vista liberal ou neoliberal. Essa elaboração enviesada parece ter sido introduzida na França nos anos 1980, por intelectuais conservadores como Luc Ferry<sup>34</sup> e Alain Renaut<sup>35</sup>, responsáveis pela popularização da enganosa expressão pensamento 68 que, segundo eles, estaria presente nas

<sup>34</sup> Luc Ferry (1951): filósofo francês, foi ministro da Educação na França, autor de O que é uma vida bem-sucedida (São Paulo: Difel, 2004). Com Marcel Gauchet escreveu Le religieux après la religion (O religioso após a religião. Paris: Grasset. 2004). Com André Comte-Sponville, escreveu A sabedoria dos modernos (São Paulo: Martins Fontes, 1999). (Nota da IHU On-Line)

<sup>35</sup> Alain Renaut (1948): professor emérito de Filosofia Política na Universidade de París IV – Sorbonne. Autor de vários ensaios que renovaram a compreensão da modernidade, entre eles A Era do Indivíduo; Alter ego: os Paradoxos da Identidade; A Libertação das Crianças e os cinco volumes da História da Filosofia Política. (Nota da IHU On-Line)

teorias de autores historicamente ignorados pelos contestatários de 68, como Foucault e Bourdieu. Sabe-se, entretanto, que a ação dos contestatários de 68 era muito inspirada pela literatura de esquerda, dos clássicos, como Marx e Engels<sup>36</sup>, Lenin<sup>37</sup>, Rosa, Trotsky<sup>38</sup>, Pannekoek, Korsch<sup>39</sup>, aos contemporâneos, como Sartre, Mao<sup>40</sup>, Marcuse, Lefebvre, Debord, Reich<sup>41</sup>, Vaneigem, Débray<sup>42</sup>, Negri<sup>43</sup>.

36 Friedrich Engels (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi co-autor de diversas obras com Marx, entre elas Manifesto Comunista. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da IHU On-Line)

37 Lenin [Vladimir Ilyich Ulyanov] (1870-1924): revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da IHU On-Line)

38 Leon Davidovich Trotsky (1870-1940): revolucionário bolchevista e intelectual marxista, político influente na União Soviética. Com Joseph Stalin, na União Soviética dos anos 1920, foi expulso do Partido Comunista e deportado da União Soviética. Foi assassinado no México por um agente soviético a mando de Stalin. Frida Kahlo e Diego Rivera hospedaram Trotsky em sua estadia no México. As ideias de Trotsky constituem a base da teoria comunista do trotskysmo. (Nota da IHU On-Line)

39 Karl Korsch (1886-1961): filósofo alemão, professor universitário, representante do chamado "marxismo ocidental" e do "comunismo de conselhos". (Nota da IHU On-Line)

40 Mao Tsé-Tung: (1893-1976): ditador, político, teórico, líder comunista e revolucionário chinês. Liderou a Revolução Chinesa e foi o arquiteto e fundador da República Popular da China, governando o país desde a sua criação em 1949 até sua morte em 1976. Sua contribuição teórica para o marxismo-leninismo, suas estratégias militares e políticas comunistas são conhecidas coletivamente como maoísmo. Chegou ao poder comandando a Longa Marcha, formando uma frente unida com Kuomintang (KMT) durante a Guerra Sino-Japonesa para repelir uma invasão japonesa e, posteriormente, conduzindo o Partido Comunista Chinês até a vitória contra o generalíssimo Chiang Kai-shek do KMT na Guerra Civil Chinesa. (Nota da IHU On-Line)

41 **Wilhelm Reich** (1897-1957): psiquiatra e psicanalista austríaco, discípulo de Freud. (Nota da **IHU On-Line**) 42 **Régis Debray** (1940): filósofo, jornalista, escritor e pro-

fessor francês. Doutorou-se na Escola Normal Superior de Paris. Foi seguidor do marxista Louis Althusser. Ámigo de Fidel Castro e de Ernesto Che Guevara, nos anos 1960 acompanhou Che na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967 junto com Irineu Guimarães. Nesse mesmo ano, escreveu sua primeira obra, A revolução na revolução. Em 1968, a repercussão desse livro na juventude brasileira acabou resultando no engaiamento na luta armada contra a ditadura militar por parte de muitos jovens. Pertenceu ao Partido Socialista Francês, do qual se distanciou por diferencas ideológicas com o ex-presidente François Mitterrand. Debray é criador da midiologia estudo crítico dos signos e de sua difusão na sociedade Leciona no departamento de Filosofia da Universidade de Lyon. Foi o primeiro presidente do Instituto Europeu de Ciências das Religiões e membro da Comissão Stasi, que deu origem às leis francesas sobre secularização e ostentação de símbolos religiosos nas escolas em 2003. (Nota da IHU On-Line

43 Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000, publicou o livro-manifesto Império (Rio de Janeiro: Record), com Michael Hardt. Em seguida, publicou Multidão. Guerra e democracia na era do império (Rio de Janeiro/São Paulo: Record), também com Michael Hardt – sobre esta obra, a edição 125 da IHU On-Line, de 29-11-2004, publicou um artigo de Marco Bascetta, disponível em https://goo.gl/9rjiQw. (Nota da IHU On-Line)

# IHU On-Line – E a direita, se apropriou das perspectivas de Maio de 68?

Erick Corrêa - Historicamente. a direita se apropria das novas formas e métodos de luta e organização construídos pela esquerda, mais do que de suas perspectivas, aspirações e expectativas. Foi assim que o fascismo italiano se apropriou da forma de organização do partido bolchevique russo, que a extrema-direita estadunidense se inspirou nas formas de luta do seu principal oponente, o Black Lives Matter, nas manifestacões racistas de Charlottesville, em 2017, e que o Movimento Brasil Livre - MBL incorporou, a partir de 2016, não somente parte da nomenclatura da sua organização, como também alguns métodos de luta usados pelo Movimento Passe Livre - MPL durante as jornadas de junho de 2013.

Na França pós-68, será apenas nas eleicões de 1986 que a direita conquista uma maioria parlamentar, liderada pela Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen<sup>44</sup>, após duas décadas de contrarrevolução, num contexto, portanto, de baixíssima sindicalização, de desarticulação e desmobilização das classes trabalhadoras (com o refluxo dos movimentos grevistas e a desativação da luta de classes revolucionária), como também de um eclipse intelectual da esquerda, marcado pelo abandono do marxismo e pela vigência de um vácuo ideológico em que predominavam as vozes conservadoras do neoliberalismo ortodoxo, do racismo, do nacionalismo e do paternalismo.

IHU On-Line – As efemérides são momentos de celebrar datas e de reinterpretá-las. Para além disso, a evocação de 1968 pode sugerir algumas chaves para compreensão da atu-

44 Jean-Marie Le Pen (1928): é um político francês. Presidiu, até janeiro de 2011, a Frente Nacional, partido nacionalista francês mais à direita no espectro político do país. Foi substituído na liderança do partido por sua filha, Marine Le Pen. É conhecido por defender políticas radicais visando a diminuir a violência e o desemprego na França, entre elas a volta da pena de morte, maior restrição à entrada de imigrantes na França e uma maior autonomia política e legislativa da França em relação às decisões emanadas da União Europeia. (Nota da IHU On-Line)

### al conjectura do Brasil e do mundo?

Erick Corrêa - Sem dúvida. Mais do que cíclica, a história é infinita, o que quer dizer que ela não se repete, simplesmente, mas continua. O que nos liga ao 68 francês é precisamente o fato de que, a partir daquelas iornadas, isto é, na reação a elas, a distinção clássica entre Estado de Direito e Estado de Exceção como antíteses inconciliáveis passa a perder seu sentido histórico. As soluções encontradas pela Quinta República francesa para um desfecho que lhe fosse favorável no combate à radicalização proletária que se anuncia na crise de maio-junho de 68 combinou elementos coercitivos e coesitivos que dariam origem a um novo ciclo histórico, marcado pela fusão entre as máfias, os Estados e mercados, pela mentira como técnica de governo normal das democracias contemporâneas, pela imposição de um estado de violência permanente, além do crescente poder de influência do segredo e dos servicos secretos nos arranjos estatais (esse é o diagnóstico feito pelo situacionista Guy Debord em 1988, em seus importantes, porém pouco lidos Comentários sobre a sociedade do espetáculo).

Eis o fio que nos conduz da França de 1968 ao Brasil de 2018, após cinco anos de uma singular contrarrevolução sem revolução, desencadeada em resposta às jornadas de junho de 2013. Assim como na França em 68, o trabalho de desqualificação e de deslegitimação das posições da esquerda revolucionária durante e depois da crise, realizado tanto por gaullistas como por comunistas-stalinistas, não se distancia muito do trabalho realizado no Brasil, sobretudo entre 2013 e as jornadas anticopa de 2014, feito por petistas e antipetistas, contra os movimentos sociais de base autônoma, como o Movimento Passe Livre ou as federações anarquistas e demais frentes populares independentes de partidos e sindicatos.

Aqui como lá, tais posições de certa maneira prepararam o terreno para 38

uma contraofensiva da direita que, em simbiose com os aparatos estatais de controle e repressão, depois atingiria frontalmente todo o campo da esquerda, até mesmo as suas variantes mais reformistas e conciliadoras (como o Partido Comunista lá e o Partido dos Trabalhadores cá). Uma contraofensiva que prefigura uma situação de desconstrução da seguridade social e de retração das liberdades democráticas básicas. No plano histórico, quase sempre que as posições da direita e da esquerda reformista se uniram no ataque às correntes minoritárias e revolucionárias do movimento operário, o fascismo avançou e o autoritarismo estatal instaurou-se.

### IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

**Erick Corrêa** – Comentei, no início da entrevista, o fato de que a agitação das alas mais radicalizadas do

movimento estudantil na faculdade de Nanterre foi um dos elementos detonadores da crise revolucionária de maio-junho de 1968 na França. Desde 1978, a cada decênio, repõese uma situação de disputa pela memória daquele episódio. Contudo, entre as dezenas de interpretações acadêmicas, jornalísticas, político -partidárias, produzidas há 50 anos sobre aquele evento extraordinário, não há nenhuma mais apta a reconhecer a natureza histórica real da revolução de 68 do que aquela que se coloca desde o ponto de vista dos protagonistas da luta que se desenrola sob os nossos olhos em 2018.

Eis um trecho que selecionei de um panfleto produzido por estudantes de Nanterre contrários à realização de um evento ocorrido na faculdade local, no dia 22 de março de 2018, em "comemoração" ao primeiro cinquentenário de 68 e, especialmente, ao movimento construído por jovens marxistas e libertários no campus

de Nanterre e fundado no dia 22 de marco de 1968: "Nesta quinta-feira ocorrerá a comemoração do Maio de 68, uma ocasião para a universidade de Nanterre se reapropriar da memória de um movimento cujos princípios, no entanto, ela rejeita pela aplicação de uma política neoliberal. Essa comemoração é uma afronta, não somente à memória das lutas que se comemoram, como se elas pertencessem apenas ao passado, mas igualmente porque se trata de uma recuperação hipócrita quando nosso direito aos estudos não para de recuar. Enquanto participam ativamente da privatização da universidade pela Lei Vidal, eles comemoram um movimento que aspirava a uma universidade popular, crítica, aberta a todas e todos. Na verdade, não é Maio de 68 que eles comemoram, mas a sua vitória sobre Maio de 68" (Estudantes reunidos em comitê de mobilização na Universidade Paris-Nanterre em 20 de março de 2018). **•** 



# **NOTÍCIAS DO DIA**

Acompanhe notícias, artigos e entrevistas veiculadas na mídia do Brasil e do mundo, em uma seleção preparada pela equipe do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



ihu.unisinos.br/noticias/noticias-do-dia

# Legado mais evidente de 68 foi o deslocamento da liderança estudantil para a luta armada no Brasil

Para Maria Paula Araújo, trata-se de um ano mítico porque explodiram revoltas de jovens, de artistas e do operariado em vários lugares do mundo

Vitor Necchi

lém da evidência decorrente da efeméride, os 50 anos dos acontecimentos relativos a 1968 ganham mais relevância por conta do atual momento "tão ruim de avanço das forças conservadoras", com a extrema-direita ganhando espaço, observa a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo. "O mundo passa por uma experiência tão conservadora que me parece muito natural que 68 galvanize, mais do que nunca, essa metáfora da revolução, da utopia."

Araújo, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, afirma que 1968 é um ano mítico e simbólico porque explodiram revoltas de jovens, de artistas e do operariado em vários lugares do mundo e porque se tornou uma referência para muita gente que teve a juventude marcada por esse movimento. No entanto, a professora entende que não houve um 1968, mas vários, com conteúdos diferentes.

Na França, havia abundância e se demandava "o impossível, a imaginação no poder". Nos Estados Unidos, "apesar de ser um país de abundância, o movimento de 68 tem uma radicalidade muito grande porque uma parte dele se associou às lutas dos negros por direitos civis", como os Panteras Negras e a juventude universitária se recusando a ir para a Guerra do Vietnã.

No Brasil, por conta da ditadura militar, novas pautas demoraram a chegar. O AI-5, em 1968, proibiu manifestações e tolheu a ação política. "O que fazer com aquela energia toda?", questiona, em referência aos estudantes que tomaram as ruas. "Essa energia gigantesca foi sufocada. Não é à toa que a militância de luta armada se formou com jovens universitários e secundaristas." Araújo destaca que "o legado mais evidente na época, no final de 68 e início de 69, foi o deslocamento da liderança estudantil das ruas para a luta armada".

Maria Paula Nascimento Araújo é doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, mestra em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF e graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que 1968 é um ano mítico e simbólico? Por que se tornou sinônimo de juventude e rebeldia?

Maria Paula Nascimento Araújo – Porque foi um ano em que, em vários lugares do mundo, explodiram revoltas de juventude, com muita força do movimento estudantil, de jovens artistas e também do operariado. 1968 não foi apenas um movimento de estudantes, mas teve muita força dos jovens, então acabou ficando mítico. Também porque é uma referência para muita gente que teve a sua juventude marcada por esse movimento. Foi um mito construído porque permitia essa articulação no mundo.

IHU On-Line – Fala-se em 1968 como se fosse apenas um, no entanto, não seria mais correto pensar na ocorrência de vários 1968?

Maria **Paula Nascimento** Araújo – Este é um ponto que eu defendo, sem dúvida. Até porque os movimentos que aconteceram foram diferentes. Há inclusive alguns autores que ressaltam essa diferença, assim como outros ressaltam as semelhanças. Podemos analisar tanto pelas diferenças quanto pelas semelhanças, e ambas as situações são interessantes para um historiador. Octavio Paz<sup>1</sup> faz uma distinção dos movimentos de 68 que apareceram em países mais desenvolvidos, como na Europa, que ele chama de movimentos da abundância, e outros, como no México e no Brasil, que são movimentos surgidos em países ditatoriais, marcados pela escassez de liberdades. Há tipologias, como essa, e há outras coisas que podemos observar a partir dos próprios movimentos. Por exemplo: 68 em Paris foi um movimento muito forte de estudantes que se aproximaram de operários de algumas fábricas, mas eles reivindicavam coisas como a imaginação no poder, diziam "você pode desejar o impossível" - e por isso Octavio Paz falava em movimentos da abundância. Podiam reivindicar isso porque já tinham coisas básicas, como uma democracia mais consolidada. Por ter abundância, podiam reivindicar o impossível.

No México, por exemplo, o movi-

mento teve outra conotação. Não era uma ditadura, mas o país vivia um regime mais autoritário, então reivindicavam as liberdades que, ao longo dos anos, o México tinha esvaziado. Lá 68 ficou muito marcado por um episódio de muita violência, conhecido por Massacre de Tlatelolco². O exército e atiradores estavam em locais estratégicos e acabaram com uma manifestação estudantil com muita violência.

68 tem grandes símbolos. Maio, na França, é um deles, mas a Primavera de Praga<sup>3</sup> é outro, totalmente

2 Massacre de Tlatelolco: ocorrido durante a tarde e a noite de 2 de outubro de 1968 na Plaza de las Tres Culturas, no bairro Tlatelolco, Cidade do México, dez dias antes do início dos Jogos Olímpicos disputados na cidade. Até hoje, o verdadeiro número de mortos permanece incerto: algumas fontes apontam para mais de mil. mas a maioria oscila entre 200 e 300, enquanto fontes governamentais se referem a 40 mortos e 20 feridos. Ocorreram milhares de detenções. O massacre foi precedido por vários meses de instabilidade política na capital, eco das manifestações e revoltas estudantis ocorridas em outros países. Os estudantes mexicanos pretendiam explorar a atenção do mundo, focada na Cidade do México por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1968. No entanto, o presidente Gustavo Díaz Ordaz Bolaños estava determinado a pôr fim aos protestos estudantis, e em setembro ordenou ao exército que ocupasse o campus da Universidade Nacional Autónoma do México - Unam. Os estudantes foram espancados e detidos de forma indiscriminada. Em forma de protesto contra esta situação, o reitor da Unam, Javier Barros Sierra, demitiu-se em 23 de setembro. Os protestos estudantis não esmoreceram. As manifestações aumentaram de proporção até que, no dia 2 de outubro, e após greves estudantis que se prolongaram por nove semanas, 15 mil estudantes de várias universidades ocuparam as ruas da Cidade do México, ostentando cravos vermelhos como sinal de protesto contra a ocupação militar da Unam. Quando anoiteceu, cerca de 5 mil estudantes e trabalhadores, muitos deles acompanhados das mulheres e filhos, haviam-se congregado no exterior de um bloco de apartamentos situado na Plaza de las Tres Culturas, em Tlatelolco, para o que deveria ser uma manifestação pacífica. O massacre teve início ao pôr-do-sol, quando forças do exército e da polícia, equipadas com carros blindados e tanques, cercaram a praça e começaram a abrir fogo contra a multidão. Em pouco tempo, os corpos amontoavam-se na praça. A matanca continuou pela noite adentro, quando os militares efetuaram operações de busca nos apartamentos junto à praça. Em outubro de 1997, o Congresso mexicano criou uma comissão para investigar o massacre. O ex-presidente da república Luis Echeverría Álvarez, ministro do interior em 1968, admitiu que os estudantes estavam desarmados e sugeriu que a ação militar fora planeiada com o obie tivo de destruir o movimento estudantil. (Nota da IHU

On-Line) 3 Primavera de Praga: movimento ocorrido na Tchecoslováquia, durante a época de sua dominação pela União Soviética após a Segunda Guerra Mundial, que buscou implantar reformas liberalizantes, em contrariedade ao socialismo centralizador e conservador soviético. Comecou em 5 de janeiro de 1968, quando o reformista eslovaco Alexander Dubček chegou ao poder, e durou até 21 de agosto, quando a União Soviética e os membros do Pacto de Varsóvia (bloco militar dos países socialistas do leste europeu) invadiram o país para interromper as reformas. O movimento foi uma tentativa de Dubček, aliado a intelectuais tchecoslovacos, de conceder direitos adicionais aos cidadãos num ato de descentralização parcial da economia e de democratização. As reformas concediam também um relaxamento das restrições às liberdades de imprensa, de expressão e de movimento. Dubček dividiu o país em duas repúblicas separadas - essa foi a única reforma que sobreviveu ao fim da Primavera de Praga. As reformas não foram bem recebidas pelos soviéticos, que enviaram tropas e tanques do Pacto de Varsóvia para ocupar o país. Aconteceram inúmeros protestos pacíficos no país, inclusive o suicídio de um estudante, mas não houve resistência militar. A Tchecoslováquia continuou ocupada até 1990. Após a invasão, o país entrou em um período de

diferente. Num certo sentido, Octavio Paz coloca esses movimentos que surgiram no mundo socialista também como de rebelião em conjuntura de escassez. Eram países dominados pelo stalinismo que não primavam por liberdades democráticas. A Primavera de Praga teve uma simbologia enorme. As pessoas acharam na época que de dentro do mundo socialista surgiria uma nova revolução demandando liberdade, valorização dos seres humanos e suas subjetividades. A Primavera de Praga foi um símbolo muito grande, mas reprimido pelos tangues soviéticos.

Diferentemente da França – onde, no quadro da abundância, demandavam o impossível, a imaginação no poder –, nos Estados Unidos, apesar de ser um país de abundância, o movimento de 68 tem uma radicalidade muito grande porque uma parte dele se associou às lutas dos negros por direitos civis, como os Panteras Negras<sup>4</sup>, que têm uma força grande nisso. E tinha um movimento radical da juventude universitária se recusando a ir para a Guerra do Vietnã<sup>5</sup>, rasgando as car-

normalização. Os líderes seguintes tentaram restaurar os valores políticos e econômicos que prevaleciam antes de Dubček ganhar poder no Partido Comunista da Tchecoslováquia. Gustáv Husák, que substituiu Dubček e também se tornou presidente, retirou quase todas as reformas. A Primavera de Praga imortalizou-se na música e na literatura pelas obras de Karel Kryl e de Milan Kundera, como o romance A insustentável leveza do ser. (Nota da IHU On-line)

4 Panteras Negras (em inglês, Black Panther Party ou BPP): originalmente denominado Partido Pantera Negra para Autodefesa (em inglês, Black Panther Party for Self-Defense), foi uma organização política extraparlamentar socialista revolucionária norte-americana ligada ao nacio nalismo negro. Fundada em 1966, na cidade de Oakland, Califórnia, por Huey Newton e Bobby Seale, a organização permaneceu ativa até 1982. A finalidade original da organização era patrulhar guetos negros para proteger os resi dentes dos atos de brutalidade da polícia. Posteriormente, os Panteras Negras tornaram-se um grupo revolucionário marxista que defendia o armamento de todos os negros, a isenção dos negros de pagamento de impostos e de todas as sanções da chamada "América Branca", a libertação de todos os negros da cadeia e o pagamento de indenizacões aos negros por "séculos de exploração brança". A ala mais radical do movimento defendia a luta armada. Em seu pico, nos anos de 1960, o número de membros dos Panteras Negras excedeu 2 mil, e a organização coorde nou sedes nas principais cidades. (Nota da IHU On-Line) 5 Guerra do Vietnã: conflito armado entre 1964 e 1975 no Vietnã do Sul e nas zonas fronteiricas do Camboia e do Laos, com bombardeios sobre o Vietnã do Norte. Înscreve-se no contexto da Guerra Fria, conflito entre as potências capitalistas e o bloco comunista. De um lado, combatiam a coalização de forças incluindo Estados Unidos, República do Vietnã (Vietnã do Sul), Austrália e Coreia do Sul. Do outro, estavam República Democrática do Vietnã, Frente de Liberação Nacional (FLN) e a guerrilha comunista sul-vietnamita. A ex-URSS e a China forneceram ajuda material ao Vietnã do Norte e ao FLN, mas não tiveram participação militar ativa no conflito. A Guerra do Vietnã era uma parte do conflito regional envolvendo os países vizinhos do Camboja e do Laos, conhecido como Segunda

<sup>1</sup> Octavio Paz (1914-1998): poeta, ensaísta, tradutor e diplomata mexicano, notabilizado, principalmente, por seu trabalho prático e teórico no campo da poesia moderna ou de vanguarda. Recebeu o Nobel de Literatura de 1990. Escritor prolífico cuja obra abarcou vários gêneros, é considerado um dos maiores escritores do século 20 e um dos grandes poetas hispânicos de todos os tempos. (Nota da IHU On-Line)

tas de convocação. Era uma radicalidade grande, mas diferente da que houve no México e no Brasil. Uma radicalidade, eu diria, dentro da conjuntura de um país abundante, mas que quer consolidar sua dimensão imperialista — foi exatamente isso que caracterizou o movimento de 68 nos Estados Unidos. Não foi em todo o país, concentrou-se principalmente em Nova York, Columbus, São Francisco e Washington.

A ebulição que houve nesse período foi muito grande, por parte dos movimentos de contestação à Guerra do Vietnã, dos movimentos que incitavam a desobediência civil para não ir à guerra, dos movimentos negros nas universidades. Só que em 68, nos Estados Unidos, ainda tem outra vertente que é o movimento hippie. O jornalista Paul Berman<sup>6</sup>, no livro A tale of two utopias [Encontro de duas utopias], diz que nos Estados Unidos, na década de 60 - que culmina, mas não se restringe a 68 -, esse movimento teve, de um lado, a radicalidade da contestação da Guerra do Vietnã e do movimento negro, e do outro, o movimento hippie, paz e amor, espiritualidade, a vida em comunidade, os festivais de rock.

Algumas vezes, nos próprios festivais de rock, havia pontes entre esses dois movimentos, quando, por exemplo, Jimi Hendrix<sup>7</sup> fez o solo de guitarra tocando o Hino dos Estados Unidos e termina imitando o som de bombardeios. Ele conjugava tudo: um festival de rock, as pessoas estavam acampadas, dormindo juntas, era uma manifestação de amor livre. Essa música é um ato político. Um jovem músico do rock, negro, que faz uma teatralização da contestação à Guerra do Vietnã.

Guerra da Indochina. (Nota da IHU On-Line)

6 Paul Berman (1949): jornalista e escritor norte-americano especializado em política e literatura. Autor, entre outros, de Terror and Liberalism, The Flight of the Intellectuals, A Tale of Two Utopias e Power and the Idealists. (Nota da IHU On-Line)

7 Jimi Hendrix (1942-1970): guitarrista, cantor e compositor norte-americano. Frequentemente é citado por críticos e outros músicos como o maior guitarrista da história do rock e um dos mais importantes e influentes músicos de sua era, em diferentes gêneros musicais. (Nota da IHU On-Line)

Vamos ao Brasil, com 68 marcadamente estudantil, mas não apenas. Houve as greves operárias de Osasco, São Paulo, e de Contagem, em Minas Gerais. Temos que lembrar que no Brasil, em 68, havia uma face estudantil e outra operária. Os agentes políticos se contrapunham à ditadura militar.

Esses exemplos demonstram a diversidade de 68. E tem outra questão: não aconteceu tudo em 68. As coisas foram acontecendo em 66, 67, 68 e 69. Na Argentina, o 68 aconteceu em 69, que foi o levante estudantil e operário – assim como na França – na cidade de Córdoba, e ficou conhecido como El Cordobazo<sup>8</sup>. Houve ocupações de fábricas e de universidades, greves estudantis.

1968 é um ano chave, mítico e metáfora. E é um ano síntese, porque nem tudo aconteceu em 68. Começou um pouco antes e depois segue para a frente. Um historiador da Unicamp, o Marcelo Ridenti<sup>9</sup>, comenta que o mais correto, historiograficamente, seria falarmos na época de 68.

Todos esses exemplos – México, Brasil, Praga, Paris, algumas cidades dos Estados Unidos – mostram uma diversidade muito grande. Em Praga, tem uma contestação ao regime soviético. Na França, em Paris,

8 El Cordobazo: insurreição popular ocorrida na cidade de Córdoba, capital da província argentina de mesmo nome, em 29 e 30 de maio de 1969. Foi liderada por Elpidio Torres e Atilio López, secretários-gerais, respectivamente, dos sindicatos SMATA (mecânicos) e Unión Tranviarios Auto-motor, e Agustín Tosco, do sindicato Luz e Força. Os trabalhadores foram reprimidos pelas forças policiais, e um manifestante morreu, fato que acabou mobilizando toda a cidade em busca de justiça, incluindo estudantes universitários e secundaristas. A polícia não conseguiu conter o movimento, então o Exército entrou em ação, provocando dezenas de mortes. Parte da população, que ainda guardava armas usadas para derrubar Juan Domingo Perón em 1955, atirou contra os militares. A greve nacional iniciada em Córdoba espalhou-se pelo país, surgindo outros movimentos como o Rosariazo e o Tucumanazo - todas manifestações eram identificadas com palavras terminadas com o sufixo "azo" e combatiam o governo ditatorial de Juan Carlos Onganía, que realizou uma política de congelamentos salariais, proibiu greves e perseguiu dirigentes sindicais. As manifestações de 1969 e começo de 1970 atingiram o governo militar e foram um dos fatores que levaram à deposição de Onganía em junho de 1970, abrinpleito de 1973. (Nota da **IHU On-Line**) 9 **Marcelo Siqueira Ridenti**: professor de Sociologia

9 Marcelo Siqueira Ridenti: professor de Sociologia desde 2005 na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, onde defendeu tese de livre-docência. Graduado em Ciências Sociais e em Direito e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Realizou estágio pós-doutoral na EHESS, Paris. Autor de Brasilidade revolucionária - um século de cultura e política (Ed. Unesp., 2010), Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv (Ed. UNESP, 2014) e O fantasma da revolução brasileira (Ed. UNESP, 2010). (Nota da IHU On-Line)

as manifestações têm um tom mais anárquico, libertário. Os militantes do Partido Comunista Francês criticaram muito 68, viam como se fosse uma revolta juvenil, inconsequente, não comunista.

São vários tipos de movimento, com conteúdos diferentes. Por isso concordo com você: o mais correto é chamar de as manifestações de 68. Depende muito da abordagem que o pesquisador, o historiador, o jornalista queira dar. Se for discutir os conteúdos políticos, é obrigatório destacar as diferenças. Em certo sentido, essas diferenças talvez sejam o mais interessante, pois mostram a pluralidade.

IHU On-Line – Nos Estados Unidos, em 1968 se observou a mobilização de negros, mulheres e gays. Não é curioso que na França mulheres e negros tiveram papel secundário, como bem mostra João Moreira Salles em seu documentário *No intenso agora?* 

Maria Paula **Nascimento** Araújo - Sim. Na França, inclusive, as mulheres falam muito nisso, que o movimento feminista, como tal, irrompe depois de 68, inclusive com essa constatação: onde estavam as mulheres, por que não estavam na linha de frente? Por que, apesar de toda a radicalidade cultural e ideológica proposta, era proposta por rapazes bem vestidos, de terno? Depois disso, começa a surgir na França um movimento de mulheres.

IHU On-Line – A efervescência e a intensidade dos acontecimentos de 1968 tiveram que efeito no Brasil? A ditadura tolheu o alcance das pautas, já que havia necessidade de combatê-la?

Maria Paula Nascimento Araújo – As novas pautas demoraram a chegar ao Brasil. Em 66, 67 e 68, houve um movimento fortíssimo de estudantes nas ruas. Esses anos despertaram uma grande energia nas pessoas, grande vontade de participar, de lutar, de enfrentar a ditadura, reivindicar liberdade, mas tudo foi absolutamente ligado às questões das liberdades democráticas. As novas pautas só vão surgir depois. O ano de 68 termina com o AI-5<sup>10</sup>, que proíbe manifestações, liberdade de expressão, proíbe tudo. Tolhe a ação política.

O que fazer com aquela energia toda? Liderancas, jovens, estudantes universitários e secundaristas foram para as ruas reivindicar liberdade. Essa energia gigantesca foi sufocada. Não é à toa que a militância de luta armada se formou com jovens universitários e secundaristas. A liderança estudantil universitária – e não a massa, o Daniel Aarão Reis<sup>11</sup> insiste muito, a massa simplesmente viveu o recuo – foi constituir a luta armada. No Brasil, um dos legados de 68 foi a radicalização por meio da luta armada. O outro legado, que apareceu com mais força, foram as novas pautas. Movimentos de mulheres, negro - embora tenha demorado mais -, comportamental. Mas o legado mais evidente na época, no final de 68 e início de 69, foi o deslocamento da liderança estudantil das ruas para a luta armada.

## IHU On-Line – Que perspectiva preponderou nos eventos

10 AI-5 (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo general Arthur da Costa e Silva, que ocupava a cadeira de presidente, em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime militar poderes políticos absolutos. A primeira consequência do AI-5 foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. O ato representou o ápice da radicalização do regime de exceção e inaugurou o período em que as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas, constituindo-se em movimento final de "legalização" da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da IHU On-Line)

11 Daniel Aarão Reis Filho (1946): historiador brasileiro e professor de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense - UFF. Publicou diversos livros e artigos sobre a história da esquerda no Brasil e sobre a história da experiência socialista no século 20. No final da década de 1960, participou da luta armada contra a ditadura militar, tendo integrado a direção do grupo que decidiu o sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Charles Burke Elbrick, em troca da libertação de 15 presos políticos. Alguns de seus livros: A revolução faltou ao encontro — Os comunistas no Brasil (CNPq/Editora Brasiliense, 1990), De lismo perdido (Relume-Dumará, 1993), Aventura Socialista no Século XX (Editora Atual, 1999), História do século XX (Civilização Brasileira, 2000), Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade (Jorge Zahar Editor, 2000), As revoluções russas e o socialismo soviético (Edunesp. 2003), Imagens da Revolução. documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971 (com Jair Ferreira de Sá, Marco Zero, 1985), Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético (Fundação Perseu Abramo, 2007), Modernidades Alternativas (com Denis Rolland, FGV, 2008) e Ditadura e democracia no Brasil (Zahar, 2014). (Nota da IHU On-Line)

### e publicações relativos aos 40 anos de Maio de 68?

Maria Paula Nascimento Araújo – Em 2008, os principais livros escritos por militantes ou jornalistas que viveram o 68 tiveram um cunho muito mistificador, laudatório. Este foi o tom que prevaleceu. Os atores e as experiências foram vistos de maneira muito romantizada, fazendo um amálgama de coisas que eram diferentes. Mas entendo isso. Para a geração que viveu 68, no mundo todo, aqueles acontecimentos são centrais em sua vida. Entendo que as pessoas romantizem.

Nos seminários e nas publicações universitárias de pesquisa, feitas por historiadores e cientistas sociais, o tom foi diferente. Eles têm uma postura crítica em relação à memória, à glorificação e à romantização.

Quem trabalha com a história do tempo presente sabe que ela lida o tempo todo com a memória que romantiza, ou vitimiza, ou glorifica, mas muitas vezes parte de uma lembrança que, para o bem ou para o mal, é afetiva. Nos seminários e publicações que fazemos sobre história do tempo presente, sempre tem um pouco desse choque, desse confronto. Há quem diga "vocês não estiveram lá, não podem saber o que é", então respondemos "estamos analisando do ponto de vista do historiador". É comum um confronto em relação às formas de ver.

### IHU On-Line – E agora, nos 50 anos, o que se percebe?

Maria Paula Nascimento Araújo – Ainda não sei. Ainda não está definido. Vamos fazer um seminário na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Acho inevitável haver as duas vertentes, tanto a pessoal, da glorificação, quanto a mais crítica e questionadora. Queremos dar uma ótica a partir do mundo, tanto que estará vindo gente de países que usualmente não vêm, por exemplo, o 68 na China, no Japão, na África. Até para discutir se foi mesmo um movimento internacional, quais as diferenças e semelhanças.

De qualquer forma, estamos vivendo no mundo um momento tão ruim

de avanço das forças conservadoras de direita. Não é apenas no Brasil, é também na América Latina e na Europa, com a extrema-direita ganhando espaço. Há uma violência enorme contra os refugiados, e a Europa não está conseguindo responder. O mundo passa por uma experiência tão conservadora que me parece muito natural que 68 galvanize, mais do que nunca, essa metáfora da revolução, da utopia.

# IHU On-Line – O que a senhora propunha ao afirmar que, em vez de celebrar ou comemorar, talvez fosse importante desconstruir 68?

Maria **Paula Nascimento Araújo** – Ao desconstruir, podemos dar destaque às diferenças, para entender e pensar em um 68 global, da transformação total da utopia. Em cada país foi de um jeito, porque outras pessoas pensaram diferente de Paris. É importante desconstruir para entender as duas utopias que o Berman fala. Quando se insiste muito nessa ideia global, que é celebrada, perdemos justamente as diferenças. E são sempre as diferenças e especificidades que nos permitem entender mais a história.

IHU On-Line – As revoltas estudantis foram uma das marcas de 1968. A recente ocupação de escolas no Brasil pelos próprios estudantes animou pessoas de idade mais avançada. Foi uma espécie de nostalgia de 68?

Maria **Paula Nascimento** Araújo - As experiências das ocupações foram maravilhosas. Animaram as pessoas talvez por nostalgia, mas principalmente por reconhecer a novidade que isso significou para o Brasil. No Rio de Janeiro, não tínhamos isso. Não foi tão marcado como na França, mas é diferente. As ocupações no Brasil tinham a ver com o fato de o aluno ser pobre, carente, sem condições de estudos. Foi uma novidade espetacular, fantástica, e as pessoas puderam fazer a comparação.

### Maio de 68 não foi superado, nem derrotado

Para Alana Moraes de Souza, as lutas vão sedimentando substratos, e toda vez que a sociedade se movimenta, de algum modo os substratos emergem

Vitor Necchi

antropóloga Alana Moraes de Souza considera que 1968 foi marcante para a história das contestações ao capitalismo. "De maneira bem simplificada, naquele momento houve uma rebelião global contra o modo de vida capitalista e suas estruturas autoritárias", avalia, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Eram tempos da Guerra Fria, e havia uma divisão segundo a qual "a liberdade estava do lado do capitalismo enquanto a ausência dela entrava na conta das experiências comunistas". No entendimento de Souza, 1968 "rompeu com a ficção dessa divisão e apontou a estrutura autoritária e violenta que sustentava o capitalismo". Por outro lado, "também revelou as estruturas autoritárias que sustentavam os partidos comunistas, a herança do stalinismo, a burocratização e a formação de elites dirigentes na própria esquerda".

Ao pensar sobre a atualidade em retrospecto a 1968, Souza identifica uma conjuntura parecida: "De um lado, o triunfo absoluto do neoliberalismo, em parte, sustentado pela promessa de mais liberdade, flexibilidade, desregulação. Mas sabemos hoje, mais do que nunca, que o neoliberalismo é feito de um grande aparato repressivo de pacificação das revoltas, de ocupações militares, de um racismo institucional que elege os corpos matáveis: jovens

negros, terroristas, militantes, indígenas etc." E a esquerda progressista, de outro lado, "parece não ter entendido bem que o neoliberalismo formata todo o aparato institucional do que costumávamos chamar de estado de direito e insiste nas mesmas estratégias de disputa de poder".

Souza considera arriscado aproximar o 1968 francês e o junho de 2013 brasileiro, mas acredita que existam elementos de contato. "Tanto Maio como Junho expressaram uma insatisfação latente que existia na sociedade, uma insatisfação que, de algum modo, estava contida. [...] Outro ponto de contato importante é a expressão de um cansaço generalizado com os instrumentos tradicionais de representação". Além disso, reconhece uma aproximação trágica, que é "onda conservadora que se alimentou dessa energia".

Alana Moraes de Souza é graduada em Antropologia, mestra em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente cursa doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional da UFRJ. É coorganizadora dos livros Junho: potência das ruas e das redes (Fundação Friedrich Ebert, 2014) e Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil (Fundação Friedrich Ebert, 2015).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Se, conforme escreveste<sup>1</sup>, "cada geração

política é interpelada por um conjunto de urgências, de problemas incontornáveis", quais foram as urgências de 1968 e quais as atuais?

Alana Moraes de Souza – 68 foi um momento muito importante na história das contestações ao capitalismo. De maneira bem simplificada, naquele momento houve

<sup>1</sup> Em artigo publicado no Cadernos IHU Ideias número 268, disponível em http://bit.ly/2K0QN66. (Nota da **IHU On-Line**)

uma rebelião global contra o modo de vida capitalista e suas estruturas autoritárias. Era ainda um período dividido pela oposição ocidental da Guerra Fria<sup>2</sup> na qual a liberdade estava do lado do capitalismo enquanto a ausência dela entrava na conta das experiências comunistas. 68, de algum modo, rompeu com a ficção dessa divisão e apontou a estrutura autoritária e violenta que sustentava o capitalismo: a guerra no Vietnã3, o racismo, a exploração nas fábricas, o patriarcado. Mas 68 também revelou as estruturas autoritárias que sustentavam os partidos comunistas, a herança do stalinismo, a burocratização e a formação de elites dirigentes na própria esquerda. 1968 ousou abrir uma fenda nessa oposição e produziu um campo mais radical de contestação, afirmando a possibilidade de um projeto de igualdade com diferença e liberdade. Foi uma geração dissidente que não teve medo de romper com as ortodoxias.

Hoje temos uma conjuntura parecida em diversos aspectos. De um lado, o triunfo absoluto do neoliberalismo, em parte, sustentado pela promessa de mais liberdade, flexibilidade, desregulação. Mas sabemos hoje, mais do que nunca, que o neoliberalismo é feito de um grande aparato repressivo de pacificação das revoltas, de ocupações militares, de um racismo institucional que elege os corpos matáveis: jovens negros, terroristas, militantes, indígenas etc. Explode o encarceramento, o feminicídio como prática cotidiana de regulação dos corpos femininos, ou seja, é uma política de morte.

De outro lado, a esquerda progressista parece não ter entendido bem que o neoliberalismo formata todo o aparato institucional do que costumávamos chamar de estado de direito e insiste nas mesmas estratégias de disputa de poder. As urgências dos nossos tempos têm a ver com a reelaboração de um novo campo de radicalidade que, por um lado, fuja do vanguardismo e da incapacidade de conexão com os problemas reais das pessoas e, por outro, assuma a tarefa de reconstruir um processo de lutas que desemboque em novos arranjos da vida coletiva, novas formas de vida, possibilidades concretas de cooperação e de decisão das pessoas sobre seus cotidianos. É também arriscar novas institucionalidades que possam ser experimentadas para além do Estado neoliberal e seus enquadramentos.

"68 operou mudanças profundas e subjetivas, modos possíveis de se viver, uma rebelião contra o estado natural das coisas e suas hierarquias"

IHU On-Line – O documentário No intenso agora (2017), de João Moreira Salles, evoca a mãe do diretor e uma viagem que ela fez à China, mas também tratou sobre o que persiste de Maio de 68. Que análise fazes do filme e sobre sua capacidade de suscitar reflexões acer-

#### ca daquele período da história?

Alana Moraes de Souza - O filme de João Moreira Salles4 é primoroso. Um trabalho minucioso de arquivo. Eu gosto de como ele reconstrói os eventos de 68 a partir da memória pessoal, da relação com a sua mãe, uma história incorporada. Esse é um bom projeto para todos nós: como contar a história de grandes eventos a partir das nossas histórias pessoais, a partir dos afetos íntimos. Como a história atravessa nosso cotidiano e nossas relações, experiências? É um modo possível de fugir da história com "h" maiúsculo e masculino: contá-la a partir

4 João Moreira Salles (1962): documentarista, roteirista e produtor do cinema brasileiro. João nasceu numa família tradicional – seu pai, Walther Moreira Salles, foi ministro de Estado, embaixador e, como banqueiro, foi o maior acionista da União de Bancos Brasileiros (Unibanco), hoje incorporado ao Banco Itaú. A exemplo do irmão Walter Salles e incentivado por este, dedicou-se ao cinema. Seu primeiro trabalho, em 1985, foi o roteiro para a série Japão, uma Viagem no Tempo, exibida na extinta TV Manchete. Em 1987, os dois irmãos fundaram a produtora Videofilmes, com o propósito inicial de realizar documen-tários para a televisão, mas que acabou sendo a produtora de importantes filmes da chamada retomada do cinema brasileiro. Ainda em 1987, João dirigiu China, o Império do Centro, e fez o roteiro do documentário Krajcberg, o Poeta dos Vestígios, pelo qual recebeu prêmios na Itália, em Cuba e no Brasil. Também recebeu um prêmio em Paris por um especial coproduzido e veiculado pela rede Manchete, Blues (1990). Entre 1991 e 1996, trabalhou em publicidade. Em 1998, lançou a série de programas Futebol, codirigida por Arthur Fontes. No ano seguinte, com Kátia Lund, dirigiu Notícias de uma Guerra Particular, um documentário sobre a população, a polícia e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Entre maio de 1999 e maio de 2000, João coordenou um grupo formado pelos jornalistas Dorrit Harazim, Flávio Pinheiro, Marcos Sá Corrêa e Zuenir Ventura e os documentaristas Arthur Fontes e Izabel Ja quaribe e trabalharam numa série de documentários mesclando a experimentação artística do cinema ao trabalho jornalístico de investigação. Com o propósito de exibir um ponto de vista que aparece pouco sobre o país, estreou em agosto de 2000, no canal de TV por assinatura GNT, da rede Globosat, a série de documentários intitulada 6 Histórias Brasileiras. Dois episódios da série foram dirigidos por João. Na Videofilmes produziu Lavoura Arcaica, de Luiz Fernando Carvalho, Madame Satã, de Karim Ainouz, Babilônia e Edifício Máster, de Eduardo Coutinho, entre outros filmes. Em 2002, João lançou o documentário Nelson Freire, sobre a carreira do pianista brasileiro. Durante a campanha presidencial, em 2002, filmou os bastidores da campanha política do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, criando o documentário Entreatos, lancado em 2004. Em 2007 lançou *Santiago*, documentário sobre um antigo mordomo de sua própria família, mas que vai além disso ao tratar de temas como memória e a própria natureza do cinema documental. Produzido por João, Eduardo Coutinho rodou no final de 2013 um novo documentário, Palayra, sobre adolescentes de escolas públicas cariocas Com a morte de Coutinho, João assumiu os trabalhos de pós-produção do filme. Além de cineasta, João Moreira Salles também atua no jornalismo. Em 2006 criou a revista Piauí, segundo ele, "para contar boas histórias com humor". Em 2017, lançou No Intenso Agora, que surge quando o diretor descobriu filmes que sua mãe fez de uma viagem de turismo à China, em 1966. A obra tem um elaborado trabalho de edição a partir de trechos de documentários e arquivos sobre fatos ocorridos em 1968 na França, na Tchecoslováquia e no Brasil. O IHU, na seção Notícias do Dia, em seu sítio, publicou uma série de textos sobre o filme. Entre eles *Melancolia e furor em João Mo*reira Salles, disponível em http://bit.ly/2ImUq9g; Olhando para trás, documentário joga luz sobre desilusão pós-junho de 2013, disponível em http://bit.ly/2rr323Z; e Como viver depois da intensidade, disponível em http://bit.ly/2FSFGcL. Saiba mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da IHU On-Line

<sup>2</sup> **Guerra Fria:** nome dado a um período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, que gerou um clima de tensão que envolveu países de todo o mundo. Estendeu-se entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda da União Soviética (1991). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>3</sup> Guerra do Vietnã: conflito armado entre 1964 e 1975 no Vietnã do Sul e nas zonas fronteiriças do Camboja e do Laos, com bombardeios sobre o Vietnã do Norte. Inscreve-se no contexto da Guerra Fria, conflito entre as potências capitalistas e o bloco comunista. De um lado, combatiam a coalização de forças incluindo Estados Unidos, República do Vietnã (Vietnã do Sul), Austrália e Coreia do Sul. Do outro, estavam República Democrática do Vietnã, Frente de Liberação Nacional (FLN) e a guerrilha comunista sul-vietnamita. A ex-URSS e a China forneceram ajuda material ao Vietnã do Norte e ao FLN, mas não tiveram participação militar ativa no conflito. A Guerra do Vietnã era uma parte do conflito regional envolvendo os países vizinhos do Camboja e do Laos, conhecido como Segunda Guerra da Indochina. (Nota da IHU On-Line)

do relato, da vida, dos eventos cotidianos que não podem parar de acontecer.

IHU On-Line – João Moreira Salles, por meio de uma acurada seleção e edição de imagens, reconstitui algumas das principais movimentações de 1968, como a francesa, desde os primórdios do movimento até o esvaziamento das ruas. O diretor sugere que Maio de 68 trata-se de um sopro de rebeldia fugaz derrotado por De Gaulle. No seu entendimento, foi apenas isso?

Alana Moraes de Souza - Essa é uma leitura bem comum do Maio de 68. Mas se fosse apenas um sopro de rebeldia fugaz não estaríamos falando desse acontecimento com tanta paixão até hoje. Há algo em 68 que ainda nos perturba. O acontecimento de 68 nos conduz a um outro tipo de imaginação revolucionária que não tem a ver com a tomada do poder necessariamente, com um programa de governo, com um partido revolucionário assaltando a institucionalidade. 68 operou mudanças profundas e subjetivas, modos possíveis de se viver, uma rebelião contra o estado natural das coisas e suas hierarquias. Se pensamos no feminismo, por exemplo, que não nasceu em 68, mas que, sem dúvida, teve um papel importante nos acontecimentos ou no movimento negro que, especialmente nos Estados Unidos, produziu um discurso e uma postura muito radicalizada contra o racismo normalizado... são movimentos que nunca cessaram de produzir transformações no cotidiano e fizeram isso sem precisar tomar o poder institucional.

A defesa das liberdades em 68 estava conectada com uma radicalidade sistêmica, era preciso afirmar uma vida, uma explosão de felicidade, de prazer, que fosse capaz de existir em oposição à vida burguesa ou à obediência que exigia o partido comunista. Havia uma preocupação estética também. A afirmação do movimento black power, depois dos panteras negras, era uma afirmação também

estética: a forma é tudo, é o que nos permite produzir uma existência insuportável para o poder.

IHU On-Line – Para o documentarista, o apego a Maio de 1968 é desmesurado e conservador. Concordas com ele? Por quê?

Alana Moraes de Souza - Eu discordo. Não precisamos olhar para o passado com lentes melancólicas que nos fazem lamentar algo perdido. O passado está sendo continuamente traduzido, acionado de diversas formas, incorporado. Maio de 68 pode ter sido muita coisa, mas não havia nenhum desejo de conservar, ao contrário. Óbvio que toda movimentação radical gera também uma reação conservadora, mas são as lutas geracionais de cada tempo histórico que nos oferecem pistas sobre as transformações. E entendo geração como um sentido de pertencimento coletivo a uma urgência, um gesto, um desconforto insuportável, não tem a ver só com uma identidade etária.

A nostalgia pode ser uma forma de recusar os abismos do presente. e o filme aponta para isso. Mas, ao mesmo tempo, trabalha com uma concepção de história muito linear, como se a história fosse feita de superações. Eu penso, ao contrário, que Maio de 68 não foi superado, não foi derrotado. As questões que ele levanta ainda nos atravessam: organização, partido, liberdade, diferença, uma vida possível para além do trabalho e da condição de exploração. As lutas vão sedimentando substratos, e toda vez que a sociedade se movimenta, de algum modo os substratos emergem, se misturando com os elementos da superfície. É como o fenômeno oceanográfico chamado de ressurgência. Esse fenômeno acontece quando as águas profundas emergem à superfície levando muitos nutrientes para as regiões menos profundas. O resultado é um ambiente extremamente nutritivo. Isso só acontece porque as águas da superfície são mais quentes, mas as mais profundas, mais nutritivas. Eu vejo a história das lutas como a ressurgência, um resultado de vetores mais quentes dos acontecimentos que se mesclam a experiências passadas e seus aprendizados.

"Nós
precisamos
levar mais a
sério a ideia
de que o
capitalismo é
uma máquina
de produzir
infelicidade"

IHU On-Line – Havia latente nos ideais de 1968 uma pretensão de mudar o mundo, de transformar o futuro. Esses desejos perderam fôlego? Por que, na atualidade, prevalece um desânimo?

Alana Moraes de Souza - Nós precisamos levar mais a sério a ideia de que o capitalismo é uma máquina de produzir infelicidade. A infelicidade não é apenas um estado subjetivo, mas ela produz também um corpo, uma certa disposição corpórea. Para Deleuze5, a tristeza está sempre ligada ao poder: o poder age impedindo que realizemos, ele obstrui potências. Toda tristeza é decorrente dessa sensação de não conseguir, de estar bloqueado. Isso nos empurra para uma constatação difícil para os marxistas mais ortodoxos: o neoliberalismo não atua apenas sobre as vidas, orientando políticas e macroeconomia. Ele atua também

<sup>5</sup> **Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos e singularidades. (Nota da **IHU On-Line**)

na vida, no corpo. Não há nada mais materialista do que pensar o corpo, não? Como podemos falar sobre "resistência" ou nos perguntar por que as pessoas não resistem, se não entendemos que resistir é produzir uma vida corpórea capaz de deslocamentos, de movimento, de intenções? O mercado financeiro usa a cocaína, por exemplo, para produzir essa potência do corpo, mas seu efeito é uma intensificação do indivíduo, do sujeito atomizado, autorreferenciado, masculino. Por outro lado, existe uma explosão no uso de antidepressivos entre os mais pobres. uma administração permanente da paralisia, um corpo anestesiado. Um modo de lutar contra isso é buscar por uma corporeidade multitudinária, cooperada. É o que acontece nas cozinhas coletivas de ocupações, por exemplo. Cozinhar juntos, nos cuidar. Investigar substâncias que nos ajudem nesses deslocamentos, na produção de alegrias.

# IHU On-Line – Faz sentido aproximar o 1968 francês e o brasileiro do junho de 2013 brasileiro?

Alana Moraes de Souza - É sempre arriscado fazer essas comparações, mas acredito que existam elementos de contato. Tanto Maio como Junho expressaram uma insatisfação latente que existia na sociedade, uma insatisfação que, de algum modo, estava contida. Maio e Junho destravaram essas contenções. Outro ponto de contato importante é a expressão de um cansaco generalizado com os instrumentos tradicionais de representação: novas formas de luta sindicais emergiam pela base, questionamento das estruturas partidárias, uma explosão de criatividade que se expressava em muros, cartazes, proposições.

O ponto de contato trágico está na onda conservadora que se alimentou dessa energia, mas não dá para acreditar em luta de classes desconsiderando a outra classe que também luta para conservar sua posição. Por isso acho arriscadas e tristes essas análises que lamentam a existência de Junho como se a mobilização gerada naquele momento só servisse à direita. Esse é um ieito de olhar a história. Outro é pensar na própria incapacidade da esquerda de se conectar com a indignação - se não é isso que define a esquerda, não sei mais o que é. Precisamos resolver se queremos salvar o capitalismo e seu sistema político ou se queremos construir outras possibilidades. Em Junho, grande parte da esquerda decidiu que precisava defender o sistema, mas logo depois o sistema engoliu a esquerda. Como sempre faz, aliás. Mas tanto Junho como Maio ainda estão em movimento nos trazendo mensagens, indicando caminhos, oferecendo matéria com nutrientes.

### Leia mais

- Contato e improvisação: o que pode querer dizer autonomia? Artigo de Alana Moraes de Souza, publicado no Cadernos IHU Ideias número 268, disponível em http://bit.ly/2K0QN66.



# É preciso consolidar uma narrativa de 1968 que aponte para um futuro melhor do que o presente

Para Glaudionor Barbosa, as maiores mudanças decorrentes do movimento ficaram restritas às mentalidades, e, no seu entendimento, isso não é pouco

Vitor Necchi

os momentos de ascensão de uma utopia, acredita-se, sempre, em um novo tempo", afirma o professor Glaudionor Barbosa. E qual o problema, no que se refere a 1968? "Uma aliança estudantil-operária não resolve o problema. O capitalismo mudou a pele incorporando um discurso de aceitação de mudanças pontuais, mas, na essência, terminadas as jornadas do 'ano que nunca terminará', inicia-se a preparação estratégica para o neoliberalismo."

Barbosa, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, afirma que "1968 criou formas de guerrilhas urbanas e rurais, reais e simbólicas, produziu mudanças violentas no comportamento geral". Também "trouxe à tona as contraculturas e as contra-contraculturas" e "mostrou a força contínua e viva com a explosão dos movimentos sociais: estudantis, feministas, ambientais".

Entre os movimentos de 1968, o mais emblemático ocorreu na França, onde "combinou-se repressão seletiva com a liderança do velho dirigente burguês Charles de Gaulle, que levou a melhor", ao conseguir o controle político, a vitória nas eleições que convocou e o apoio dos trabalhadores. "As centrais sindicais cederam. Sem direção revolucionária, elas sempre cedem aos apelos patrióticos ou vantagens pecuniárias."

Conforme Barbosa, "parte da esquerda defende a herança de 1968 como um divisor de águas", mas o professor acredita que "as maiores mudanças ficaram restritas às mentalidades, e não é pouco". No seu entendimento, é fundamental a disputa das narrativas: "É preciso que os setores progressistas continuem falando e expressando seus pontos de vista. É preciso consolidar uma narrativa de 1968 que aponte para um futuro melhor do que o presente".

Glaudionor Barbosa é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, graduado em Economia pela UFPE e em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No evento Cinquenta Anos de 1968: a Era de Todas as Viradas, promovido pela Universidade de São Paulo - USP, sua fala está prevista no tópico intitulado Crises econômicas: 1968 e 2018. Do que se trata? Do ponto de vista econômico, que aproximações podem ser feitas entre esses dois momentos no Brasil e no mundo?

Glaudionor Barbosa – 1968 foi "o ano que nunca terminará", pois foi universal e disruptivo. Quando observamos 68, cada vez isso é diferente, pois tudo continua mudando em relação ao referencial. O olhar é diferente pois mudamos e não conseguimos mudar muito. Nós somos diferentes, mas somos iguais. Contudo, é inegável que o tempo fornece ao historiador ferramentas mais

precisas, de melhor pontaria. Como eu dizia, ao se olhar para aquele ano, se tem a certeza de que as tarefas históricas dos oprimidos continuam na ordem do dia, e aquele ensaio foi primoroso.

1968 não foi francês, foi mundial. Tivemos choques com a polícia que continua matando e prendendo trabalhadores, jovens, mulheres e negros. No fundo é a mesma polícia que matou Marielle¹ e Anderson².

1968 criou formas de guerrilhas urbanas e rurais, reais e simbólicas, produziu mudanças violentas no comportamento geral. 1968 trouxe à tona as contraculturas e as contra-contraculturas. 1968 mostrou a força contínua e viva com a explosão dos movimentos sociais: estudantis, feministas, ambientais. Liberou o corpo e a consciência, principalmente das mulheres com a psicanálise, os anticoncepcionais e a demolidora revolução sexual.

"Nos momentos de ascensão de uma utopia, acredita-se, sempre, em um novo tempo"

IHU On-Line – Que temas econômicos ficam mais evidentes acerca das pautas de Maio de 68?

Glaudionor Barbosa – Não acredito que ocorra uma coincidência conjuntural 1968-2018. Os 50 anos é que devem servir de mote. 1968 prenuncia a grande crise de 1973-1975, que enterra os 30 anos dourados do "capitalismo sem crise", com uma crise estupenda, mostrando que capitalismo e crise são a mesma coisa.

No Brasil, inicia-se o Milagre Eco-

nômico que deixaria sequelas permanentes, na forma de uma distribuição de renda monstruosamente concentrada, que não se desconcentra com políticas públicas, apesar de <sup>3</sup>Lula estar numa solitária de Sérgio Moro<sup>4</sup>. A riqueza concentrou-se de forma oligárquica e só será distribuída através de uma revolução. Outro legado do Milagre foi a dívida externa.

IHU On-Line – Acreditava-se que teria início um novo tempo, com novas perspectivas em relação às mazelas do capitalismo e do socialismo soviético. Do ponto de vista econômico, o que sustentava as elaborações do movimento? Que pensamentos e autores eram evocados?

Glaudionor Barbosa – Nos momentos de ascensão de uma utopia, acredita-se, sempre, em um novo tempo. Qual o problema

3 Luiz Inácio Lula da Silva (1945): Trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin), Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo. programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irá e do aquecimento global É investigado na operação Lava-Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como recebedor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guaruiá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por una midade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandado de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba (Nota da IHU On-Line)

4 Sérgio Fernando Moro [Sérgio Moro] (1972): juiz federal brasileiro que ganhou notoriedade por comandar o julgamento dos crimes identificados na Operação Lava Jato. Formou-se em direito pela Universidade Estadual de Maringá em 1995, tornando-se juiz federal em 1996. Também cursou o programa para instrução de advogados da Harvard Law School em 1998 e participou de programas de estudos sobre lavagem de dinheiro promovidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. É mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná Além da Operação Lava Jato, também conduziu o caso Banestado. No caso do Escândalo do Mensalão, a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber convocou o juiz Sergio Moro para auxiliá-la. Em 2014, Moro foi indicado pela Associação dos Juízes Federais do Brasil para concorrer a vaga deixada por Joaquim Barbosa no STF, porém, em 2015, a vaga foi preenchida por Luiz Fachin. (Nota da IHU On-Line)

de 1968? Uma aliança estudantil -operária não resolve o problema. O capitalismo mudou a pele incorporando um discurso de aceitação de mudanças pontuais, mas, na essência, terminadas as jornadas do "ano que nunca terminará", iniciase a preparação estratégica para o neoliberalismo.

As dificuldades da União Soviética, reforçadas pela ação de fora para dentro, levou ao fracasso da experiência antissistêmica. É a derrota da URSS o maior dano que a humanidade poderia sofrer. A unipolaridade na geopolítica mundial sustentou todas as experiências contra os fracos. Só agora, com a influência do binômio Rússia-China, ocorre um começo de reequilíbrio.

Bem, havia muitas vozes, algumas dissonantes. A voz principal era do anarquista Daniel Cohn-Bendit<sup>5</sup>. No caso da França, o mais emblemático, combinou-se repressão seletiva com a liderança do velho dirigente burguês Charles de Gaulle<sup>6</sup>, que levou a melhor. De Gaulle conseguiu o controle político. Usou a imprensa, principalmente a falada, para jogar água na fervura. Mobilizou forças diversas em seu favor. Saiu-se vitorioso nas eleições que havia convocado. Conseguiu o apoio dos trabalhadores com promessas de aumentos salariais e melhorias nas condições gerais. As centrais sindicais cederam. Sem direção revolucionária, elas sempre cedem aos apelos patrióticos ou vantagens pecuniárias.

6 **Charles de Gaulle** (1890-1970): general e presidente da França de 1958 a 1969. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>1</sup> Marielle Francisco da Silva ou Marielle Franco (1979-2018): socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e política nascida no Rio de Janeiro. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro na eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Anderson Pedro Gomes: motorista que conduzia o carro da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, quando o veículo foi alvejado por vários disparos em 14 de março de 2018. Ambos morreram em decorrência do atentado. Ele tinha 39 anos, era casado e deixou um filho pequeno. (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> Daniel Cohn-Bendit (1945): político franco-alemão. Nasceu na França, filho de judeus alemães refugiados no país em 1933, fugidos do Nazismo. Foi líder estudantil no movimento ocorrido em maio de 1968, na Franca, Aos 14 anos, optou pela nacionalidade alemã porque não queria se sujeitar ao serviço militar francês. Membro da Federação Anarquista e depois do movimento Negro e Vermelho, se definiu mais tarde como liberal-libertário. Em 1967 enquanto era estudante de Sociologia da Universidade de Nanterre, começa o movimento de contestação que levou ao Movimento de 22 de Março em 1968. Na sequência da evacuação das salas pela polícia em 2 de maio, esteve entre os estudantes que ocuparam a Sorbonne em 3 de maio. Foi, junto com Alan Geismar e Jacques Sauvageot, uma das principais figuras de Maio de 68. Em 21 de maio, enquanto estava em Berlim, foi proibido de retornar à França. Em 28 de maio, com o cabelo tingido e óculos escuros, voltou para Sorbonne, sendo aclamado. Em maio de 2015, Cohn-Bendit obteve a nacionalidade francesa. (Nota da IHU On-Line)

"Qual o problema de 1968? Uma aliança estudantiloperária não resolve o problema."

IHU On-Line – Embora o ideário de esquerda pautasse as manifestações de Maio de 68, pode-se afirmar que o movimento abriu caminho para ideias neoliberais? Por quê?

Glaudionor Barbosa – As duas perguntas não levam a respostas simples. O que é um ideário de esquerda? Desenvolvimentismo e distribuição de renda são ideias de esquerda que a direita aceita, quando necessário. Havia muitas ideias de esquerda e pouca unidade, e é por esse motivo que se fala em "tomar os céus de assalto".

Algumas mudanças, principalmente no campo do comportamento e das mentalidades, ficaram. Quando as mulheres dizem hoje "meu corpo, minhas regras", temos um legado de 1968.

Não vamos esquecer que 1968 atingiu o elo mais fraco do mundo soviético. Desse modo, na Tchecoslováquia inicia-se um processo reformista liberado por um comunista chamado Alexander Dubček<sup>7</sup>. Ele

tentou destalinizar seu país, tentou um sistema de freios mais democrático, ampliou as liberdades individuais. O Ocidente comecou a falar e fala até hoje do "socialismo de rosto humano". Dubček era um pragmático, apenas. A questão é que para jovens e pessoas de meia idade que não viveram no capitalismo, "O Socialismo Real" sempre aparentava ser opressivo. Era, porém parecia ser mais. Por sua vez, a resposta da URSS e do Pacto de Varsóvia8 foi ultrapragmática, exagerada, brutal e ineficiente. Houve violência contra a população desarmada e a implantação de um regime de desesperança entre socialistas do mundo todo.

Em resumo, pode-se dizer que o ideário de 1968 era mais libertário do que socialista-revolucionário, enquanto opção de poder contra a

do voltou a Praga, foi vítima de ostracismo, considerado como um cadáver político. Até 1969, presidiu a Assembléia Federal checoslovaca. Nesse mesmo ano, foi expulso do Partido. Nomeado embaixador na Turquia, não tardou em ser destituído: de novo em Praga, trabalhou como burocrata de uma exploração forestal. Não houve notícias suas até 1974, quando saiu uma carta aberta, assinada por ele e dirigida à Assembléia Federal, na qual ratificava os postulados democráticos de 1968, criticava as posições do Partido e denunciava os abusos de poder do primeiro secretário Husak. Era considado um "tchecoslovaquista", contrário à divisão da Tchecoslováquia em República Tche ca e Eslováquia, e defensor da opção federativa. Em 26 de novembro de 1989. Dubček foi aclamado na Praca de Letna de Praga por milhares de compatriotas. Inspirador das mudanças democráticas, foi feito presidente do Parlamento checo. Faleceu em conseguência dos ferimentos sofridos em acidente de automóvel ocorrido no dia 1º de setembro de 1992, perto de Humpolec. Foi sepultado em Bratislava, na Eslováquia. (Nota da IHU On-Line)

8 Pacto de Varsóvia: aliança militar formada em 14 de maio de 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética, países estes que também ficaram conhecidos como bloco do leste. O tratado correspondente foi firmado na capital da Polônia, Varsóvia, e estabeleceu o alinhamento dos países membros com Moscou, estabelecendo um compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares e legalizando na prática a presença de milhões de militares soviéticos nos países do leste europeu desde 1945. O organismo militar foi alegadamente instituído em contraponto à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), organização internacional que uniu as democracias da Europa Ocidental e os Estados Unidos para a prevenção e defesa dos países membros contra eventuais ataques vindos do Leste Europeu. Os países que fizeram parte do Pacto de Varsóvia eram alguns nos quais foram instituídos governos socialistas pela União Soviética, após a Segunda Guerra Mundial: Polónia, República Democrática Alemã, Checoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia (esta última retirou-se em 1968), sendo que a estrutura militar seguia as diretrizes soviéticas. A Iugoslávia, por oposição do Marechal Tito, se recusou a ingressar no bloco. Porém, as principais ações do Pacto foram dentro dos países-membros para a repressão de revoltas internas. Em 1956, tropas reprimiram manifestações populares na Hungria e Polônia, e em 1968, na Tchecoslováquia, na chamada Primavera de Praga que pediam a descentralização parcial da economia e a democratização. As mudanças no cenário geopolítico da Europa Oriental no final da década de 1980, com a queda dos governos socialistas, o fim do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e a crise na União Soviética, levaram à extinção do Pacto em 31 de março de 1991. O fim do Pacto de Varsóvia representou, também, o fim da Guerra Fria. Seis anos depois, a OTAN convida República Tcheca, Hungria e Polônia a ingressarem na organização, demonstrando uma nova configuração das forças militares na Europa pós-Guerra Fria. (Nota da **IHU On-Line**)

burguesia. Uma ação concertada a nível mundial poderia ter tido resultados mais favoráveis. Vale lembrar a situação da periferia do sistema, quase toda submetida a regimes de exceção.

### IHU On-Line – Que mundo surgiu em consequência de Maio de 68?

Glaudionor Barbosa – Existem personalidades que gostariam de ver 1968 riscado no mapa da História. A maioria dos personagens de direita pensa assim. Jair Bolsonaro<sup>9</sup>, Malafaia<sup>10</sup> e outros pensam assim. O político francês de direita, aparentemente reformado, Nicolas Paul Stéphane Sarkozy<sup>11</sup> afirmou que era

9 Jair Bolsonaro (1955): militar da reserva e deputado federal nascido em Campinas (SP). De orientação política de extrema direita, conservadora e nacionalista, cumpre sua sétima legislatura na Câmara Federal. Em janeiro de 2018, anunciou sua filiação ao Partido Social Liberal (PSL), o nono partido político de sua carreira. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT, pela defesa da ditadura e da tortura. Seus embates contra os direitos humanos são constantes. Suas declarações controversas já lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais, desde que foi eleito deputado em 1989. Documentos produzidos pelo Exército Brasileiro na década de 1980 mostram que os superiores de Bolsonaro o avaliaram como dono de uma "excessiva ambição em realizar-se financeira e economicamente gundo o superior de Bolsonaro na época, o coronel Carlos Alfredo Pellegrino, "[Bolsonaro] tinha permanentemente a intenção de liderar os oficiais subalternos, no que foi sempre repelido, tanto em razão do tratamento agressivo dispensado a seus camaradas, como pela falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos". É notório o seu machismo, como evidenciam as agressões e ofensas direcionadas a suas colegas parlamentares. Seu desrespeito à condição feminina não poupou nem a filha. Em abril de 2017, em um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro fez uma menção à caçula, então com seis 6 anos: "Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher". Em uma entrevista para a revista Playboy, em junho de 2011, sua agressividade dirigiu-se aos gays: "Seria incapaz de amar um filho homossexual" Ainda disse preferir que um filho "morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí". Em abril de 2017, durante um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, afirmou que acabará com todas as terras indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso seja eleito presidente em 2018. Também disse que terminará com o financiamento público para ONGs: "Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depende de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola". (Nota da **IHU On-Line**)

10 Silas Malafaia (1958): pastor pentecostal líder do ministério Vitória em Cristo, ligado à Assembleia de Deus. Televangelista, graduado em psicologia, presidente da editora Central Gospel, vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), entidade que agrega cerca de 8 mil pastores de quase todas as denominações evangélicas brasileiras. Malafaia se tornou muito conhecido por sua crítica a temas como direitos dos homossexuais e ao aborto, bem como por defender a chamada teologia da prosperidade. Em janeiro de 2013, uma reportagem da revista Forbes, dos Estados Unidos, o classificou como o terceiro pastor mais rico do Brasil, com um patrimônio estimado em 150 milhões de dólares. Malafaia negou a informação no programa De Frente com Gabi, quando afirmou que seu patrimônio girava em torno de R\$ 6 milhões. (Nota da IHU On-Line)

11 Nicolas Sarkozy (1955): advogado e político francês,

<sup>7</sup> Alexander Dubček (1921-1992): nascido na Checoslováquia, atualmente Eslováquia. Foi chefe de estado da antiga Tchecoslováquia, país onde se tornou-se líder do Partido Comunista em 1968 e iniciou as reformas da chamada Primavera de Praga. Durante a Segunda Guerra Mundial, tomou parte na resistência contra a ocupação nazista, demonstrando sua capacidade de organização ao protagonizar o levantamento nacionalista eslovaco contra as tropas alemãs no inverno de 1944 a 1945. Ficou ferido em repetidas ocasiões. Dirigiu a tentativa de democratização socialista em seu país. Seu propósito, destinado a democratizar o Estado e as estruturas internas do Partido, e abrir a nação às potencias ocidentais, foi referendado por grande parte da população checoslovaca. A tentativa foi abortada sangrentamente pelas tropas soviéticas do Pacto de Varsóvia em agosto de 1968. Dubček foi sequestrado pela policia soviética de ocupação e levado a Moscou. Quan-

necessário "liquidar" a herança do Maio de 68.

Muita gente enaltece 1968 por ter aberto uma brecha que ajudou na queda do muro de Berlim¹², eufemismo para o fim da União Soviética. Na verdade, o fim da URSS tem raízes mais profundas. Aliás, se o clima de 1968 fosse inebriante a este ponto, as ditaduras latino-americanas teriam caído. Claro que o sentido libertário influenciou todos os espaços.

Parte da esquerda defende a herança de 1968 como um divisor de águas. Reafirmo que as maiores mudanças ficaram restritas às mentalidades, e não é pouco. A ideia da "imaginação no poder" pode parecer coisa de alienado, contudo, não é, pois antes da chegada objetiva ao poder, é preciso que a imaginação chegue. Talvez se a juventude começasse a se despir no meio das aulas, parte do ranço fascista, presente no Brasil de hoje, se esfumaçasse ou se materializasse logo.

Uma parte importante dos estudantes estava convencida do seu papel social quando gritava pelas ruas e universidades de Paris, não apenas na capital francesa: todo poder aos operários! Não seremos capatazes das fábricas dos burgueses.

Uma questão fundamental é a disputa das narrativas, a saber, é preciso que os setores progressistas continuem fa-

foi o 23º presidente da França entre 2007 e 2012. Foi também, juntamente com o bispo de Urgel, o co-príncipe de Andorra. Antes de se tornar presidente, lideorou a União por um Movimento Popular (UMP). Durante a presidência de Jacques Chirac, foi ministro do Interior nos primeiros dois governos de Jean-Pierre Raffarin (de maio de 2002 a março de 2004), e depois foi nomeado ministro das Finanças no último governo de Raffarin (março de 2004 a majo de 2005), e novamente ministro do Interior no governo de Dominique de Villepin (2005-2007). Sarkozy foi também presidente do Conselho Geral do departamento francês de Hauts-de-Seine de 2004 a 2007 e prefeito de Neuilly-sur-Seine, uma das comunas mais ricas da França, de 1983 a 2002. Foi ministro do Orçamento no governo de Édouard Balladur durante o último mandato de François Mitterrand. Sarkozy é conhecido por querer revitalizar a economia francesa. Prometeu reavivar a ética trabalhista, promover novas iniciativas e combater a intolerância (Nota da IHU On-Line)

12 Muro de Berlim: começou a ser derrubado em 9 de novembro de 1989, num ato inicial de reunificação entre as duas Alemanhas. Além disso, a queda do muro significa, para muitos historiadores, o fim da Guerra Fria. A construção do Muro aconteceu em 1961, dividindo a Alemanha entre República Federal Alemã (coordenada pelos países democráticos, liderados pelos EUA) e República Democrática Alemã (sob jurisdição dos países comunistas, liderados pela URSS). Centenas de pessoas foram mortas ou feridas tentando fugir do lado oriental para o ocidental da construção. (Nota da IHU On-Line)

lando e expressando seus pontos de vista. É preciso consolidar uma narrativa de 1968 que aponte para um futuro melhor do que o presente.

"1968 criou formas de guerrilhas urbanas e rurais, reais e simbólicas, produziu mudanças violentas no comportamento geral"

IHU On-Line – No campo político brasileiro, a partir de 1968 houve um aprofundamento da ditadura. E na economia, que análise se pode fazer de questões como política salarial e distribuição de renda, entre outras?

Glaudionor Barbosa – Em tempos sombrios, como agora, escuta-se muitos afirmarem que na época dos militares era muito melhor. Melhor para quem, cara-pálida? A resposta é dupla: havia mais segurança e a economia ia muito bem! Será? Não é díficil para um Estado policial prover segurança. Até as rodas de amigos eram vigiadas, quando não proibidas.

Quanto à economia? Os militares mostraram que uma economia capitalista pode crescer, fizeram melhor do que os neoliberais, Fernando Henrique Cardoso<sup>13</sup> e seus atuais

13 Fernando Henrique Cardoso (1931): Sociólogo, cien-

continuadores, e mesmo os governos do PT não foram exemplares neste quesito. A questão que se coloca é qual a qualidade do crescimento e quais os meios?

Os argumentos mais esgrimados são do crescimento ou do Milagre Econômico. Assim, alega-se que de 1968 a 1973 o Brasil entrou em uma espiral de crescimento na média de 10% ao ano, e chegou ao pico em 1973, a um crescimento de 14% do Produto Interno Bruto - PIB. O aumento do produto, logo, da renda e do emprego, foi acompanhado pela queda da inflação. A taxa (IGP) caiu de 25,5% para 15,6% no período. O que não fica evidente, apenas com os números, é que o crescimento teve duas fontes principais: endividamento externo e arrocho salarial.

Para manter a economia crescendo, os salários eram reajustados, na média, abaixo da inflação. Os trabalhadores perdiam renda e ficavam calados? Ficavam, pois a primeira coisa que os militares fizeram, depois de destruir fisicamente as oposições, foi intervir nos sindicatos e colocar pelegos na direções. Ou seja, o crescimento só foi possível com o aniquilamento da resistência dos trabalhadores. Esclarecendo: se  $Y = \alpha w + \beta l$ , sendo Y = Renda Nacional; w = salários; l = lucros; α é o coeficiente de absorção dos salários e β é o coeficiente de aborção dos lucros, implica que com os sindicatos amordaçados α tende para zero.

# IHU On-Line – Que papel Maio de 68 teve para o pensamento da esquerda?

Glaudionor Barbosa – 1968 diversifica a pauta da esquerda. Como já visto acima, as mudanças principais são de mentalidades, de cultura, de comportamento. As questões específicas passaram a ter um lugar

tista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2003. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministo da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combate à inflação. (Nota da IHU On-Line)

importante.

Por outro lado, a influência principal é da Escola de Frankfurt<sup>14</sup>. Parte importante da juventude estudantil começa a perceber que o debate é inadiável. A vida "normal" do capitalismo sem crise começa a se mostrar sem motivação. A primeira questão colocada era de sentido, a segunda era da persistência de exploração e opressão nas periferias do capitalismo "normal". A juventude começou a entender que poderia ter um papel transformador.

Alguns pensadores como Herbert Marcuse<sup>15</sup> começam a assumir um triplo papel de intelectual, professor e militante. Essa questão foi essencial e continua sendo. Um professor não tem o direito de se acovardar e desligar sua função de mestre com a de intelectual e militante.

O mal-estar da civilização burguesa era resultante da opressão ideológica e da exploração econômica, porém era, tambem, alienação de si mesmo, trabalho repetitivo e ausência de prazer. Tanatos vencia Eros.

O conceito mais forte de 1968 é de que "o poder está nas ruas", e é preciso resgatar esta ideia. É preciso novamente "derrubar as prateleiras/

14 Escola de Frankfurt: escola de pensamento formada por professores, em grande parte sociólogos marxistas alemães. Abordou criticamente aspectos contemporâneos das formas de comunicação e cultura humanas. Deve-se à Escola de Frankfurt a criação de conceitos como indústria cultural e cultura de massa. Entre os principais professores e acadêmicos da Escola podemos destacar: Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkmeimer (1885-1973), Walter Benjamin, Herbert Marcuse (1917-1979), Franz Neumann, entre outros. (Nota da IHU On-Line)

15 Herbert Marcuse (1898-1979): sociólogo alemão naturalizado estadunidense, membro da Escola de Frankfurt. Estudou Filosofia em Berlim e Freiburg, onde conheceu os filósofos e professores Husserl e Heidegger e se doutorou com a tese Romance de artista. Algumas de suas obras: Razão e Revolução, Eros e Civilização, O Homem Unidimensional. (Nota da IHU On-Line)

as estantes/as estátuas/as vidraças, louças, livros, sim...". É preciso sair de dentro do Facebook, pois é dentro dele que eles querem confinar a juventude.

"O ideário de 1968 era mais libertário do que socialista-revolucionário, enquanto opção de poder contra a burguesia"

IHU On-Line – Os sentidos de Maio de 1968 foram esvaziados?

Glaudionor Barbosa – Não sei se houve esvaziamento de fato, acontece que o metabolismo do capital é violento, tudo que cai no seu estômago é triturado. Ernesto Che Guevara<sup>16</sup>, o militante mais radi-

16 Che Guevara (Ernesto Guevara de la Serna, 1928-1967): um dos mais famosos revolucionários comunistas da história. Nasceu em Rosário, na Argentina, e morreu em La Higuera, Bolívia. Foi guerrilheiro, político, jornalista, escritor e médico. Guevara foi um dos ideólogos e comandantes da Revolução Cubana (1953-1959). Ele participou desde então, até 1965, da reorganização do Estado cubano, desempenhando vários altos cargos da sua administração e de seu governo, principalmente na área econômica. como presidente do Banco Nacional e como ministro da Indústria, e também na área diplomática, encarregado de várias missões internacionais.onvencido da necessidade de estender a luta armada revolucionária a todo o Terceiro Mundo, Che Guevara impulsionou a instalação de grupos guerrilheiros em vários países da América Latina. Entre 1965 e 1967, lutou no Congo e na Bolívia, onde foi capturado e assassinado de cal e o maior homem do século 20 (Sartre<sup>17</sup>), virou fetiche e é vendido nas lojas e ruas do mundo todo, inclusive na Argentina.

O avanço tecnológico, se trouxe muitas vantagens, como fornecer essa entrevista por e-mail ou equipamentos médicos sofisticados que detectam doenças que antes só seriam descobertas quando não havia mais opção de cura, isolou e alienou as pessoas. Para que ir ao cinema se temos o Netflix?

### IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Glaudionor Barbosa — Desejo agradecer a oportunidade que me foi dada e dizer que as primaveras sempre voltam. Vamos invadir novamente a USP [Universidade de São Paulo] e o faremos sempre que necessário e oportuno. Pacificamente, como agora, ou com vontade revolucionária, como em 1968. ■

maneira clandestina e sumária pelo exército boliviano, em colaboração com a CIA, em 9 de outubro de 1967. Foi considerado pela revista norte-americana Time uma das cem personalidades mais importantes do século 20. Para muitos dos seus partidários, representa a rebeldia, a luta contra a injustiça social e o espírito incorruptível. Em contrapartida, muitos dos seus opositores o consideram um criminoso, responsável por assassinatos em massa, e acusam-no de má gestão como ministro da Indústria. Sua fotografia feita por Alberto Korda é uma das imagens mais reproduzidas do mundo e um dos ícones do movimento contracultural. Tanto a fotografia original como suas variantes, algumas apenas com o contorno do seu rosto, têm sido intensamente reproduzidas, para uso simbólico, artístico ou publicitário. Che Guevara foi tema da edição 239 da IHU On-Line, de 8-10-2007, disponível em http://migre.me/2pebG. (Nota da IHU On-Line)

17 Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo existencialista francés. Escreveu obras teóricas, romances, peças
teatrais e contos. Seu primeiro romance foi A náusea
(1938), e seu principal trabalho filosófico é O ser e o
nada (1943). Sartre define o existencialismo em seu ensaio O existencialismo é um humanismo como a doutrina na qual, para o homem, "a existência precede a
essência". Na Crítica da razão dialética (1964), Sartre
apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou
suas teorias psicanalíticas nas biografias Baudelaire
(1947) e Saint Genet (1953). As palavras (1963) é a primeira parte de sua autobiografia. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou.
(Nota da IHU On-Line).



Estratégias para a economia brasileira e a sua trajetória macroeconômica de 2003-2017

Profa. Dra. Laura Carvalho - USP

08 de maio de 2018 (terça-feira) | 19h30min às 22h | Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros | IHU Mais informações e inscrições em ihu.unisinos.br/eventos

# A tarefa de não esquecer os herdeiros perpetradores da repressão no México

Para Larissa Jacheta Riberti, evocar os 50 anos do Massacre de Tlatelolco é importante para debater um modelo político e partidário esgotado

Wagner Fernandes de Azevedo | Edição: Patricia Fachin

próxima eleição presidencial mexicana, marcada para 3 de junho deste ano, coincide com os 50 anos do Massacre de Tlatelolco, que ocorreu em 2 de outubro de 1968, considerado "a expressão máxima de um Estado autoritário, da prática repressiva em nome da hegemonia priista" e "um dos episódios mais tristes da história mexicana", diz a historiadora Larissa Jacheta Riberti em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Para Riberti, no atual contexto eleitoral, em que o Partido Revolucionário Institucional – PRI, do atual presidente, Enrique Peña Nieto, voltou ao poder em 2012, depois de ter governado o país entre 1929 e os anos 2000, "ativar a memória sobre o Movimento Estudantil de 1968 é uma ação importante para que possamos promover debates sobre o que representou a mobilização daquele momento e suas críticas a um modelo político e partidário que, já naquela época, encontrava-se esgotado".

A historiadora frisa que "há uma oposição social muito grande ao velho partido, mas até hoje não se conseguiu aprovar nas urnas um projeto de Estado mais progressista ou à esquerda. Dentre as causas estão as fraudes eleitorais, o grande número de abstenções (reflexo também da descrença do mexicano em relação ao sistema político) e a atuação de classes empresariais hegemônicas que manipulam a opinião pú-

blica e apoiam candidatos que possam representar seus interesses".

Larissa Riberti também relembra as manifestações sociais de Maio de 68, que uniram estudantes secundaristas e universitários, classe trabalhadora, políticos e intelectuais, e adverte: "Nesse contexto de 50 anos de 1968, uma das tarefas é a de não se esquecer de quem foram os perpetradores da repressão, quem são os herdeiros dessa classe política hegemônica e como eles ainda atuam dentro do ordenamento institucional".

Larissa Jacheta Riberti é graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, mestra e doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e pós-doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC. Sua dissertação trata da história e da memória do movimento estudantil de 1968 no México e sua tese analisa o processo de transição à democracia e a implantação de mecanismos de justiça transicional no país. Atualmente, desenvolve pesquisa sobre os movimentos armados rurais e urbanos atuantes no México entre as décadas de 1960 e 1980.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 2-5-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/2rpuxf3.

Confira a entrevista.

IHU On-line — De que forma as versões da História, a historiografia, sobre o Massacre de Tlatelolco são relevantes para a compreensão das mobilizações mundiais em 1968?

Larissa Jacheta Riberti — Existe uma necessidade de deslocar o eixo de entendimento sobre o ano de 1968 da Europa para o resto do mundo. Ou seja, uma necessidade de "deseuropeizar" a compreensão

sobre aquele momento. Isso não significa ignorar ou desqualificar a produção Europeia, sobretudo francesa, do ano de 1968 e das manifestações que ocorreram naquela época, e sim atentar para a produção bibliográfica

### "Existe uma necessidade de deslocar o eixo de entendimento sobre o ano de 1968 da Europa para o resto do mundo"

em geral. Em outras palavras, considerar textos acadêmicos, a expressão das memórias, a produção cultural sobre o ano de 1968 em outras partes do mundo, como América Latina, leste europeu, China e África.

Com relação à historiografia sobre o 68 mexicano, é preciso considerar que ela é integrada por distintos gêneros. Ou seja, é uma bibliografia composta de estudos acadêmicos (teses, dissertações, monografias), relatos pessoais, escritos biográficos e obras que mesclam trajetórias de ex-líderes do movimento estudantil com a reconstrução histórica dos acontecimentos daquele momento. Nesse sentido, a produção historiográfica sobre o 68 mexicano está muito imersa na subjetividade das experiências vivenciadas pelos próprios estudantes daquele momento. Experiências essas que têm ligação com o contexto internacional daquele momento, mas que nos falam muito sobre as condições políticas, econômicas e socioculturais do México de então. Ao mesmo tempo, o grande número de trabalhos acadêmicos sobre o tema nos dá um panorama mais amplo de objetos como as ideologias, as estratégias e os objetivos da mobilização estudantil mexicana.

Considerando tudo isso, na minha opinião, a grande contribuição dessa historiografia, que é muito diversa em suas características, é apresentar e discutir uma mobilização estudantil que, apesar de inserida num contexto muito amplo de movimentos de contestações numa escala mundial, possuía especificidades importantes e que refletiam a própria construção política mexicana e o esgotamento de

um modelo de governo, de um projeto de Estado, levado a cabo pelo Partido Revolucionário Institucional - PRI.

O movimento estudantil de 1968, enquanto momento histórico e objeto da própria análise histórica, era o reflexo de uma América que dialogava com o mundo, mas que ao mesmo tempo tinha demandas sociais internas que precisavam ser atendidas de maneira urgente. Por isso, de maneira geral, há um esforço muito grande dos pesquisadores para incluir o tema do 68 mexicano nos debates mais tradicionais sobre o momento. Nesse sentido, a experiência mexicana é muito importante para ampliarmos nossa compreensão sobre o ano de 1968 e sobre as características desse momento histórico, deslocando nosso olhar para produções advindas de espaços não hegemônicos e que também foram considerados "periféricos".

# IHU On-line — Como se caracterizava a sociedade mexicana da década de 1960?

Larissa Jacheta Riberti - O México do ano de 1968 era uma sociedade que apresentava muitas desigualdades. Ao passo que os estudantes de universidades como a Universidade Nacional Autônoma do México - Unam advinham de uma classe média cuja ascensão social havia sido possibilitada por mudanças econômicas suscitadas no período do chamado "milagre econômico" - que abriu a economia mexicana para os investimentos e a entrada de capital estrangeiro -, o país convivia com um intenso êxodo rural e aumento da desigualdade social. Essa realidade havia sido consequência dos modelos de gestão econômica e social colocados em prática pelos presidentes do PRI que priorizaram uma política econômica voltada para a ampliação das indústrias e o desenvolvimento urbano, sobretudo a partir da década de 1940.

Nas zonas rurais, por outro lado, as populações camponesas e indígenas sofriam constantemente com a marginalização e a exclusão de suas demandas das decisões políticas. Esses grupos careciam de políticas públicas, de uma reforma agrária plena que lhes conferisse não apenas o direito a ocupar produtivamente as terras, mas que garantisse sua participação no mercado e que impedisse o controle da produção agrícola e da distribuição de recursos naturais e econômicos por parte dos latifundiários. Essas eram, portanto, populações excluídas e que viviam à margem daquele desenvolvimento econômico e social verificado nos grandes centros urbanos. Tal realidade causaria uma migração em massa de camponeses e indígenas para algumas capitais, sobretudo para a Cidade do México. Além do desemprego, tais populações foram acometidas pela pobreza, pela falta de estrutura em termos de moradia, saneamento básico, acesso à saúde e à educação, e ficaram ainda suscetíveis ao preconceito e ao racismo.

A década de 1960 também foi um momento de grande mobilização das classes trabalhadoras. Desde o fim do movimento ferroviário, uma das maiores mobilizações de trabalhadores já registradas no país e que acabou sendo duramente reprimida em 1958, sindicatos, grêmios e associações de categorias profissionais mobilizaram-se para reivindicar maior

participação política, melhorias nas condições de trabalho e fim da repressão aos seus movimentos. Dentre eles se destacam, por exemplo, o movimento médico e o movimento de professores, este que, no início de 1960 já discutia questões como a falta de autonomia universitária e problemas na legislação trabalhista.

No campo, as mobilizações também se faziam presentes, como o caso da Asociación Cívica Guerrerense, uma organização sindical criada em 1959 que reuniu líderes e trabalhadores indígenas camponeses para reivindicar as questões de terra e autonomia produtiva, além de denunciar e combater as repressões e crimes cometidos pelos latifundiários do estado de Guerrero e as arbitrariedades do então governador Raúl Arturo Caballero.

O México da década de 1960 convivia, portanto, com essas desigualdades extremas. Ao mesmo tempo, faziam-se presentes inúmeros movimentos e organizações de contestação e resistência. A explosão demográfica das cidades naquele momento era a consequência imediata de um "milagre econômico" relativo e excludente que, por outro lado, tinha impactos nada favoráveis às populações camponesas e indígenas. Obviamente, os centros de educação superior não se isentariam de discutir tais problemas e as questões sociais mais urgentes.

# IHU On-line — Quais influências externas incidiram no movimento estudantil mexicano em 1968?

Larissa Jacheta Riberti — É inegável que a mobilização estudantil de 1968 no México é também parte de um grande mosaico de manifestações que aconteceram no mundo todo. O maio parisiense, a primavera de Praga, as lutas guerrilheiras por toda América Latina, as mobilizações nos Estados Unidos, a contracultura e as manifestações por liberdade de expressão e liberdade sexual foram fatores que impactaram a vida dos estudantes mexicanos daquele momento. Nem eles, nem a própria sociedade mexicana, que — como dito anterior-

mente, em seus ambientes urbanos e inseridos na lógica do "milagre econômico" – não estiveram isentos dessas influências. Além das notícias sobre as mobilizações em todo o mundo, a eclosão das rebeldias, os sonhos e utopias compartilhados pela juventude, os estudantes mexicanos dividiam as referências teóricas e históricas que circulavam nos ambientes acadêmicos de outros lugares, como Paris, Estados Unidos, América Latina.

Entre os estudantes mexicanos, é necessário destacar que não eram um grupo hegemônico, circulavam ideias e referenciais que diziam respeito à Revolução Bolchevique, à Revolução Cubana, à Revolução Cultural chinesa, sobre as críticas à Guerra do Vietnã, o apoio aos processos de descolonização. Esses estudantes liam Lenin, Marx, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Mao Tsé-Tung, Fidel Castro, Che Guevara. Por causa dessas referências, o movimento estudantil de 1968 no México contava com grupos maoístas, trotskistas, marxistas ortodoxos, guevaristas, dissidentes e ainda partidários do Partido Comunista Mexicano - PCM e de suas diretrizes político-programáticas, além de setores, podemos dizer, mais conciliadores e centristas.

Vale destacar que o movimento estudantil mexicano também disputava símbolos nacionais como a figura dos líderes camponeses Emiliano Zapata, Pancho Villa e do antigo presidente indígena Benito Juárez, apropriados pelo discurso supostamente nacionalista e revolucionário do PRI.

IHU On-line — Que relação o PRI exerceu no México no século XX e com os movimentos sociais? Quais foram as consequências de 70 anos de priismo para esses movimentos?

Larissa Jacheta Riberti — O impacto do PRI nos movimentos sociais ainda pode ser sentido. Desde sua criação, em 1929, o partido criou mecanismos para o controle e a cooptação da dissidência, buscando, assim, garantir a sua permanência no poder. Dentre essas estratégias estavam direitos "extraconstitucionais" ao Poder

Executivo, por exemplo, que permitiram aos presidentes mexicanos do século XX controlarem boa parte do Legislativo e do Judiciário nacional. Além disso, o próprio Código Penal deu o alvará jurídico e legal para a prática de medidas repressivas contra grupos e movimentos enquadrados no chamado "delito de disolución nacional". O fim desse mecanismo de atuação repressiva da polícia e do corpo de "granaderos" (a polícia antimotins que atuou contra vários movimentos sociais) foram, vale destacar, duas das principais demandas do movimento estudantil de 1968.

O PRI também conseguiu cooptar boa parte das lideranças sindicais na época de Lázaro Cárdenas e com a criação da Central de Trabalhadores Mexicanos - CTM, que congregou as antigas estruturas de mobilização profissional e as manteve sob a vigilância do Estado. Somam-se a isso mecanismos de fraudes eleitorais, ameaças a candidatos de oposição e uma constante perseguição ao PCM, principal opositor do PRI.

Todas essas estratégias foram colocadas em prática a partir de manobras para ocultar o caráter repressivo e controlador da política priista. Por outro lado, nos discursos de seus presidentes se reivindicava o nacionalismo, as heranças da Revolução Mexicana e se exaltavam símbolos nacionais e populares.

Por isso, o que se atesta é que, para além do movimento estudantil de 1968, as mobilizações sociais, de caráter pacífico ou não, foram duramente afetadas por essa estrutura priista que controlou o poder por quase todo século XX. Os já citados movimentos ferroviário, de professores e médico também sofreram com as estratégias repressivas. Os movimentos estudantis de 1968 e 1971 também não ficaram isentos da maneira violenta e violadora que o Estado historicamente havia lidado com a oposição. Posteriormente, essas práticas foram sistematizadas e aperfeiçoadas para a perseguição e combate às guerrilhas rurais e urbanas que surgiram no país principalmente na década de 1970.

### IHU On-line — Como se desencadeou o Massacre de Tlatelolco?

Larissa Jacheta Riberti — O Massacre de Tlatelolco de 2 de outubro de 1968 foi justamente a expressão máxima de um Estado autoritário, da prática repressiva em nome da hegemonia priista. É considerado um dos episódios mais tristes da história mexicana. E isso se dá, na minha opinião, por dois fatores principais. Um deles foi a maneira como se orquestrou a estratégia repressiva: um plano de ataque ao movimento estudantil para ser executado exatamente dez dias antes do início das Olimpíadas, o grande evento internacional e através do qual o PRI defendia o caráter democrático do seu governo e do Estado mexicano. O acordo foi feito entre o Estado Maior da Presidência com a participação de generais do exército e do Batalhão Olímpia, esquadrão especial que, naquela época, deveria garantir a segurança durante os jogos. O plano contou com a anuência do Estado, então presidido por Gustavo Díaz Ordaz e com a participação do Secretário de Governo, Luis Echeverría. A estratégia era acabar com o movimento, prender as lideranças, liquidar qualquer tentativa de reorganização.

A ação foi iniciada quando luzes verdes sinalizadoras provenientes de helicópteros deram a autorização para que os franco-atiradores posicionados nos edifícios que rodeavam a praça iniciassem os disparos. Logo após, vieram as balas das armas dos efetivos do exército que bloqueavam as avenidas de saída do local. Ao mesmo tempo, membros do Batalhão Olímpia executaram a prisão de todos os líderes do Conselho Nacional de Greve – órgão central do movimento – que discursavam no terceiro andar do Edifício Chihuahua.

O segundo fator é o fato de que o movimento estudantil de 1968 contava com ampla aceitação social. O caráter pacífico de sua luta – apesar das barricadas, incêndios de ônibus e estratégias combativas de luta – era bem-vindo entre a sociedade, sobretudo entre as classes médias que, como já destacado, haviam ascendido socialmente nas áreas urbanas

do país naquela época. O movimento também contou com o decisivo apoio da classe intelectual, do professorado, dentre eles o próprio reitor da Unam, Javier Barros Sierra, e de outras categorias profissionais como a operária e a camponesa. Assim, tanto o caráter criminoso e violador do massacre de Tlatelolco, quanto a legitimidade da atuação dos estudantes entre a opinião pública, foram fundamentais para que o episódio fosse considerado um dos mais trágicos da história mexicana, bem como um momento de ruptura, divisor de águas, na política e na sociedade mexicana.

### IHU On-line — Quais impactos o Massacre de Tlatelolco gerou no movimento estudantil mexicano?

Larissa Jacheta Riberti - O massacre foi um duro golpe contra o movimento. Como já dito, todos os líderes do Conselho Nacional de Greve foram presos na operação de 2 de outubro. Estiveram na prisão de Lecumberri e no Campo Militar n. 1 até 1971, quando foram anistiados por Echeverría, sucessor de Díaz Ordaz, numa estratégia política de "abertura democrática". Outros estudantes foram exilados e, assim, impossibilitados de continuar atuando. Alguns setores ainda tentaram alguma mobilização, mas o movimento ficou enfraquecido. Isso se deu também porque no dia seguinte ao massacre, os veículos de comunicação de grande circulação no México deram início a uma campanha de difamação dos estudantes. Divulgaram amplamente a "versão oficial" dos acontecimentos, destacando que os estudantes haviam sido responsáveis pelo tiroteio ocorrido na Praca das Três Culturas, já que os primeiros tiros teriam, segundo essa versão, sido disparados por "franco-atiradores" ligados ao movimento e que se encontravam nos telhados dos edifícios que rodeavam a praça.

A falsa versão só seria de fato disputada e contestada após a saída dos ex-membros do movimento estudantil da prisão e o retorno dos exilados. Os arquivos sobre esse tema só seriam abertos décadas mais tarde e, só no final dos anos 1990, os primeiros estudos acadêmicos sobre a Operação Galeana – como foi chamado o operativo de 2 de outubro de 1968 –, e com base nesses arquivos, foram publicados. Ainda hoje, há controvérsias sobre o episódio, o que dificulta a atribuição de responsabilidades.

Para além do próprio movimento estudantil, que não conseguiu se rearticular após o massacre de Tlatelolco, podemos dizer que houve uma cisão entre as lideranças estudantis naquele momento. Em cidades como Guadalajara, Cidade do México e Nuevo León, começaram a surgir nos anos 70 grupos radicais conformados por estudantes e que reivindicavam a luta armada e a clandestinidade, numa declarada oposição às estratégias pacíficas da "geração" de 1968. O desenvolvimento desses grupos conformaria guerrilhas urbanas que foram duramente perseguidas e reprimidas pelos governos priistas até o final da década de 1980.

### IHU On-line — Como se trabalha a memória do Massacre de Tlatelolco na política mexicana? Que sujeitos a sustentam?

Larissa Jacheta Riberti – A memória do movimento estudantil e do massacre de Tlatelolco tem sido sustentada sobretudo pelos ex-líderes do Conselho Nacional de Greve e participantes das mobilizações. São eles as vozes mais privilegiadas no espaço público. Eles detêm de uma legitimidade na opinião pública que é possível identificar até os dias atuais. Um deles, Raúl Álvarez Garín, faleceu recentemente e encampou uma série de iniciativas para se rememorar aquele momento. Esteve à frente do Comitê 68, órgão que, até hoje, lidera as marchas de 2 de outubro e é um dos principais organismos civis em nome da memória e da justiça. Para além desse caso em específico, temos também a produção de uma série de obras de antigos membros do movimento que fazem parte da historiografia sobre o tema e que falam sobre a memória construída por esses agentes sobre suas próprias experiências. No âmbito civil e público, não foram poucas as manifestações, debates e iniciativas para se rememorar o ano de 1968. Existe um monumento na Praça das Três Culturas, inaugurado em 1993, que homenageia algumas das pessoas que morreram durante o massacre.

Em 2008, a Unam inaugurou o Memorial de 1968, uma exposição permanente no Centro Cultural Universitário Tlatelolco, num espaço junto ao prédio do Ministério das Relações Exteriores, na Praça das Três Culturas. A exposição exibe cartazes, livros, imagens, documentos e disponibiliza uma série de entrevistas com ex-membros do movimento estudantil e intelectuais mexicanos que buscam promover a memória sobre esse passado.

Oficialmente, o 2 de outubro é considerado luto nacional desde 2008. Existe também uma classe política, sobretudo de partidos mais de esquerda e de centro, que se considera "herdeira" das reivindicações dos estudantes de 1968, da democratização do Estado. Por isso, não é raro ouvir em discursos e em sessões do Congresso Nacional referências a esses estudantes e sua luta. No entanto, é verdade também que oficialmente, com excecão da Fiscalía Especial, criada por Vicente Fox em 2001, e dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, muito pouco foi feito em nome da responsabilização pela matança de 2 de outubro. No geral, portanto, a promoção da memória e a luta pela justiça tem ficado a cargo de organismos civis de direitos humanos, de familiares de vítimas e de ex-líderes e membros do movimento estudantil de 68.

# IHU On-line — Como aconteceu a justiça de transição no México?

Larissa Jacheta Riberti — O debate sobre o processo de transição mexicana é extenso e não há um consenso sobre quando ele foi iniciado e se ele realmente terminou. Eu acredito que as lutas sociais da década de 1960, e nesse contexto inserida a dos estudantes em 68, foram um conjunto de acontecimentos que determinou o início desse

processo. No entanto, é preciso também considerar que as guerrilhas rurais e urbanas que comecaram a aparecer na sociedade mexicana desde meados da década de 1960 também exerceram um papel fundamental de opositores ao governo. Ao contrário da luta estudantil de 1968, que pregava reformas no sistema político, participação efetiva e fortalecimento da democracia, as guerrilhas propunham a derrubada do sistema e sua substituição por um novo modelo. Eram um perigo ao establishment mexicano, aos grupos empresariais, e à elite política priista. Na minha percepção, portanto, é preciso inserir também os movimentos guerrilheiros em geral bastante obscurecidos pelo protagonismo exercido pelo movimento estudantil de 1968 - nesse debate sobre a transição mexicana e reconhecer seu protagonismo nesse processo.

De fato, a transição só alcançaria seu "ápice" com a eleição de Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional -PAN, em 2000. Ela foi o resultado de uma forte aliança entre setores de centro-direita e da esquerda mexicana. O voto útil, foi assim a estratégia que reuniu as lideranças políticas em nome da transição. A transição à democracia no México foi um processo votado, endógeno, mas que não representou a substituição de boa parte da classe política nacional que, em espaços como Câmaras Municipais e Congresso Nacional, ainda estava fortemente atrelada ao PRI.

Em suas campanhas, Vicente Fox prometeu criar uma comissão da verdade para atender aos anseios de organismos civis de direitos humanos e familiares de vítimas que demandavam a investigação dos casos de assassinato, perseguição, tortura e desaparecimento de guerrilheiros nas décadas passadas. Era urgente, portanto, iniciar processos de investigação desses casos e atribuir responsabilidades aos perpetradores, muitos deles vinculados ao Estado, ao exército e às corporações policiais.

Já no poder Vicente Fox não criou uma comissão da verdade, pois tal proposta desagradou à grande maioria do corpo legislativo ligado ao PRI e cujo apoio Fox necessitava para aprovar outras reformas empreendidas por seu governo. O novo presidente optou por criar a Fiscalía Especial para Movimientos Sociales y Políticos del Pasado - Femospp. Foi uma espécie de corregedoria, sob responsabilidade da Procuradoria Geral da República, na época chefiada pelo militar Rafael Macedo de la Concha. O modelo de Fiscalía Especial é conhecido no México e pouco acreditado pela população, já que experiências anteriores com esse tipo de órgão investigativo não tiveram resultados satisfatórios.

A Femospp foi, então, o instrumento de justiça de transição do Estado mexicano que pretendeu investigar os crimes contra os movimentos de 1968 e 1971, bem como contra as guerrilhas que atuaram entre as décadas de 1960 e 1980. Teve um caráter sobretudo jurídico, mas esbarrou em muitos obstáculos como a falta de vontade política em levar adiante as investigações, um ordenamento iurídico ainda muito conservador quanto à agenda de proteção e promoção dos direitos humanos, a falta de confiança de setores da sociedade civil, como as organizações de familiares de vítimas e as contradições da gestão foxista em nome da governabilidade. O organismo iniciou processos investigativos, mas não resultou na condenação dos perpetradores de violações aos direitos humanos.

No entanto, o grupo de investigação histórica da Femospp conseguiu produzir um informe bastante importe, cuja narrativa dá conta de explicitar os mecanismos repressivos e agentes repressores do Estado que atuaram nesses diferentes episódios. Para alguns, o Informe carece de validade. Desde a minha perspectiva, porém, que analisei seu conteúdo pensando-o enquanto objeto da história, ele é um importante instrumento para se verificar como o Estado mexicano construiu sua própria história, marcada por violências, massacres e violações aos direitos humanos. É inegável que há um reconhecimento muito claro dessas práticas repressivas, de sua sistematização e do impacto social das mesmas. Essa é uma das contribuições mais importantes do Informe produzido pela Fiscalía. Esse é um dos motivos, por exemplo, de tal Informe ter sido ocultado pelo próprio

governo do PAN, que não promoveu sua difusão de maneira ampla. Hoje, não é possível encontrar uma cópia oficial do Informe, não existe um *site* que reúna os documentos produzidos pela Femospp e esse fundo documental está "perdido". O debate sobre o assunto é muito mais amplo e existem muitos detalhes e discussões sobre a atuação da Fiscalía e o papel do Informe Histórico. Ele ainda carece de atenção por parte da academia e da sociedade.

IHU On-line — A história mexicana é marcada por assassinatos e golpes políticos. Porém, a violência contra o movimento estudantil, como a repressão na Plaza de Tlatelolco, El Halconazo, em 1971, e o desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa, em 2014, pode ser considerada característica da política mexicana?

Larissa Jacheta Riberti — Existe uma continuidade muito clara das práticas repressivas no México, o que não significa que o México seja uma sociedade cuja característica principal é "uma cultura da violência" partilhada por todos. O que se verifica no país é uma estrutura política baseada na manutenção do poder a qualquer custo. A hegemonia priista foi mantida com base em uma série de mecanismos, legais e ilegais, que facilitaram sua permanência no poder por décadas.

O caso do desaparecimento dos estudantes de Ayotzinapa é uma prova da continuidade dessas práticas. Vale lembrar que esses estudantes pertenciam à Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos, situada numa região de antigos conflitos rurais entre latifundiários e poder local contra populações indígenas camponesas. Atualmente, a região de Avotzinapa, assim como todo o estado de Guerrero, ainda sofre com a expansão dos cartéis narcotraficantes e suas relações com o poder institucional. Esta Escola Normal, assim como várias outras com esse mesmo caráter, tem como projeto educacional a luta pela terra e pela autonomia produtiva, a promoção das tradições indígenas e camponesas. Pela escola de Ayotzinapa passaram nomes como Lucio Cabañas,

professor normalista que se tornaria o líder guerrilheiro do Partido de los Pobres, cujos membros atuaram clandestinamente na região da Serra de Atoyac na década de 1970.

O que eu quero dizer é que esses estudantes de Avotzinapa cumpriam um papel político e reivindicavam suas antigas lideranças. Eram herdeiros de Cabañas e Zapata na luta pela terra e incomodavam as estruturas hegemônicas de poder. Foram reprimidos quando se dirigiam justamente à marcha de 2 de outubro que aconteceria na Cidade do México. Seu desaparecimento deriva do fato de que esses estudantes passaram pela cidade de Iguala e pretendiam fazer uma intervenção à cerimônia de apresentação do Informe de Governo do então prefeito da cidade, ocasião que também serviria para lançar a candidatura de sua esposa à prefeitura. Ambos eram acusados de ligação com o narcotráfico.

O desaparecimento dos 43 estudantes foi fruto de uma manobra estatal e dentre os responsáveis figuram não apenas o prefeito da cidade de Iguala e sua esposa, mas também o secretário local de segurança, policiais e narcotraficantes. O caso revela a triste continuidade das práticas repressivas por parte do Estado, que resultam em perseguições, assassinatos, desaparecimentos, ou seja, violações permitidas por uma impunidade que se perpetua.

IHU On-line — As eleições deste ano coincidem com os 50 anos do Massacre de Tlatelolco. Em que medida o evento é relevante para a oposição ao PRI?

Larissa Jacheta Riberti — O PRI voltou ao poder em 2012, com a eleição de Enrique Peña Nieto numa disputa contra Andrés Manuel López Obrador. Na época, houve uma série de denúncias de compra de votos que havia sido executada dias antes das eleições pelo PRI. Há uma oposição social muito grande ao velho partido, mas até hoje não se conseguiu aprovar nas urnas um projeto de Estado mais progressista ou à esquerda. Dentre as causas estão as fraudes eleitorais, o grande número de abstenções (refle-

xo também da descrença do mexicano em relação ao sistema político) e a atuação de classes empresariais hegemônicas que manipulam a opinião pública e apoiam candidatos que possam representar seus interesses.

Nesse sentido, ativar a memória sobre o Movimento Estudantil de 1968 é uma ação importante para que possamos promover debates sobre o que representou a mobilização daquele momento e suas críticas a um modelo político e partidário que, já naquela época, encontrava-se esgotado. É importante para que sejam retomadas as discussões sobre as utopias, os sonhos e as estratégias de luta daqueles estudantes. Esse é um exercício importante de conhecer o passado para mudar o presente.

Nesse sentido, devemos entender que o movimento de 68 não se resume a tragédia do Massacre de Tlatelolco. Ele foi amplo e representou uma mobilização que se fazia presente desde julho de 1968. Uniu estudantes secundaristas e universitários, classe trabalhadora, política e intelectuais. O movimento continha uma série de demandas, seus membros atuavam politicamente e disputavam os espaços públicos. Ou seja, entender o 68 mexicano não se resume a debater a violência do massacre de Tlatelolco.

Não podemos cair no erro de sacralizar a luta ou vitimizar os protagonistas daquela época de maneira a marginalizar o caráter político de suas reivindicações, ainda que seja preciso denunciar a violência e as violações cometidas naquele momento. Nesse contexto de 50 anos de 1968, então, uma das tarefas é a de não se esquecer de quem foram os perpetradores da repressão, quem são os herdeiros dessa classe política hegemônica e como eles ainda atuam dentro do ordenamento institucional.

Fazer um debate sobre o 68 mexicano é imprescindível para que, 50 anos depois, possamos conhecer de fato quem são os representantes políticos interessados em atender as demandas pendentes sobre aquele momento, como a justiça, a promoção da memória e da verdade e a não repetição das violações.

# 1968 e o Chile: um olhar para além da fetichização do Maio francês

Joana Salém analisa as nuances latino-americanas do ano que sacudiu a segunda metade do século XX

Wagner Fernandes de Azevedo | Edição: João Vitor Santos

América Latina, com todas suas particularidades, também viveu sua primavera revolucionária durante e após os movimentos revolucionários ocorridos no ano de 1968. A questão, no entanto, é que não é possível estabelecer uma relação direta de causa e consequência entre as manifestações francesas e as ocorridas no Sul de nosso continente, especialmente no Chile. ""Claro que as mobilizações de 1968 insuflaram as esquerdas no Chile. Mas quais camadas e quais classes sociais das esquerdas? O projeto socialista era internacional, a militância marxista formava uma grande rede de rivalidades intelectuais e alianças políticas pelo mundo", aponta Joana Salém em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

"No Chile talvez um dos componentes paradoxais dessa influência tenha sido a intensificação do entusiasmo urbano e intelectual consigo mesmo. (...) O que não podemos perder de vista é que o impacto de 1968 para os estudantes da Universidade do Chile é completamente diferente do impacto dos mesmos acontecimentos para os camponeses de Ñuble, para os mapuches da Araucania ou para mineiros de Antofagasta", complementa.

Dentre os personagens importantes no contexto chileno, Eduardo Frei Montalva ocupa um espaço paradoxal dentro dos movimentos de esquerda. "Eduardo Frei Montalva foi certamente muito mais transformador do que a maioria dos governos chamados 'bolivarianos' ou 'progressistas' recentes. Ao mesmo tempo foi um dos políticos mais sistematicamente financiados pela CIA", descreve Salém. "O reformismo de Frei, financiado pelos Estados Unidos, se mostrou uma fórmula radical e arriscada demais, acabou gerando o efeito oposto do desejado. (...) O governo democrata cristão pretendia criar instrumentos tutelares e canalizar as energias de revolta popular para configurações aceitáveis ao capitalismo chileno. Mas a DC perdeu o controle", analisa.

Joana Salém Vasconcelos é graduada em História pela Universidade de São Paulo - USP, mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutoranda em História Econômica na USP. Atualmente, é pesquisadora visitante na University of California - UCI, Irvine. Especialista em América Latina, investiga a história das reformas agrárias, das esquerdas e das revoluções socialistas latino-americanas, articuladas à história do pensamento marxista, da teoria da dependência e da teoria do desenvolvimento. Entre suas publicações, destacamos História agrária da revolução cubana: dilemas do socialismo na periferia (São Paulo: Alameda, 2016) e Cuba no século XXI: dilemas da revolução (São Paulo: Elefante, 2017).

Confira a entrevista.

### IHU On-line — Como a Unidad Popular<sup>1</sup> construiu sua base de apoio para a eleição de Salva-

#### dor Allende<sup>2</sup> em 1970?

**Joana Salém** — Uma primeira lembrança sobre as eleições chilenas de 1970 é que Salvador Allende ganhou com apenas 36,6% do eleitorado e menos de 40 mil votos

fe das Forças Armadas, Augusto Pinochet. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>1</sup> **Unidad Popular**: também conhecida pela sigla UP, foi uma coalizão eleitoral de partidos políticos de esquerda no Chile que levou Salvador Allende à Presidência da República. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> Salvador Allende (1908-1973): médico e político marxista chileno. Em 1970, foi eleito presidente do Chile pela Unidade Popular, um agrupamento político formado por socialistas, comunistas e por setores católicos e liberais do Partido Radical e do Partido Social Democrata que contava com grande apoio dos trabalhadores urbanos e camponeses. Governou o país até 11 de setembro de 1973, quando foi deposto por um golpe de estado liderado pelo che-

# "No Chile talvez um dos componentes paradoxais dessa influência tenha sido a intensificação do entusiasmo urbano e intelectual consigo mesmo"

de distância do segundo colocado. o conservador Jorge Alessandri3. Ou seja, essa "base de apoio" do Allende não era maioria absoluta. Não havia 2º turno e o Congresso precisava confirmar o candidato vitorioso. Joan Garcés4, assessor de Allende na época, narra que entre outubro e novembro de 1970 algumas articulações foram feitas para impedir que o socialista se tornasse presidente, entre a direita chilena, setores militares, a empresa estadunidense International Telephone and Telegraph e a CIA. Mas, naquele momento, o bloco da direita ainda estava muito fragmentado: alguns defendiam um golpe militar, outros uma obstrução pelo Congresso, e enfim o plano fracassou.

Joan Garcés também lembra que o governo da Unidade Popular - UP foi "emoldurado" por dois assassinatos emblemáticos: do general Schneider<sup>5</sup>, em outubro de 1970, e do general Pratts<sup>6</sup>, em setembro

3 **Jorge Alessandri Rodríguez** (1896-1986): engenheiro, político e empresário chileno, filho de Arturo Alessandri Palma. Foi ministro da fazenda entre 1947 e 1950 e presidente da república entre 1958 e 1964. Disputou a eleição presidencial de 1970, mas perdeu para Salvador Allende, que se tornou o primeiro chefe de estado marxista democraticamente eleito do mundo. (Nota da **IHU On-Line**) 4 Joan Garcés, *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta, 1993. (Nota da entrevistada)

5 General René Schneider Chereau (1913-1970): foi o Co mandante-em Chefe das Forcas Armadas chilenas no período da eleição de Salvador Allende à presidência do Chile, durante o qual foi assassinado numa tentativa desastrada de sequestro, atribuída ao Projeto Fubelt. O escândalo e a revolta provocada por seu assassinato ajudaram Salvador Allende a ser confirmado pelo Congresso Nacional dois dias depois. Scheinder criou a doutrina de mútua exclusão político-militar, que se tornou conhecida como a "Doutrina Schneider". Considerado um militar constitucionalista, seu assassinato gerou um repúdio generalizado na nação chilena. Antes do golpe em 1973, o General Pinochet faria um tributo ao General Schneider que havia sido morto, disse: "[morreu] porque defendeu nossas instituições democráticas... e os princípios constitucionais e legais que todo militar jura respeitar e obedecer". Durante os anos iniciais de sua ditadura, Pinochet perdoou os assassinos de Schneider. (Nota da IHU On-Line)

6 General Carlos Prats González (1915-1974:) foi Comandante-chefe do Exército chileno, antecedendo Augusde 1974, ambos líderes do constitucionalismo dentro das Forças Armadas. Allende afinal tomou posse devido a um acordo com o terceiro candidato, Radomiro Tomic<sup>7</sup>, que representava a ala esquerda da Democracia Cristã - DC. Essa aliança com a DC tornou-se uma espécie de fantasma da Unidade Popular, objeto das maiores polêmicas da "via chilena ao socialismo".

Um segundo ponto é que a base eleitoral de Allende era muito diversa e com trajetórias heterogêneas de luta popular: trabalhadores industriais, estudantes, mineiros, intelectuais, pobladores e camponeses de diferentes partes do país. Cada um desses setores carregava consigo memórias coletivas e experiências próprias, crenças e aspirações específicas, correspondentes a um acúmulo histórico de lutas, resistências e conquistas. Isso é importante para entender que uma multiplicidade de expectativas sociais foi depositada no governo da Unidade Popular, gerando uma tensão crescente entre a criação do poder popular, a ação direta das bases de apoio e a

to Pinochet nesse cargo. Foi nomeado Comandante em Chefe das Forças Armadas pelo Presidente Eduardo Frei Montalva, logo após o assassinato de seu antecessor e amigo General René Schneider, tendo sido ratificado no cargo por Salvador Allende, de quem foi também Ministro do Interior, Ministro da Defesa e Vice-presidente da República. Constitucionalista e legalista, recusou-se a participar de qualquer golpe de estado, razão pela qual se viu obrigado a renunciar, abrindo assim o caminho para o sangrento golpe militar de Augusto Pinochet. Morreu no exilio em Buenos Aires. Foi uma das vítimas do regime ditatorial de Pinochet sendo alvo de um atentado a bomba cometido em 1974 pela Dirección de Inteligencia Nacional DINA, a polícia secreta pinochetista, em Buenos Aires, no qual morreu, juntamente com a esposa, Sofía Cuthbert. (Nota da IHU On-Line)

7 Radomiro Tomic Romero (1914-1992): foi um político chileno, candidato à presidência da República na eleição de 1970. Advogado da Pontifícia Universidade Católica do Chile. Ele começou sua atividade política nos círculos sociais cristãos da UC. Foi um dos cofundadores da National Falange (futura Democracia Cristã). (Nota da IHU On-l ine)

absorção técnico-institucional das demandas "debaixo" pelo governo. Essa tensão talvez seja um dos processos históricos mais estudados da América Latina, porque o drama da "via chilena ao socialismo" condensa problemas até hoje vividos pelas esquerdas.

Por último, naquela conjuntura, a base de apoio de Allende cresceu expressivamente devido à decepção com o governo de Eduardo Frei Montalva<sup>8</sup>. A DC havia prometido uma "revolução em liberdade", mas não foi capaz de executá-la na velocidade e sentido que seus apoiadores exigiam. Então uma parte dessa insatisfação com o reformismo de Frei se deslocou e se identificou com a retórica revolucionária da Unidade Popular.

IHU On-line — Como a esquerda chilena estava organizada em relação aos movimentos sociais latino-americanos? Houve aproximação ou distanciamento com a Organização Latino-americana de Solidariedade - OLAS<sup>9</sup>?

**Joana Salém** — "A esquerda" é uma ficção. Existem muitas esquer-

8 Eduardo Nicanor Frei Montalva (1911-1982): filho de um imigrante suíço de classe média, foi político do partido centrista chileno democrata cristão e foi presidente do Chile de 1964 até 1970, sendo o primeiro democrata cristão chefe de Estado das Américas. (Nota da IHU On-Line) 9 Organização Latino-Americana de Solidariedade - OLAS: foi uma organização criada em agosto de 1967 em Cuba, composta por diversos movimentos revolucionários e anti-imperialistas da América Latina que, em maior ou menor medida, compartilhavam as propostas estratégicas da Revolução Cubana. A proposta de criação da OLAS se realizou depois do sucesso da Primera Conferencia Tricontinental de Solidaridad Revolucionaria, na qual se reuniram mais de quinhentos delegados de organizações revolucionárias da Ásia, África e América Latina. A conferência ocorria em meio à crise dos mísseis cubana, e o objetivo era ampliar a luta contra o imperialismo norte-americano e expandir a revolução. (Nota da IHU On-Line)

das, com prioridades, programas, teorias, métodos e práticas diferentes. A cultura política das esquerdas latino-americanas é extremamente complexa e diversificada. Por isso, as esquerdas chilenas se relacionavam com os movimentos sociais latino-americanos e com a OLAS de maneiras variadas.

O território político propulsor da OLAS e da OSPAAAL era Havana. Em 1967, quando surgiram, Cuba iniciou o movimento de "ofensiva revolucionária", um dos mais radicalizados esforcos coletivos de construção do socialismo até então – ou do que se imaginava que deveria ser o socialismo. A relação das esquerdas chilenas com a revolução cubana era bastante complexa. Por um lado, a revolução cubana era a grande fonte de inspiração para todas as esquerdas do continente, um exemplo que exercia atração implacável sobre o imaginário popular. Por outro lado, a mesma revolução cubana desarmava a tese do "feudalismo" e da necessidade da "etapa burguesa", adotada pela oficialidade dos Partidos Comunistas. O debate da via chilena entrava nessa frequência: era possível construir o socialismo com recursos institucionais capitalistas? Era desejável?

#### Distinções entre Chile e Cuba

O historiador Peter Winn¹º conta que durante o bombardeio ao Palácio de La Moneda em 11 de setembro, Allende carregava a arma que tinha ganhado de presente de Fidel Castro¹¹, na qual estaria inscrito: "A

10 **Peter Winn**: é professor de história na Tufts University, especializado em América Latina. Lecionou na Universidade de Princeton durante a década de 1970, onde lecionou Sonia Sotomayor, membro da Suprema Corte dos Estados Unidos, em quatro turmas e onde foi seu orientador de tese. *Veja Antonia Felix, Sonia Sotomayor. O verdadeiro sonho americano* (Berkeley Books, Nova York 2010) em 1944. (Nota da **IHU On-Line**)

meu bom amigo Salvador Allende, de Fidel, que por meios diferentes tenta atingir os mesmos objetivos"<sup>12</sup>. O partido mais guevarista da revolução chilena, o MIR, era uma pedra no sapato dos comunistas. A relação entre comunistas chilenos e o *miristas* chegou a ultrapassar a mera rivalidade para tornar-se confronto direto.

Nesse sentido, a solidariedade internacional era ambivalente. Por exemplo, os miristas enviavam seus quadros para treinamento guerrilheiro em Cuba e quando voltavam não havia no Chile cenário social compatível com a guerrilha. Os comunistas adotavam uma retórica entusiasta da revolução cubana, mas sem nunca compactuar com sua tática e insistindo na necessidade vital da alianca com a pequena burguesia. Todos queriam propagar a revolução na América Latina, mas cada um da sua maneira, então as expressões da solidariedade eram marcadas pela presenca dessas divisões.

#### Solidariedades de esquerdas

Por último, diria que as esquerdas chilenas demonstraram sua solidariedade internacional de duas formas, igualmente importantes. Primeiro, no período dos governos da DC e da UP (1964-1973), o Chile tornou-se um território de acolhimento de exilados, um verdadeiro "receptor de perseguidos" no contexto da Guerra Fria. Quando Allende foi eleito, o Brasil e o Paraguai já estavam em ditadura militar e a Argentina vivia uma sucessão de golpes. Não por acaso, entre os perseguidos pelas ditaduras estavam quadros de alto escalão, parte da intelligentsia das esquerdas de vários países. Santiago do Chile tornou-se um dos principais destinos de exilados políticos do Cone Sul, uma verdadeira capital das esquerdas sul-americanas. Nesse sentido, a experiência de poder da Unidade Popular foi absolutamente transnacional, contando com a participação direta de brasileiros,

uruguaios, argentinos, paraguaios, bolivianos etc.

Uma segunda forma de solidariedade aconteceu depois do golpe de 1973, quando parte da esquerda chilena articulou as redes internacionais contra a tortura, contra as ditaduras, contra a violação dos direitos humanos. E outra parte, ainda esperançosa na revolução, optou por um ativismo de "ofensiva", enviando militantes para atuarem diretamente em guerrilhas na Nicarágua, no Peru, na Argentina e outras partes do continente.

"A cultura
política das
esquerdas
latinoamericanas é
extremamente
complexa e
diversificada"

IHU On-line — Qual a importância do Movimiento de los Pobladores<sup>13</sup> na história do socialismo chileno? Como o movimento se construiu?

Joana Salém — Sobre os movimentos de *pobladores*, recomendo a leitura do novo livro da historiadora brasileira Marcia Cury<sup>14</sup>. A autora dedicou um capítulo à história dos *pobladores* e sua relação com os partidos da esquerda chilena. A tese de Cury é que as experiências da luta por moradia nas periferias de Santiago, intensificadas desde a década de 1950 e culminando em 1970, criaram

<sup>11</sup> Fidel Alejandro Castro Ruz (1926-2016): foi um político e revolucionário cubano que governou a República de Cuba como primeiro-ministro de 1959 a 1976 e depois como presidente de 1976 a 2008. Politicamente, era nacionalista e marxista-leninista. Ele também serviu como primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba de 1961 até 2011. Sob sua administração, Cuba tornou-se um Estado socialista autoritário unipartidário, a indústria e os negócios foram nacionalizados, e reformas socialistas foram implementadas em toda a sociedade. Castro morreu em Havana na noite de 25 de novembro de 2016, aos 90 anos. (Nota da IHU On-Line)

<sup>12</sup> Peter Winn, A revolução chilena. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. (Nota da entrevistada)

<sup>13</sup> Movimento dos colonos, em tradução livre. É um movimento de agricultores que se articula no Chile. (Nota da IHU On-Line)

<sup>14</sup> Ver Marcía Cury, O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973). Campinas: Editoria da Unicamp, 2017. (Nota da entrevistada)

laços práticos de solidariedade popular entre os "subalternos" que foram pouco a pouco transformando a visão dos partidos de esquerda sobre a luta de classes. Cury mostra que, tradicionalmente, comunistas e socialistas adotavam um esquema político mais rígido, atribuindo à classe operária o papel de "sujeito revolucionário" por definição e secundarizando as lutas sociais que ocorressem fora da esfera produtiva, nos bairros.

Porém, a crescente auto-organização dos sem-casa e a ampla adesão às tomas por moradia nas periferias da capital acabaram por deslocar a atenção dos partidos da Unidade Popular para esse lugar "secundário". Assim, os partidos de esquerda se incorporam, participam e aprendem com a luta dos pobladores - cada um com seu repertório e programa. Segundo a historiadora, as bases sociais "transformaram" os partidos, da mesma maneira que os partidos influenciaram o processo de politização popular, ou seja, existiu um aprendizado mútuo, cheio de conflitos e contradições. A principal marca desse aprendizado era a possibilidade de uma luta social que inaugurava em si mesma um novo modo de vida e uma nova relação entre território, sociabilidade e poder popular.

Acho que com esse estudo Márcia Cury¹5 sugere um debate fundamental para as esquerdas contemporâneas, sobre a importância do cotidiano e dos espaços de reprodução da vida para a razão de ser da esquerda; sobre a militância comunitária, o aprendizado dos partidos com a luta popular auto-organizada e os vínculos de solidariedade tecidos dessa troca.

15 Márcia Carolina de Oliveira Cury: historiadora, Doutora em Ciência Política (2013) pela Universidade Estadual de Campinas, com graduação (2004) e mestrado (2007) em História pela Universidade Estadual Paulista - Franca. Foi membro do corpo de editores da Revista História Social. Atua na área de História, com ênfase em História da América, nos seguintes temas: história social, história política, movimentos sociais, classe trabalhadora, partidos políticos, pensamento político, Chile. Dedica-se também à área de Metodologia de Pesquisa, Iniciação científica, Historiografia e História Contemporânea. (Nota da IHU On-Line)

"A relação das esquerdas chilenas com a revolução cubana era bastante complexa"

### IHU On-line — Qual a importância do Massacre de Puerto Mont para a história chilena?

Joana Salém — O massacre de Puerto Montt foi uma repressão realizada pelo governo Eduardo Frei Montalva contra pobladores em 1969. Embora não fosse um ato de repressão isolado, gerou grande impacto porque 10 pessoas foram mortas, incluindo um bebê. Esse massacre foi um dos símbolos de desgaste sofrido pela retórica da "revolução em liberdade" proposta pela Democracia Cristã, que ia encontrando limites cada vez mais evidentes. O reformismo de Eduardo Frei Montalva, aliás, é um outro tema interessante para reflexão sobre os limites do reformismo na América Latina contemporânea.

Eduardo Frei Montalva foi certamente muito mais transformador do que a maioria dos governos chamados "bolivarianos" ou "progressistas" recentes. Ao mesmo tempo foi um dos políticos mais sistematicamente financiados pela CIA até aquele período, como está registrado nos documentos desclassificados da própria agência. Naquele contexto, Kennedy<sup>16</sup> tinha alterado a política

16 John Kennedy [John Fitzgerald Kennedy ] (1917-1963): foi um político estadunidense que serviu como 35° presidente dos Estados Unidos (1961–1963) e é considerado uma das grandes personalidades do século XX. Ele era conhecido como John F. Kennedy ou Jack Kennedy por seus amigos e popularmente como JFK. Eleito em 1960, Kennedy tornou-se o segundo mais jovem presidente do seu país, depois de Theodore Roosevelt. Ele foi presidente de 1961 até o seu assassinato em 1963. Durante o seu governo houve a Invasão da Baía dos Porcos, a Crise dos mísseis de Cuba, a construção do Muro de Berlim, o início da Corrida espacial, a consolidação do Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos e os primeiros eventos da Guerra do Vietnã. O presidente Kennedy morreu assas-

dos Estados Unidos para América Latina, propondo uma agenda de reformas estruturais de tipo Cepalino, através da plataforma da Aliança para o Progresso. O objetivo era evitar a revolução. Mas o reformismo de Frei, financiado pelos Estados Unidos, se mostrou uma fórmula radical e arriscada demais, acabou gerando o efeito oposto do desejado.

A sociedade chilena possuía uma classe trabalhadora cada vez mais organizada. O próprio governo Frei foi um forte propulsor da organização popular, por exemplo, com a lei de sindicalização camponesa de abril de 1967, que enfim permitiu que os trabalhadores rurais se associassem legalmente. O governo democrata cristão pretendia criar instrumentos tutelares e canalizar as energias de revolta popular para configurações aceitáveis ao capitalismo chileno. Mas a DC perdeu o controle. A sociedade atravessava um processo de empoderamento popular e auto-organização sem precedentes e os mecanismos de tutela não resistiram. Assim, o governo reformista tutelador vestiu sua armadura de governo repressor, para tentar recuperar o controle. O ônus dessa repressão, como comentei, foi pago nas eleições seguintes, quando o projeto mais radical da UP se sintonizou com os anseios populares.

# IHU On-line — Qual foi a importância da Reforma Agrária na disputa política chilena?

Joana Salém — Esse é o tema da minha tese de doutorado que estou desenvolvendo na USP. A reforma agrária teve uma importância transcendental para a história chilena nesse período. Até 1958, os camponeses eram reféns de um sistema eleitoral que favorecia o cohecho: os patrões e seus partidos imprimiam as cédulas de votação e assim podiam controlar os votos e arrebanhar seus inquilinos e empregados. Desde

sinado em 22 de novembro de 1963 em Dallas, Texas. O ex-fuzileiro naval Lee Harvey Oswald foi preso e acusado do assassinato, mas foi morto dois dias depois, por Jack Ruby e por isso não foi julgado. (Nota da **IHU On-Lin**e)

1958, a cédula passou a ser impressa pelo Estado e os partidos Conservador e Liberal perderam o controle do voto camponês. Por isso, em 1964, a Democracia Cristã foi eleita expressivamente pelo voto camponês, com a promessa da reforma agrária. Só que a promessa da reforma agrária da DC tinha dois destinatários: os Estados Unidos e os camponeses. Como conciliar essas expectativas? Impossível. Os diferentes modelos de reforma agrária produzidos na América Latina nesse período foram se mostrando cada vez mais opostos e inconciliáveis.

Com a lei de reforma agrária de 1967, o governo Frei tentou agradar a todos, gerando uma amplitude legal enorme para a aplicação de uma reforma agrária bastante profunda. Um dos autores da lei, Jacques Chonchol<sup>17</sup>, rompeu com a DC em 1969 e fundou o Movimiento de Acción Popular Unitário - Mapu, que integrou a UP com alto poder de direção. Depois, Chonchol foi Ministro da Agricultura de Salvador Allende e passou a ser o executor, num governo socialista, da lei que havia ajudado a formular durante sua atuação em um governo capitalista18.

#### A reforma agrária de Eduardo Frei

O principal motor da lei de reforma agrária de Eduardo Frei era a expropriação de todas as propriedades maiores que 80 hectares de riego básico - HRB, uma unidade que media fertilidade da terra e não correspondia à superfície física. Começa aí a confusão, porque quem conseguia convencer os camponeses que uma propriedade com 300 hectares físicos não era expropriável pela lei, porque tinha 70 HRB? Centenas de tomas ocorreram nessas circunstâncias. Os técnicos

mostravam as tabelas de conversão de hectares físicos em HRB e muitos camponeses se recusavam a aceitar, era uma linguagem técnica alienígena, que nada tinha a ver com o universo cultural deles.

O governo Allende, quando eleito, não mexeu na lei, mas foi aplicá-la até suas últimas consequências, inclusive expropriando sem direito à reserva patronal às propriedades "mal exploradas". Outro problema é que a lei não dizia com exatidão o que era uma propriedade "mal explorada" e esse conceito dependia de técnicos do Estado locais, que eram filiados a partidos políticos. Mais um flanco de conflitos sem fim. No fim das contas. a DC expropriou 3,5 milhões de hectares em cinco anos e a UP expropriou 5,3 milhões em três anos. Somadas, 43% das terras agrícolas chilenas foram expropriadas em um processo revolucionário pacífico e sem paralelo na história mundial.

Como novidade, a UP introduziu dois decretos: um que criava uma nova forma de propriedade (os Centros de Reforma Agrária) para substituir os assentamentos. E outro que criava os Conselhos Camponeses, para integrar territorialmente diferentes organizações de trabalhadores rurais e representá -las perante o governo. Os dilemas da "via chilena ao socialismo" se expressaram de maneira aguda no campo: a pequena burguesia agrária era uma aliada ou uma inimiga? As tomas ilegais de terras, organizadas pelos camponeses com a esquerda revolucionária, construtivas ou destrutivas para a estratégia socialista?

#### Foco de estudos

Minha pesquisa de doutorado tem como foco os programas educacionais de capacitação técnica, formação política e alfabetização camponesa no contexto da reforma agrária e as decisões sobre as formas de propriedade individuais ou coletivas. Quero associar a história econômica à história cultural no contexto da transição socialista. Estou investigando a participação de Paulo Freire<sup>19</sup> na coordenação dos programas de alfabetização do governo Frei, as aplicações do seu método no campo, as divergências com os métodos de assistência técnica e extensão rural e, em suma, como as contradições políticas e sociais da "via chilena ao socialismo" se expressaram em termos de *batalhas pedagógicas e epistemológicas* no campo.

"Santiago do
Chile tornouse um dos
principais
destinos
de exilados
políticos do
Cone Sul, uma
verdadeira
capital das
esquerdas sulamericanas"

IHU On-line — As mobilizações sociais de 1968 ao redor do mundo influenciaram positivamente ou negativamente a ascensão do governo Allende? Como?

**Joana Salém** — No fim dos anos 1980, o historiador Gabriel Salazar<sup>20</sup>

20 **Gabriel Salazar Vérgara** (1936): historiador chileno. Ele é conhecido no Chile por seu estudo da história social e interpretações de movimentos sociais, particular-

<sup>17</sup> Jacques Chonchol Chait: agrônomo e político chileno que desempenhou um papel importante na reforma agrária realizada sob o governo de Eduardo Frei Montalva e que mais tarde se tornou ministro da Agricultura de Salvador Allende. (Nota da IHU On-Line)

<sup>18</sup> Em 2011, fiz uma entrevista com Jacques Chonchol sobre a revolução agrária cubana, que foi publicada com título "Jacques Chonchol em Cuba: reforma agrária e revolução em 1961". Ver *Revista Mouro n*º 7, São Paulo, 2012. Disponível em: http://bit.ly/2jsb09L. (Nota da entrevistada)

<sup>19</sup> Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). É autor de *A Pedagogia do Oprimido*, entre outras obras. A edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-6-2007, teve como título *Paulo Freire*: pedagogo da esperança e está disponível em http://bit.ly/ihuon223. (Nota da IHU On-Line)

escreveu um trabalho chamado De la generación chilena de '68: omnipotencia, anomia, movimento social?. Nesse artigo, ele queria desvendar qual seria o papel da geração de 1968 no processo de democratização que se abria nos anos 1990, a partir de uma análise das memórias e da autopercepção daquela geração sobre si mesma. Salazar estava participando de um debate entre seus pares, já que ele mesmo é praticamente da mesma geração e se propôs a criticar alguns colegas e defender abertamente uma posição política radical sobre os rumos do país.

Nesse texto, o historiador critica o que ele chamou de uma "pesada autoimagem" da geração de 1968, isto é, uma espécie de enamoramento narcísico que explicaria a intensidade do "voluntarismo histórico" com que a juventude de esquerda se lançou a uma tarefa autoatribuída: ser vanguarda revolucionária e "lutar até as últimas consequências". Salazar enfatizou que a ideia da "infalibilidade dos líderes", o sentimento de onipotência e a sobrevalorização das próprias capacidades foram componentes tóxicos dessa cultura política geracional. Sua crítica ao vanguardismo em termos políticos tinha a mesma embocadura da sua crítica metanarrativas estruturalistas em termos historiográficos. Ele propôs a recuperação do que chama de "historicidade popular", pois "a vanguarda marcava ritmos que, por sua velocidade, só podiam ser seguidos cegamente pelas bases, submetendo o povo a solavancos" (p. 100).

Claro que as mobilizações de 1968 insuflaram as esquerdas no Chile. Mas quais camadas e quais classes sociais das esquerdas? O projeto socialista era internacional, a militância marxista formava uma grande rede de rivalidades intelectuais e alianças políticas pelo mundo. Mas pensando no argumento do Salazar, no Chile talvez um dos componentes paradoxais dessa influência tenha sido a intensificação do entusiasmo urbano e intelec-

tual consigo mesmo. A ampliação de uma "autoimagem pesada" das vanguardas, a expansão de um sentimento paradoxal de responsabilidade, que misturava no mesmo projeto uma solidariedade profunda com os destinos do "povo" e uma espécie de "narcisismo geracional". Seria um tema interessante de pesquisa investigar como as vanguardas partidárias tratavam os acontecimentos de 1968 nas suas liturgias e formações para as "bases". Não saberia responder. O que não podemos perder de vista é que o impacto de 1968 para os estudantes da Universidade do Chile é completamente diferente do impacto dos mesmos acontecimentos para os camponeses de Ñuble, para os mapuches da Araucania ou para

"O governo
reformista
tutelador vestiu
sua armadura
de governo
repressor, para
tentar recuperar
o controle"

mineiros de Antofagasta.

IHU On-line — Como estavam organizados esses movimentos sociais no golpe militar de 1973? Como se deu a resistência?

**Joana Salém** — No famoso filme de Patrício Guzmán<sup>21</sup>, *A Batalha do Chile: a luta de um povo sem armas*, são mostradas algumas cenas de militares entrando em casas de

21 Patricio Guzmán Lozanes (1941): diretor de cinema chileno, especializado em documentários. Dirigiu o filme Salvador Allende, sobre o ex-presidente chileno Salvador Allende, e Nostalgia da Luz, uma de suas obras mais premiadas, em que mostra o deserto do Atacama como o centro de dois tipos de pesquisa bem distintos: por um lado, é a sede de importantes estudos astronômicos, e por outro é local em que parentes de desaparecidos políticos do regime militar do Chile realizam buscas por restos mortais de seus familiares. (Nota da IHU On-Line)

bairros pobres, em sindicatos e fábricas para recolher supostas armas armazenadas pela população em 1973. Era a aplicação da Lei de Controle de Armas, aprovada pelo próprio governo Allende, depois da incorporação de militares no gabinete, em outubro de 1972. A verdade é que nem o MIR nem os setores radicais do Partido Socialista, que defendiam resistência armada, estavam preparados.

Existiam alguns armamentos escondidos de agrupamentos pequenos, mas eram basicamente para autodefesa local, uso pessoal, nada compatível com a artilharia pesada de um exército. Por um lado, a ideia de uma "etapa armada" era retórica e pouco efetiva. Ou seja, se os setores revolucionários tinham razão em termos discursivos, porque foi impossível conciliar a transição socialista com a institucionalidade burguesa, eles não desenvolveram a capacidade político-técnica de fazer valer suas próprias proposições. O que restava era a confiança na indisciplina dos soldados, que poderiam criar um motim contra a ordem golpista.

Mas no fim, o respeito às hierarquias militares, que era um argumento de Salvador Allende em defesa da capacidade institucional do Estado de contornar a crise dentro da Constituição, serviu exatamente para consolidar o golpe. Os soldados indisciplinados foram rapidamente executados, não houve resistência armada significativa da população. Salazar, dentro de sua posição crítica ao vanguardismo, escreve que o golpe gerou um "caos disciplinar" nas esquerdas, pois as bases dos partidos esperavam receber ordens que chegaram defasadas e uma cultura partidária legalista colapsou diante da ausência da lei. Os movimentos populares, na sua dimensão de disputa aberta e sindical, foram solapados, mas na sua dimensão de resistência silenciosa, cotidiana e constante, estiveram ativos ao longo de toda a ditadura.

IHU On-line — Como compreender a alternância de poder nas últimas quatro eleições entre Michelle Bachelet<sup>22</sup> e Sebastian Piñera<sup>23</sup> na presidência do Chile?

"A reforma
agrária
teve uma
importância
transcendental
para a história
chilena"

Joana Salém — A alternância entre Bachelet e Piñera pode ser entendida a partir do sistema que os chilenos chamam de duopólio, resultado da Constituição de 1980 e das regras eleitorais criadas pelo próprio regime Pinochet<sup>24</sup>. Essas re-

gras favorecem a criação de dois blocos moderados, que têm tonalidades de esquerda ou direita, mas efetivamente não pretendem mudar muito as regras do jogo que os estabiliza no poder.

Durante o primeiro governo de Bachelet, a Concertación alcançou a maioria necessária para mudar algumas regras da Constituição e optou por não fazê-lo. Enfim, são as duas faces do mesmo sistema. Embora tenham diferenças, nenhum deles se propõe a alterar a Constituição de 1980 de maneira profunda, como indica o aparente abandono da iniciativa de reforma constitucional do governo Bachelet em 2016-2017.

IHU On-line — É reconhecida a força do movimento estudantil chileno, a ponto de inspirar os movimentos de ocupação de escolas e universidades no Brasil. Apesar desse contexto, você afirma que a democracia chilena vive sob o espectro de Pinochet. Como essas contradições se formaram? Qual a possibilidade de síntese desse conflito?

Joana Salém — As contradições na educação chilena são fruto de uma política educacional de Pinochet, aperfeiçoada pelos governos democráticos, em que o Estado é subsidiário, a responsabilidade de educar é constitucionalmente entregue à iniciativa pri-

de seu país, cargo que foi criado exclusivamente para ele, por ter sido um ex-governante. Governou o Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar a junta militar que derrubou o governo de Salvador Allende. (Nota da **IHU On-Line**) vada e os setores empresariais e públicos de ensino têm fronteiras pouco definidas. Recentemente chamou a atenção a notícia sobre a gratuidade das universidades públicas, aprovada nos últimos dias do governo Bachelet. Mas pouco se falou que essa gratuidade não é universal e está condicionada ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, além de não romper com a lógica do Estado subsidiário. Claro que pode ser considerado um "avanço" no direito de estudar dos mais pobres, mas dentro da mesma ordem constitucional da ditadura e com limites eviden-

O problema educacional chileno é tão importante no conjunto de disputas sociais que os estudantes da geração de 2011 têm sido protagonistas da ruptura das novas esquerdas com a Concertación, através dessa ferramenta heterogênea chamada Frente Ampla, que conquistou 20 deputados nas últimas eleições. As tensões de classe dentro da nova esquerda continuam e é preciso refletir sobre elas.

Como romper com a ordem pinochetista? Com quais estratégias e movimentos? Alguns setores da Frente Ampla consideram problemático que a articulação de um discurso estudantil mais elitista ganhe projeção sobre as lutas dos sem-teto, dos mapuches, dos trabalhadores e camponeses. O debate sobre as tensões das classes sociais dentro das esquerdas não pode ser ignorado e tem desdobramentos políticos decisivos.

22 Michelle Bachelet [Verónica Michelle Bachelet Jeria] (1951): médica e política chilena. É a atual presidente da República do Chile, eleita em 2006. Desde 2008, é também presidente da União de Nações Sul-Americanas. Membro do Partido Socialista do Chile, ela ocupou o lugar de ministra da Saúde no governo de Ricardo Lagos, entre 2000 e 2002, e mais tarde, o de ministra da Defesa, sendo a primeira mulher a exercer este cargo na América Latina. (Nota da IHU On-Line)

23 **Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique** (1949): é um economista, empresário e político chileno. Foi membro do partido de centro-direita Renovación Nacional pelo qual foi eletto presidente do Chile Assumiu, cargo em 11.

bro do partido de centro-direita Renovación Nacional pelo qual foi eleito presidente do Chile. Assumiu o cargo em 11 de março de 2010, sucedendo Michelle Bachelet, ao qual abandonou em 11 de março de 2014. É novamente o atual presidente do Chile, desde 11 de março de 2018. (Nota

da IHU On-Line)

24 Augusto Pinochet (1915-2006): general do exército chileno, governante do Chile após chegar ao poder em 11 de setembro de 1973, pelo Decreto Lei Nº 806 editado pela junta militar (Conselho do Chile), que foi estabelecida para governar o Chile após a deposição e suicídio de Salvador Allende. e posteriormente tornado senador vitalício





2º Ciclo de Estudos **Revolução 4.0** Impactos aos modos de produzir e viver

# 14 de maio de 2018 (segunda-feira)



MS Rafael Augusto Ferreira Zanatta Idec – SP

19h30min às 22h – A biopolitização das plataformas: capitalismo de vigilância e resistências

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Para alunos da graduação da Unisinos, o IHU disponibiliza 10 vagas gratuitas para esta atividade pela plataforma Unisinos LAB. Acesse unisinos.br/lab e inscreva-se.

ihu.unisinos.br

66

# Uma revolução não se reconhece pela tomada do poder, mas por sua potência de sonho

onvidada a discutir os 50 anos de Maio de 68, a professora Olgária Matos desenvolveu três pontos para abordar o tema. Para ela, o movimento se condensou na palavra de ordem "é proibido proibir". No início, era uma crítica às regras e convenções rígidas, como a separação entre rapazes e moças nas residências estudantis. Logo "tomou a conotação de luta antiautoritária". No entendimento da professora, "a palavra de ordem pôde se universalizar porque, em 1968, havia muitas ditaduras". Por fim, ela afirma que "Maio de 68 foi uma esplendorosa liberação da palavra poética e criadora", mostrando que "uma revolução não se reconhece pela tomada do poder, mas por sua potência de sonho".

**Olgária Matos** é livre-docente e doutora e graduada em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP e mestre em Filosofia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Realizou estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França. É professora aposentada do Departamento de Filosofia da USP. Autora do livro *Paris*, 1968: As barricadas do desejo (São Paulo: Editora Brasiliense, 1981).

Confira o texto.

1.Comemorar uma data não significa apenas rememorar um acontecimento, mas fazê-lo renascer em cada aniversário. O maio francês se condensou na palavra de ordem "é proibido proibir", palavra de ordem de crítica ao mundo de regras e convenções rígidas que, no início do movimento, se referia à separação entre rapazes e moças nas residências estudantis, e foi então uma maneira de conquistar o "direito de visita"! Em seguida, tomou a conotação de luta antiautoritária, exprimindo o desejo de pensar por si mesmo, à distância dos conformismos dos partidos organizados e sua lógica de tomada do poder. "É proibido proibir" se coloca libertário e emancipatório com respeito a tudo que cerceia o pensamento autônomo, o livre-pensar. Diz respeito à liberação da palavra, ao "franco dizer" que conquistou as paredes da cidade, com suas inscrições eróticas e inteligentes em seus détournements. A máxima evangélica do "amai-vos uns aos outros" passou a ser "amai-vos uns sobre os outros", ou então "não tome o poder, tome a palavra". Assim, não se tratou de ocupar os lugares de poder instituídos, como a Assembleia Nacional, mas de ocupar o teatro do Odéon: "Quando a Assembleia Nacional se torna um teatro burguês, todos os teatros burgueses tornam-se Assembleias Nacionais", ou "As Mil e uma Noites estão nas ruas da cidade". Ou "libertar os livros das bibliotecas", e ainda "não mude de emprego, mude o emprego de sua vida".

2. A palavra de ordem pôde se universalizar porque, em 1968, havia muitas ditaduras, como as da América Latina e da Europa, como na Grécia, em Portugal e na Espanha, e também as dos países do Leste europeu, sob o domínio da ditadura da então URSS. Ano por excelência antiautoritário, universalizou a crítica aos valores impostos do consumo, da técnica, dos lazeres alienados,

da indústria cultural, da civilização do automóvel, da vida burocratizada e administrada. Essa palavra de ordem mantém-se viva em todos aqueles que têm desejo de liberdade, de autarquia e de autodeterminação de pensamentos e investigação estética, moral, política e existencial. Mas dificilmente se poderia dizer que ela se encontra de alguma forma na "liberação da palavra" tal como se reconhece nas mídias sociais, pois se trata agora de uma espécie de "tirania da visibilidade" em que tudo deve ser falado, mostrado, exibido, como o desaparecimento do pudor e da timidez. Além disso, o Eros político das palavras de ordem e dos comportamentos expressava uma phylia social, o dar as mãos, o correr juntos, a troca de olhares, uma felicidade coletiva de indivíduos reunidos com valores e desejos comuns compartilhados como princípio de vida e de prazer, que encontravam novas razões para estar juntos. Contra as mídias, o maio francês inscreveu nos muros da cidade "desintoxicai-vos: não liguem mais a televisão", "não leiam mais os jornais" etc. As redes sociais, ao contrário, propiciam uma "comunicação" instantânea que estreita o espaço e o tempo, com uma comunicação a distância, mas incapaz de criar laços da confiança, da amizade, da lealdade. Nelas não há diálogo e comunicação, mas, na maioria das vezes, fortalecimento de preconceitos e tomada de partido, tudo contra o que o maio lutou, contra os dogmatismos e contra o empobrecimento da linguagem e do mundo.

3. Maio de 68 foi uma esplendorosa liberação da palavra poética e criadora, o momento la boetiano da política francesa, em que não se tratava de tomar o poder, pois as lutas pela vitória histórica apenas repetem o passado e permanecem no plano do vencedor e do vencido. Mostrou que uma revolução não se reconhece pela tomada do poder, mas por sua potência de sonho. Invertendo a proposição dos surrealistas, dos quais de alguma forma foram herdeiros, não se tratava de colocar a poesia a serviço da revolução, mas a revolução a serviço da poesia. Em 68, a poesia foi irmã do sonho. No cotidiano, se reuniram poesia e revolução nas ruas da cidade, em seus cartazes, palavras de ordem e no mês em que 10 milhões de operários estavam em greve com a palavra de ordem "não mude de emprego, mude o emprego de sua vida". ■



# A produção de violência e morte em larga escala: da biopolítica à tanatopolítica

Castor Bartolomé Ruiz analisa o fenômeno da construção social do medo e da violência como formas de governo da vida

Ricardo Machado

impressão de que a violência é inerente à condição humana é comum, apesar de rasa, para descrever barbáries de toda a sorte. Contudo, para além dos tensionamentos que essa noção exige, o professor e pesquisador Castor Bartolomé Ruiz traça uma distinção importante entre a violência e a agressividade, atribuindo a esta última sua permeabilidade intrínseca aos humanos. "No caso do ser humano, existe o instinto da agressividade, assim como outros instintos biológicos, porém o ser humano é o único ser vivo que não está determinado a agir pela mera pulsão biológica do instinto", pondera Castor, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. "O que define a violência é a decisão tomada pelo sujeito de direcionar a agressividade num sentido específico, negar ou violentar o Outro. A violência, diferente da agressividade, está vinculada a dois aspectos: a capacidade de decidir o sentido da ação e a negação ou violação do Outro ser humano", complementa.

Fora a banalização da violência, que reconhece o fenômeno inclusive quando os objetos da agressividade são objetos e não pessoa, há todo um aparato econômico, financeiro e político da violência, que passa a ser percebida como algo possível de rendimentos e lucros. "Toda violência gera medo. Uma sociedade amedrontada é mais dócil às políticas de exceção; a docilidade política do medo ocorre em todos os sentidos, pensemos nos medos econômicos que constante-

mente nos bombardeiam para justificar determinadas políticas de ajustes fiscais ou de recortes de direitos fundamentais", destaca. "Uma sociedade assustada sempre é partidária do uso de um poder forte, inclusive autoritário. Vejamos como isso se comprova no caso da grande aprovação popular da intervenção militar no Rio de Janeiro, sem contar os constantes cantos de sereia para a volta dos militares ao governo a fim de resolver tanta violência, corrupção, desmandos, como se eles não fossem parte desse mesmo processo", analisa.

Castor Bartolomé Ruiz é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. É graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: La mímesis humana. La condición paradójica de la acción imitativa (Frankkfurt: OmniScriptum Management, 2016); Os paradoxos do imaginário (São Leopoldo: Unisinos, 2003); Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação (Porto Alegre: Escritos, 2004); e As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético (Petrópolis: Vozes, 2006).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que ordem é o fenômeno humano da violência? **Castor Bartolomé Ruiz** – A violência é um fenômeno humano de múltiplas faces e também polimorfo. As faces e formas da violência multiplicam-se ao longo dos tempos e também se diversificam em cada so"No caso do ser humano, existe o instinto da agressividade, porém o ser humano é o único ser vivo que não está determinado a agir pela mera pulsão biológica do instinto"

ciedade. É muito difícil delimitar a violência a uma definição ou modelo preestabelecido, que nos permitiria estudá-la qual fosse uma espécie de fenomenologia naturalista.

A violência, assim como a bondade, pertence aos arcanos da alma humana. Digo isso não como uma afirmação retórica, mas como tese filosófica. Um dos primeiros debates a serem feitos sobre a violência diz respeito a sua pretensa naturalidade. Eu diria que faz parte do senso comum afirmar que a violência é algo natural, intrínseco ao ser humano. Se isso não bastasse, há também diversos estudiosos, de matriz naturalista, que corroboram esta perspectiva afirmando que a violência é um fenômeno natural porque todos os animais são violentos e ainda mostram que a violência é um recurso essencial para a sobrevivência de todos os seres vivos. As visões naturalistas identificam a violência em todas as formas de vida, especialmente nos animais superiores.

A consequência moral e até política que se extrai da naturalização da violência é que o ser humano está inevitavelmente acorrentado, qual mito de Sísifo, à violência. O único que ele poderia fazer é estabelecer paliativos ou inibidores culturais desse, assim chamado, instinto natural. A cultura, nesta visão, seria uma espécie de luta permanente, e infrutuosa, por estabelecer limites legais ou culturais aos instintos naturais da violência. Inclusive, politicamente apela-se, recorrentemente, ao poder forte dos novos Leviatãs como único meio de colocar freio a este instinto natural que tanto nos apavora.

A minha posição é diferente. Inicialmente proponho fazer uma distinção conceitual, que considero muito importante, entre agressividade e violência. A agressividade, sim, é um instinto natural inerente a todas as espécies vivas e que contém funções importantes, inclusive, para a sobrevivência dos indivíduos e da espécie.

Mas qual seria, então, a diferença entre agressividade e violência? A agressividade é dirigida pelos instintos genéticos da espécie. Por isso, as agressividades naturais são programadas dentro de cada espécie e. por isso mesmo, são até previsíveis. A agressividade é um instinto comportamental bem delimitado dentro de cada espécie animal. Um animal é agressivo em função daqueles instintos que seu código genético tem programados e não é agressivo em outras formas. No caso do ser humano, existe o instinto da agressividade, assim como outros instintos biológicos, porém o ser humano é o único ser vivo que não está determinado a agir pela mera pulsão biológica do instinto. No ser humano ocorre algo singular, há uma certa separação entre a pulsão do instinto e o comportamento. A ação humana é o resultado da capacidade de dobra do sujeito sobre seu próprio instinto a fim de poder definir qual é o sentido que ele quer dar a esse instinto. Ou seja, o instinto, neste caso o da agressividade, passa no ser humano pela sua capacidade hermenêutica do sentido. Por isso, o ser humano é o único ser vivo que pode direcionar seus instintos, no caso a agressividade, para vários sentidos diferentes.

Por exemplo, alguém pode sentir raiva por um motivo justo, essa raiva desencadeia nele uma agressividade impulsiva – esta é natural –, porém o que ele vai fazer com essa raiva, de que modo ele vai dirigir a raiva, qual o sentido da ação que ele vai executar com a raiva, é um momento posterior ao instinto. Então, ele tem a possibilidade de executar uma ação diferenciada a partir dos instintos próprios de nossa espécie.

No contexto desta perspectiva filosófica, temos que denominar de violência a decisão, mais ou menos deliberada, de negar o Outro através de um ato violento, que não é mais mera agressividade animal. O que define a violência é a decisão tomada pelo sujeito de direcionar a agressividade num sentido específico, negar ou violentar o Outro. A violência, diferente da agressividade, está vincula a dois aspectos: a capacidade de decidir o sentido da ação e a negação ou violação do Outro ser humano.

A partir desta compreensão, entenderemos que a violência é um fenômeno estritamente humano, pois só o ser humano tem o poder de direcionar sua ação em um ou em outro sentido. Os animais são agressivos por natureza, o ser humano é violento por opção¹.

### IHU On-Line – É possível, então, pensar de forma diferente a violência?

**Castor Bartolomé Ruiz** – Se compreendermos que a violência

<sup>1</sup> Para quem estiver interessado em aprofundar este tema, remetemos a um artigo de nossa autoria, publicado na Revista Kriterion: "A potência da ação: uma crítica ao naturalismo da violência". http://bit.ly/2jEGqJL. (Nota do entrevistado)

é um fenômeno stricto sensu humano, há que pensar algumas das consequências desta visão. Uma primeira matização importante é que a responsabilidade do sujeito pelo ato violento é proporcional a sua capacidade de decisão em relação aos impulsos naturais ou até as influências sociais. Este é um princípio que o direito já aceitou há muito tempo, mas que socialmente deve ser constantemente ressignificado.

Uma outra consequência, que eu considero muito importante, é que ao compreender que a violência não é um fenômeno meramente natural, mas um sentido (cultural) dado para os instintos agressivos, o ser humano consegue romper as correntes inexoráveis que nos condenavam a ser violentos. A violência passa a ser um fenômeno correlativo às formas culturais que incentivam ou não determinados atos como naturais ou normais. Nesta perspectiva, a responsabilidade principal, ainda que não única, da violência é dos sujeitos e das culturas. Nesta visão, a violência tem um importante influxo dos instintos biológicos, mas estes não se impõem aos sujeitos de forma absoluta, sendo os valores culturais e a responsabilidade subjetiva os principais fatores que delimitam as facetas da violência.

Olhando nesta perspectiva, poderemos desmanchar alguns mitos como aquele que diz que a pobreza gera violência. Se olharmos o exemplo da Índia encontraremos altíssimos índices de pobreza e desigualdade, inclusive superiores aos do Brasil, porém os indicadores de violência são muito inferiores. Por que ocorre isso? Talvez tenhamos que olhar para o marco cultural dos valores vividos na cotidianidade hindu – como todos sabem na Índia predomina uma cultura budista, que é extremamente pacifista. Isso não quer dizer que ali não tenha violência, inclusive terríveis surtos de violência religiosa entre hinduístas e muçulmanos. Mas, no contexto geral, há muito menos violência, por exemplo, que no Brasil.

Uma outra conclusão, acho que secundária, desta visão hermenêutica da violência é que só poderíamos chamar de violência stricto sensu a negação ou violação de um outro ser humano. Quando se destroem coisas, por exemplo, estaríamos em uma outra qualificação da agressividade, mas não estritamente na violência, se quisermos preservar esta denominação como ato singular de violentar o outro. Caso contrário, podemos cair numa espécie de banalização conceitual do que entendemos por violência.

# IHU On-Line – Qual a relação que existe entre biopolítica e violência?

Castor Bartolomé Ruiz - A biopolítica pode ser compreendida como o conjunto de estratégias, políticas, para governar a conduta dos outros, que em filosofia denominamos com o neologismo de governamentalização. As estratégias biopolíticas, quase sempre, estão pautadas pelo sentido da utilidade, eficiência ou produtividade. A biopolítica reduz a política à gestão da vida humana. O sentido etimológico do termo biopolítica, política da vida, se traduz numa política sobre a vida. Esta mudanca proposicional contém uma inversão estratégica com um sentido paradoxal, pois nas estratégias biopolíticas governa-se, geralmente, a vida humana desde a perspectiva da utilidade. Por isso a vida que é útil será governada para que produza mais, enquanto as vidas consideradas não produtivas, inúteis, serão condenadas ao abandono.

Na perspectiva biopolítica colocase a questão de como governar a violência como fenômeno social. A governamentalização biopolítica reduz os fenômenos, neste caso a violência, a estatística. A partir das estatísticas se estabelecem, por exemplo, linhas e curvas dos fenômenos, sendo possível concluir com padrões denominados de normalidade. No caso da violência, o objetivo das estratégias biopolíticas é gerenciar o fenômeno dentro dos padrões de normalidade de cada país.

A gestão biopolítica da violência normaliza a violência, socialmente, a partir das estatísticas. O paradoxo desta gestão é que passam a ser considerados normais, para uma determinada sociedade, os padrões de violência que se repetem numa sequência média ou longa de tempo. No caso do Brasil, por exemplo, temos uma sequência, na última década, de mais de 50 mil assassinatos. Nesta lógica, enquanto o Brasil se mantiver nessa margem, pode-se considerar que a violência social está no padrão de normalidade. Vejamos que estes números são até superiores às mortes das últimas guerras, como a de Síria, Iraque, Kuwait, e similares às estatísticas das mortes do Vietnã.

O trágico desta racionalidade biopolítica da violência é que os gestores políticos se propõem que não aumente a taxa normal da violência. É considerada uma boa gestão conseguir manter a violência dentro dos padrões normais e considera-se um lucro de resultados se conseguir se diminuir minimamente as estatísticas violentas.

Ainda existe um outro viés na gestão biopolítica da violência, que diz respeito aos possíveis lucros políticos da violência. Toda violência gera medo. Uma sociedade amedrontada é mais dócil às políticas de exceção; a docilidade política do medo ocorre em todos os sentidos, pensemos nos medos econômicos que constantemente nos bombardeiam para justificar determinadas políticas de ajustes fiscais ou de recortes de direitos fundamentais. Ainda, uma sociedade assustada sempre é partidária do uso de um poder forte, inclusive autoritário. Vejamos como isso se comprova no caso da grande aprovação popular da intervenção militar no Rio de Janeiro, sem contar os constantes cantos de sereia para a volta dos militares ao governo a fim de resolver tanta violência, corrupção, desmandos, como se eles não fossem parte desse mesmo processo.

IHU On-Line – O que significa a ideia de "tanatopolítica"? O

#### que isso quer dizer?

Castor Bartolomé Ruiz - Por definição, tanatopolítica significa "política da morte". À diferença da biopolítica, a tanatopolítica gerencia de forma instrumental (e útil) a morte de pessoas e até grupos sociais considerados indesejáveis ou prejudiciais para uma sociedade ou grupo social. A tanatopolítica mostrou sua face mais perversa nos regimes totalitários como o nazismo, o fascismo ou stalinismo, assim como em regimes ditatoriais e autoritários como as ditaduras militares da América Latina. Nestes regimes, a tanatopolítica era uma política de Estado cujo objetivo era eliminar fisicamente os opositores, pelos meios mais cruéis e diversos.

Porém, e infelizmente, a tanatopolítica não se restringe a este tipo de regimes, pois a política de definir a morte de alguns, considerados perigosos ou ameaçadores, para que a vida de outros tenha tranquilidade e seja bem-sucedida faz parte, por exemplo, da nova política internacional, e de muitas políticas de segurança pública.

Chamo atenção para o fato de que na nova política internacional, a despeito de vivermos em constantes conflitos bélicos, não houve uma declaração formal de guerra de um país contra outro. Por exemplo, a guerra contra a Líbia - regime de Gaddafi<sup>2</sup> -, a invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos, a invasão do Kuwait e do Iraque por uma coalizão de países ocidentais, e agora a guerra na Síria, nenhuma dessas guerras teve uma declaração formal de guerra entre Estados. Isso porque as novas guerras obedecem a um outro padrão do uso internacional da violência. Estas guerras não são mais encaradas como guerras entre Estados que acabam com um tratado e um armistício, mas o uso da violência bélica é concebido como um instrumento de governamentalização necessário para manutenção da chamada

"ordem mundial". Nessa nova geoestratégia da preservação da ordem mundial – que sempre representa o benefício de alguns em detrimento de muitos – a morte de milhares de pessoas, até inocentes, é classificada como efeito colateral inevitável. Os milhares de mortes são programados como efeitos colaterais de uma estratégia de governo mundial em que a segurança, a prosperidade e o progresso dos países ocidentais exige o preço, necessário, da morte de outros considerados descartáveis ou perigosos. Nesta nova racionalidade, a guerra opera como uma tecnologia de segurança da ordem social mundial. O inimigo já não é um outro Estado, mas alguém interno à ordem social mundial.

Esta guerra contemporânea é uma versão da tanatopolítica em que a vida de uns, descartáveis ou perigosos, é sacrificada para que outros vivam em segurança. Mutatis mutandis, a condição da violência no Brasil passa, em muitos casos, por situações semelhantes. Na medida em que a maioria dos mais de 50 mil assassinatos ocorridos no Brasil são de jovens, negros, da periferia, essas mortes são percebidas como uma espécie de malthussianismo natural da população perigosa. Ou seja, não poderemos dizer que as dezenas de milhares de assassinatos no Brasil sejam estrategicamente produzidos por uma política de Estado, mas sim que podemos perceber que uma boa parte deles são simplesmente consentidos por uma política de ausência de proteção da vida. Desde esta racionalidade, a violência no Brasil opera como uma tanatopolítica de milhares de vidas descartáveis, invisibilizadas e perigosas.

A lógica tanatopolítica, no Brasil, não termina no ato da morte, ela se prolonga, inclusive, nos sistemas prisionais. Enquanto os crimes de colarinho branco têm suas vidas asseguradas e protegidas em celas e com regimes especiais, a chamada "massa de população carcerária" (que supera os 700 mil presos) está abandonada à condição da morte. Estas vidas vivem num estado de exceção permanente, provocado por

um vazio e ausência de direito da vida que propiciou que a maioria das prisões sejam uma nova espécie de campos nos quais a linha entre a vida e a morte é, a cada dia, mais tênue e depende do arbítrio de uma vontade soberana que governa lá dentro.

### IHU On-Line – Como as noções de violência e de alteridade estão intrinsecamente coimplicadas?

Castor Bartolomé Ruiz — Se entendermos por alteridade o reconhecimento do Outro como um ser humano cuja dignidade apresentase a mim como rosto de sua condição humana, a alteridade é o anverso da violência. A violência, como comentei no início, é a negação ou violação do outro. A alteridade é o correlato que desmascara toda violência. A violência é concomitante à destruição do outro. Por isso, a gravidade de uma violência é sempre proporcional ao mal causado ao Outro.

A violência produz uma destruição da dignidade do outro, transformando-o numa vítima. A violência desfigura o rosto do outro, na medida em que, ao violentá-lo, o reduz a um objeto. Toda violência opera sobre o Outro como se fosse uma coisa objetivada.

É importante sublinhar que os processos de objetivação do outro são inerentes a toda forma de violência. Até os vitimários mais violentos sentem compaixão e até carinho quando se confrontam com pessoas, rostos, que eles amam. Mas quando confrontados com suas vítimas, estas perdem, para eles, as feições humanas de um rosto e se tornam meros objetos. Toda violência necessita reduzir o Outro a uma forma de objetivação. Normalmente, para objetivar o Outro, se utilizam os clichês de identidades socialmente desprezadas ou odiadas. Assim o Outro é reduzido a identidades fixas como de um negro, um marginal, um judeu, um palestino, um estrangeiro, um favelado, um terrorista, um muçulmano, um policial... Enfim, cada forma de violência produz seus clichês

<sup>2</sup> Muammar Abu Minyar al-Gaddafi: (no aportuguesamento, Kadafi) foi um militar, político, ideólogo e ditador líbio, sendo o de fato chefe de estado do seu país entre 1969 e 2011. (Nota da IHU On-Line)

identitários para reduzir o outro a uma categoria objetivada através da qual o vitimário possa violentá-lo sem o menor remorso. Inclusive, dependendo do tipo de violência e identidade, o vitimário pensará que ao violentar o outro está cometendo uma espécie de favor para seu grupo social ou até para a humanidade.

Um dos muitos exemplos desta reflexão o encontramos no modo como eram treinados, na Escola das Américas - USA, os policiais brasileiros e latino-americanos nas técnicas de tortura como forma de interrogatório contra os subversivos. Se pensarmos que muitos dos que depois se tornaram conhecidos torturadores em muitos países de nossa América Latina, eram pessoas relativamente comuns, era necessário que para se tornarem alunos e mestres exímios da tortura passassem pela primeira e principal prova, que era aprender a ver no outro simplesmente um inimigo, um objeto. Muitos não conseguiam e tinham que renunciar.

A violência opera duplamente na negação da alteridade. Ao violentar a vítima provoca nela uma destruicão de sua própria condição humana, proporcional à violência sofrida. Mas, do outro lado, a violência é possível porque ela provoca um apagamento paulatino da sensibilidade humana do vitimário ou violador. Na medida em que se cometem atos violentos, estes vão apagando no vitimário sua capacidade de perceber a dor do outro, com isso a violência torna-se um ato normalizado que pode chegar a ser realizado sem a mínima reação ante o sofrimento do outro. Neste ponto, a violência conseguiu um de seus priores resultados, apagar no vitimário a capacidade de reconhecimento do Outro como um ser humano. Quando uma pessoa ou até um grupo social inteiro chega a esta situação, estão abertas as portas para a barbárie ilimitada.

IHU On-Line – Como o conceito de filosofia da alteridade, de Levinas, opõe-se ao conceito de violência?

Castor Bartolomé Ruiz - Remeto estas minhas considerações anteriores sobre a alteridade, entre outros, aos estudos do filósofo Emmanuel Levinas<sup>3</sup>. Contudo, para uma reflexão tão complexa como a da violência, não poderíamos ficar circunscritos a um só pensador. O pensamento de Levinas é extremamente fecundo para compreendermos que se o anverso da violência é a destruição do outro, é essencial que mostremos as consequências da violência na condição sofrida das vítimas para que, desta forma, a violência seja exposta e desmascarada. Mostrar o rosto do outro violentado é condição sine qua non para que consigamos ter uma percepção crítica da violência. Caso contrário, os processos normalizadores da violência, impulsionados pelas dinâmicas biopolíticas, tendem a naturalizar a violência como uma espécie de fenômeno social natural com o qual teremos que nos acostumar a conviver.

Quando se mostram de forma explícita as consequências da violência à condição das vítimas, a violência se torna intolerável. O rosto desfigurado das vítimas opera como uma espécie de antídoto crítico para que a violência não se naturalize e nossas consciências não sejam alienadas pelos dispositivos de normalização.

IHU On-Line – De que ordem são os desafios de neutralizarmos a violência, sobretudo a violência do Estado como gestor da vida em sociedade?

Castor Bartolomé Ruiz – A violência contém um efeito mimético que não se dilui quando se termina o ato violento. A violência produz um efeito mimético que contamina a todos os que entram em contato com ela. O efeito mimético torna os vitimários insensíveis e faz da violência um ato de normalidade. Mas a mimese também contamina o resto das pessoas e grupos sociais que entram em contato com ela, de tal modo que um ato violento induz a produzir mais violência. Neste ponto encontramos inclusive paradoxos muito terríveis como o de vitimários que na sua infância foram vítimas de uma violência constante, cresceram numa cultura da violência e, quando adultos, assumiram o comportamento violento como um traço comum de sua personalidade social.

Quando os efeitos miméticos da violência não são neutralizados de alguma forma, há uma tendência a que esta se naturalize socialmente chegando a construir o que denominamos de uma cultura da violência. Lembremos que a cultura guerreira foi amplamente cantada em prosa e verso em todas as grandes epopeias dos primeiros escritos da humanidade. De igual modo, encontramos resquícios importantes de uma cultura da violência em nossa história do Brasil, que iniciou com genocídio, continuou com séculos de escravidão e as próprias elites republicanas nunca cessaram de apelar para o uso indiscriminado da violência política como algo normal. Senão aí estão os episódios de Canudos<sup>4</sup>, Contesta-

4 Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos: confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por Antônio Conselheiro, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia, no nordeste do Brasil. A região, historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos e ex-escravos partiram para Canudos, cidadela liderada pelo peregrino Antônio Conselheiro, unidos na crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social. Os grandes fazendeiros da região, unindo-se à Igreja, iniciaram um forte grupo de pressão junto à República recém-instaurada, pedindo que fossem tomadas providências contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Criaram-se rumores de que Canudos se armava para atacar cidades vizinhas e partir em direção à capital para depor o governo republicano e reinstalar a Monarquia. Apesar de não haver nenhuma prova para estes rumores, o Exército foi mandado para . Canudos. Três expedições militares contra Canudos saíram derrotadas, o que apavorou a opinião pública, que acabou exigindo a destruição do arraial, dando legitimi dade ao massacre de até 20 mil sertanejos. Além disso, estima-se que cinco mil militares tenham morrido. A guerra terminou com a destruição total de Canudos, a degola de muitos prisioneiros de guerra, e o incêndio de todas as casas do arraial. Antônio Vicente Mendes Maciel, apelidado de "Antônio Conselheiro", foi considerado o líder do movimento. Ele chegou a Canudos em 1893, tornando-se líder do arraial e atraindo milhares

<sup>3</sup> Emmanuel Levinas (1906-1995): filósofo e comentador talmúdico lituano, de ascendência judaica e naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger, cuja obra Ser e tempo o influenciou muito. "A ética precede a ontologia" é uma frase que caracteriza seu pensamento. Escreveu, entre outros, Totalidade e Infinito (Lisboa: Edições 70, 2000). Sobre o filósofo, confira a entrevista com Rafael Haddock-Lobo, publicada em 30-8-2007 no sítio do Instituto Humanitas Unismos - IHU, intitulada Lévinas: justiça à sua filosofia e a relação com Heidegger, Husserl e Derrida, disponível em http://bit.ly/1bZ77kk, e a edição número 277 da IHU On-Line, de 14-10-2008, intitulada Lévinas e a majestade do Outro, disponível em http://bit.ly/1gs-nUOI. (Nota da IHU On-Line)

do<sup>5</sup>, Cabanagem<sup>6</sup> etc., como indício deste traço de cultura violenta. Que no Brasil se cometam 50 mil assassinatos por ano como algo normal, não é um acaso de nosso momento histórico, mas consequência de uma cultura que cultuou a violência como traço social destacável<sup>7</sup>.

de pessoas. (Nota da IHU On-Line)

5 **Guerra do Contestado:** conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira disputada pelos estados brasileiros do Paraná e de Santa Catarina. Originada nos problemas sociais, decorrentes principalmente da falta de regularização da posse de terras e da insatisfação da população hipossuficiente, numa região em que a presença do poder público era pífia, o embate foi agravado ainda pelo fanatismo religioso, expresso pelo messianismo e pela crença, por parte dos caboclos revoltados, de que se tratava de uma guerra santa. A região fronteiriça entre os estados do Paraná e Santa Catarina recebeu o nome de Contestado devido ao fato de que os agricultores contestaram a doação que o governo brasileiro fez aos madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company. Como foi uma região de muitos conflitos, ficou conhecida como Contestado, por ser uma região de disputas de limites entre os dois estados brasileiros. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Cabanada ou Guerra dos Cabanos: movimento de origem restauradora, tinha como objetivo a volta de Dom Pedro I ao trono do Brasil. O movimento cabanagem teve atividade em Pernambuco, Alagoas e Pará, com características distintas (nacionalistas, antiescravagistas), e feneceu com a morte do Imperador em Portugal, em 1834. (Nota da IHU On-Line)
7 Sobre a questão da mimeses humana, remeteria para

7 Sobre a questão da mimeses humana, remeteria para quem estiver interessado em aprofundar, à obra da minha autoria: La mímesis humana." La condición paradójica de la acción imitativa" (Frankkfurt: OmniScriptum Management, 2016). (Nota do entrevistado)

Sempre resta a questão, o que podemos fazer? As soluções para problemas complexos hão de ser, necessariamente, complexas, caso contrário cairemos na demagogia. Desde a minha humilde e pequena contribuição, entendo que um primeiro elemento essencial é desmascarar o pretenso naturalismo da violência. Se a violência não é algo natural, mas um fenômeno social e historicamente construído, há possibilidade e esperança de iniciarmos um processo de neutralização da cultura da violência imperante para uma cultura de paz.

Um segundo movimento que entendo ser importante diz respeito à necessidade de dar vez e voz às diferentes vítimas da violência a fim de que possam expor à crítica social as nefastas consequências da violência. Não se trata de espetacularizar a violência, algo que a banaliza e induz à mera vingança, como ocorre com muitos programas de TV que fazem da violência um espetáculo de massas. A banalização midiática da violência apela, geralmente, a

um sentimento de vingança que só retroalimenta a roda da violência. Nas antípodas deste modo de banalização da violência, encontra-se o testemunho das vítimas, que deve ser acolhido como anverso crítico da violência.

Conexo com o testemunho das vítimas, entendo que as políticas de memória são uma metodologia eficaz para que a realidade da violência não seja simplesmente esquecida. A memória das vítimas opera como uma eficaz ferramenta política para que a consciência crítica se instale socialmente. Os vitimários e violadores sempre procuram ocultar e negar a violência. Toda negação da violência propicia uma reduplicação do seu efeito mimético, condenando as pessoas e sociedades a repetirem como tragédia as violências ocultadas. De modo diferente, a memória das vítimas traz à luz a violência sofrida e com ela a urgência de pensar políticas de reparação, assim como políticas de neutralização da repetição da violência. ■

### Leia mais

- A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado no Cadernos Teologia Pública número 115, disponível em http://bit.ly/2K2F1rB.
- O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado no Cadernos IHU Ideias número 241, disponível em http://bit.ly/2HY5Uwp.
- A filosofia como forma de vida V O Officium: o dever que separa a vida de sua forma. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 471, de 31-8-2015, disponível em http://bit.ly/2rkYbT1;
- A filosofia como forma de vida (IV). A regra da vida (regula vitae), fuga e resistência ao controle social. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 468, de 29-6-2015, disponível em http://bit.ly/1Has1XK;
- A filosofia como forma de vida (III). Do cuidado de si ao deciframento de si. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 467, de 15-6-2015, disponível em http://bit.ly/1GK0EcZ;
- A Filosofia como forma de vida (II). Michel Foucault, o cuidado de si e o governo de si (enkrateia). Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 471, de 1-6-2015, disponível em http://bit.ly/1JRiym;
- A Filosofia como forma de vida (I). Pierre Hadot, a filosofia antiga e os exercícios (askesis) do espírito. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 471, de 23-3-2015, disponível em http://bit.ly/1GbmYWA;

- A verdade, o poder e os modelos de subjetivação em Foucault. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz publicado nas Notícias do Dia, de 25-9-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em http://bit.ly/GB38Nt;
- Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz na Revista IHU On-Line edição 413, de 1-4-2013, disponível em http://bit.ly/1aobf9t;
- O trabalho e a biopolítica na perspectiva de Hannah Arendt. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 393, de 21-5-2012, disponível em http://bit.ly/KOOxuX;
- O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 392, de 14-5-2012, disponível em http://bit.ly/J88crF;
- A economia e suas técnicas de governo biopolítico. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 390, de 30-4-2012, disponível em http://bit.ly/L2PyO1;
- Objetivação e governo da vida humana. Rupturas arqueo-genealógicas e filosofia crítica. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 389, de 23-4-2012, disponível em http://bit.ly/JpA8G3;
- A bios humana: paradoxos éticos e políticos da biopolítica. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 388, de 9-4-2012, disponível em http://bit.ly/Hsl5Yx;
- **Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica.** Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 386, de 19-3-2012, disponível em http://bit.ly/GHWSMF;
- A vítima da violência: testemunha do incomunicável, critério ético de justiça. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 380, de 14-11-2011, disponível em http://bit.ly/vQLFZE;
- A testemunha, o resto humano na dissolução pós-metafísica do sujeito. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 376, de 17-10-2011, disponível em http://migre.me/66N5R;
- A testemunha, um acontecimento. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 375, de 3-10-2011, disponível em http://bit.ly/q84Ecj;
- A exceção jurídica e a vida humana. Cruzamentos e rupturas entre C. Schmitt e W. Benjamin. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 374, de 26-9-2011, disponível em http://bit.ly/pDpE2N;
- O estado de exceção como paradigma de governo. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 373, de 12-9-2011, disponível em http://bit.ly/nsUUpX;
- O campo como paradigma biopolítico moderno. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 372, de 5-9-2011, disponível em http://bit.ly/nPTZz3;
- Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz, publicado na Revista IHU On-Line, edição 371, de 29-8-2011, disponível em http://bit.ly/naBMm8.



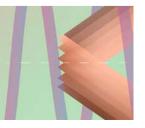
Ciclo de Palestras

Trajetória da Política Econômica Brasileira 2003-2017.

Crescimento, crise e novas possibilidades

09/04 a 04/06 de 2018

ihu.unisinos.br



# Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben

de Joel Francisco Decothé Junior, intitulado *Deslocamentos genea-lógicos da economia teológica segundo Agamben*. No texto, o autor apresenta uma espécie de exegese nas reflexões de Giorgio Agamben acerca de seus fundamentos e deslocamentos genealógicos da economia teológica no Ocidente. "Neste sentido, buscamos examinar as bases daquilo que seja considerado como o modelo da economia teológica em termos de paradigma governamental da noção de secularidade", destaca Joel Francisco. E acres-



centa: "em seguida, fazemos uma leitura sobre o sentido político desta genealogia teológica, traçando um exame de alguns elementos que a compõem. Por fim, empreendemos a abordagem da noção de economia teológica em seu entrelaçamento com a operatividade da máquina de governo e providência na gestão da vida e das coisas em sua função econômica".

Joel Francisco Decothé Junior é doutorando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos. Possui graduação em Teologia pela Faculdade EST, graduação em Filosofia pela Unisinos e mestrado em Filosofia pela mesma instituição.

A versão completa do texto em PDF está disponível em http://bit.ly/2rjlQlU

Esta e outras edições dos Cadernos Teologia Pública também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos. br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.

# O campo de concentração: um marco para a (bio) política moderna

iviane Zarembski Braga é a autora do artigo O campo de concentracão: um marco para a (bio) política moderna, publicado no Cadernos IHU Ideias número 270. No texto, analisa elementos da filosofia de Giorgio Agamben, "Em especial, aqueles relacionados aos Lager nazistas, compreendidos por ele como a culminância dos dispositivos biopolíticos de governo, já que o autor considera o regime nazista como o primeiro regime

Cadernos ISS IESUITAS BRASIL O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna Viviane Zarembski Braga **U** UNISINOS

eminentemente biopolítico", destaca Viviane. Ela também se propõe a "compreender como se fez possível a criação do campo de concentração no regime nazista, bem como os mecanismos que permitiram a sua manutenção, se faz necessário compreender alguns pressupostos históricos para a realização dos mesmos". Para isso, "percorre a análise arqueológica realizada por Agamben".

Viviane Zarembski Braga é doutoranda em Filosofia pela Unisinos. Possui graduação e mestrado em Filosofia, pela mesma instituição. Atuou como professora de Filosofia na rede pública de ensino do Rio Grande do Sul, na cidade de Novo Hamburgo, durante os anos de 2011 a 2016.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU Ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@ unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.

# Guatemala: incerteza no coração maia

#### Bruno Lima Rocha

s Estados Unidos fazem da Guatemala o escoadouro das deportações de imigrantes ilegais centro-americanos. Uma parcela importante destes deportados permanece no país e fica à mercê das redes mafiosas. O governo guatemalteco "aceita" esta humilhação também por necessitar das remessas de dinheiro provenientes da imigração recente.

**Bruno Lima Rocha** realiza estágio pós-doutoral em economia, é doutor em ciência política e professor de relações internacionais e jornalismo na Unisinos.

Eis o artigo.

A Guatemala, o maior país do istmo da América Central, tem população de mais de 17 milhões de habitantes e é considerada a centralidade do "mundo maia". No texto que segue observamos, de forma sintética, como a herança dos povos originários – atualmente organizados como tais no país – implica uma esperança na forma de vida coletiva, distinta dos espaços geográficos onde as máfias, "pandillas", "maras" e cartéis operam.

O antigo Reino da Guatemala, equivocadamente visto apenas como república bananeira, foi palco do ignóbil golpe e intervenção da externa de junho de 1954, contra o governo reformista do general Jacobo Árbenz. Nesta ocasião, o então recém-formado médico argentino (especializado em hanseníase), Ernesto Guevara de la Serna, servia ao governo Árbenz e veio a se radicalizar no exílio mexicano. O golpe, financiado pela United Fruit Co. (empresa estadunidense maior proprietária e arrendatária de terra no país), foi seguido de governos autocráticos até culminar no início da insurgência, em 1960. À época, os insurgentes eram do Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), Forças Armadas Rebeldes (FAR), Organização Revolucionária do Povo em Armas (ORPA) e do Partido Guatemalteco do Trabalho. As quatro forças seguiram lutando em separado até a unificação, em 1982, criando a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG). Após mais de 35 anos de um conflito ininterrupto, pleno de violação aos direitos humanos e interferência dos EUA, a pacificação do país se deu após o impasse militar. Pouco se avançou institucionalmente depois desse momento.

Vale observar uma diferença fundamental entre os períodos de "pós-conflito" da Nicarágua e El Salvador, se comparado com a Guatemala: nos dois primeiros países, a estrutura político-militar que liderou a guerra civil venceu no primeiro caso e empatou no segundo. Ambas as estruturas se tornaram partidos políticos e, mantendo-se razoavelmente coesas, tanto a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN, sob a liderança bastante criticável de Daniel Ortega e sua esposa Rosario Murillo) como a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) venceram na urna da democracia indireta e, em 2018, são o partido de governo, ocupando o Poder Executivo. Já a URNG não consta como partido eleitoral registrado como vigente no Tribunal Supremo Eleitoral de Guatemala. Acompanhando as crises no sistema político do país, com sucessivos escândalos e modelos de enriquecimento ilícito através da política profissional, a URNG se torna um movimento de unidade da esquerda guatemalteca, com um programa mais radicalizado,

### "Quatorze por cento do PIB da Guatemala provém de recursos enviados por emigrantes vivendo nos Estados Unidos"

mas sem o peso político dos partidos semelhantes no istmo.

As bandeiras dos povos originários e suas reivindicações mais fundamentais seriam as únicas vitórias concretas advindas do processo de paz e da situação chamada de "pós-conflito". Os acordos de paz, assinados definitivamente em dezembro de 1996, reconheceram 23 idiomas nacionais no país, onde o castelhano realmente opera como língua franca, mas tem nos demais o reconhecimento oficial. No sistema educacional público do país, dividido entre os vinte e dois departamentos, há ensino bilíngue regionalizado com os vinte e um idiomas de origem maia – Quiché', Queqchí, Kaqchikel, Mam, Poqomchi, Tzutujil, Achí, Q'anjob'al, Ixil, Acateco, Jakalteco, Chuj, Pocomam, Chortí, Aguateco, Sacapulteco, Sipacapense, Uspanteco, Tectiteco, Mopan, Itzá; além das línguas garífona (do Atlântico caribenho) e xinka (nahuas centroamericanos, não maias). Em tese, o idioma maia ou originário é ensinado nas escolas públicas conforme a densidade populacional de cada origem.

Um importante acordo de pós-conflito e aparentemente cumprido pelo Estado é uma pensão e garantia tanto de assentamento rural como de financiamento para a produção agrícola e áreas correlatas. São vários os projetos de turismo rural em regiões de serra, onde o conflito interno, as colunas guerrilheiras e as operações do Estado se desenvolveram de maneira terrível. Passados mais de 22 anos, os efeitos são impressionantes. Lugares, hoje turísticos, como a cidade de Chichicastenango (no departamento de El Quiché, a apenas 140 quilômetros da capital) e os municípios ao redor do Lago Atitlán (no departamento de Sololá) eram zonas tanto da resistência indígena e camponesa, como dos esquadrões da morte, especialmente através dos Comandos Kaibiles, as forças especiais da guerra interna financiada pelos Estados Unidos.

É curioso observar estas variáveis, entre a presença de organização política e de políticas culturais baseadas na luta indígena e camponesa e a melhoria nas condições concretas de vida, (incluindo algum controle coletivo da terra). É como um padrão, tal como em Chiapas, no México. Quanto maior a organização social dos povos originários, menor a pobreza absoluta e a incidência do crime, na forma contemporânea de "pandillas y maras". É justamente nos territórios onde houve maior concentração de crimes de guerra e resposta na autodefesa popular, onde se vive melhor e com mais altivez. As Comissões de Conciliação e Paz, além dos subsídios e organização social cooperativa fazem a diferença. Para garantir a incidência, o Conselho de Anciãos (indígena) e as organizações sociais vinculadas à Teologia da Libertação atuam.

Infelizmente, o mesmo não ocorre em todo o país, menos ainda na capital, Ciudad de Guatemala. A principal base aérea do país opera como uma zona de "despejo de indesejáveis" deportados
dos EUA, sendo esta política decorrente desde o governo Obama. Uma parcela da população
deportada termina sobrevivendo na região metropolitana, tornando o fenômeno da favelização
e os vínculos com as máfias uma constante. Além do crime em rede e um sistema prisional incontrolado, o país está fragilizado pela presença de Estados Unidos, Israel e Taiwan; coalhado
de corrupção governamental e empresas "religiosas" neopentecostais, a Guatemala não indígena
vive um presente duvidoso e futuro incerto.

#### Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

### Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



### Maio de 1968: 40 anos depois

Edição 250 - Ano VIII - 10-3-2008

1968 é um marco no século XX. Quarenta anos depois, a IHU On-Line busca discutir o seu impacto. Entre os entrevistados da edição estão o filósofo e professor da Universidade de Brasília (UnB) Miroslav Milovic, o sociólogo argentino Ernesto Laclau, o psicanalista e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Benilton Bezerra Jr. e o sociólogo francês Marcel Gauchet, entre outros.



# Giorgio Agamben e a impossibilidade de salvação da modernidade e da política moderna

Edição 505 - Ano XVII - 22-5-2017

A imagem que ilustra a capa dessa IHU On-Line, a pintura de Charles Le Brum chamada A apoteose de Luís XIV (1677), sintetiza uma ideia central na obra de Giorgio Agamben: a modernidade nunca foi secular, mas profana. A paradoxal imagem que enaltece a força do Estado expresso na figura messiânica do rei mostra também o lado obscuro do poder, que pela força cria suas zonas de exclusão e exceção. Diante da falência da promessa moderna de avanço civilizatório, o filósofo assenta seu pensamento, que inspira o VI Colóquio Internacional IHU.



### Cuidado de si e biopolítica

Edição 472 - Ano XV - 14-9-2015

Pensar os processos biopolíticos a partir de um paradigma contemporâneo exige abordar a realidade em nível molecular. Quando os biopoderes operam de forma fragmentária, particularizada, o cuidado de si, com todos seus discursos, práticas e procedimentos tecnocráticos, torna-se um tipo de governo descentralizado da vida humana, permeando todos os âmbitos de nossa experiência em sociedade. Esta revista IHU On-Line aborda o tema central do XVII Simpósio Internacional IHU.

### XVIII Simpósio Internacional IHU

### A virada profética de Francisco. Possibilidades e limites para o futuro da Igreja no mundo contemporâneo

21 a 24 de maio de 2018 | Unisinos – Campus Porto Alegre

### Conferências principais

### 21 de maio – segunda-feira

18h30 - As grandes tendências econômicas sociais que caracterizam o mundo contemporâneo

Profa. Dra. Alessandra Smerilli - Pontificia Facoltà di Scienze Dell Educazione Auxilium - Itália e Libera Università Maria SS. Assunta - LUMSA - Itália

### 22 de maio - terça-feira

9h - O Papa Francisco na história papal do século passado e a periodização do seu pontificado

Prof. Dr. Massimo Faggioli – Villanova University – EUA

11h - A ética social do Papa Francisco. O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento

Prof. Dr. Juan Carlos Scannone - Argentina

19h30 – O Pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje.

Avanços e impasses

Prof. Dr. Andrea Grillo - Pontificio Ateneu Sant'Anselmo - Itália

### 23 de maio - quarta-feira

9h - A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje Prof. Dr. Massimo Faggioli – Villanova University – EUA

11h - O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneo

Prof. Dr. Massimo Borghesi – Università di Perugia – Itália

19h30 – A Exortação Apostólica Amoris Laetitia. A moral sexual em revisão Prof. Dr. Todd A. Salzman - Creighton University - EUA

### 24 de maio – quinta-feira

9h - A opção de Francisco. Como evangelizar um mundo em mudança? Dr. Austen Ivereigh - Catholic Voices - CV - Inglaterra

Para ver a programação completa e mais informações acesse http://bit.ly/ihu-simposio-papa